

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História**

CATIVEIRO E COTIDIANO NUM AMBIENTE RURAL

O Sertão do Médio São Francisco - Pernambuco (1840-1888)

EMANUELE CARVALHEIRA DE MAUPEOU

RECIFE

2008

Emanuele Carvalheira de Maupeou

CATIVEIRO E COTIDIANO NUM AMBIENTE RURAL

O Sertão do Médio São Francisco - Pernambuco (1840-1888)

Dissertação apresentada em cumprimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em História Social do Norte e Nordeste do Brasil, da Universidade Federal de Pernambuco, para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Ferraz Barbosa

Recife
2008

Maupeou, Emanuele Carvalheira de

Cativeiro e cotidiano num ambiente rural: o Sertão do Médio São Francisco – Pernambuco (1840-1888) / Emanuele Carvalheira de Maupeou. – Recife: O Autor, 2008.

145 folhas : il., fig., tab., mapas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2008.

Inclui: bibliografia e anexos.

1. Sistema escravista no Brasil – Pernambuco. 2. Escravidão. 3. Cotidiano – Sertão – Pernambuco. 4. Médio São Francisco - Pernambuco. I. Título.

**981.34
981**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2008/78**

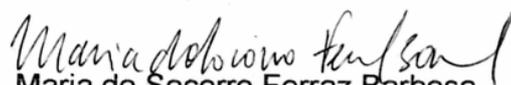


PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
PERNAMBUCO

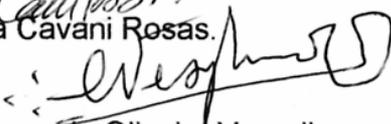
ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA EMANUELE CARVALHEIRA DE
MAUPEOU

Às 10:00 h do dia 27 (vinte e sete) de junho de 2008 (dois mil e oito), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Emanuele Carvalheira de Maupeou**, intitulada “**Cativeiro e Cotidiano num Ambiente Rural - O Sertão do Médio São Francisco – Pernambuco (1840-1888)**”, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito “**APROVADA**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Maria do Socorro Ferraz Barbosa (Orientadora), Suzana Cavani Rosas, José Raimundo Oliveira Vergolino. Assinam, também, a presente ata a Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História, Profa. Dra. Tanya Maria Pires Brandão e a Secretária do Deptº. de História, Rogéria Feitosa de Sá, para os devidos efeitos legais.

Recife, 27 de junho de 2008.


Profª. Drª. Maria do Socorro Ferraz Barbosa.


Profª. Drª. Suzana Cavani Rosas.


Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Vergolino.


Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão


Rogéria Feitosa de Sá.

Agradecimentos

Quando se inicia um curso de mestrado, mais uma etapa de um percurso acadêmico, nem sempre se está consciente de como é fundamental o apoio e a ajuda daqueles que nos rodeiam. Apenas no momento final, quando se olha pra traz, é que se percebe o quanto a construção do saber foi compartilhada. Por isto, neste momento de conclusão, não poderia deixar de agradecer a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

À orientação da prof^a. Socorro Ferraz, pessoa que sempre esteve presente na minha formação universitária, desde os primeiros anos da graduação. Porém, mais do que orientadora, prof^a. Socorro soube ser amiga, sempre me dando conselhos e me incentivando a ir mais longe.

A todos os professores do Departamento de História da UFPE, pelos ensinamentos que muito me valeram na construção deste trabalho. Entre os incentivos e estímulos recebidos, agradeço, especialmente, à Prof^a. Virgínia Almoêdo, à Prof^a. Suzana Cavani e ao Prof. Antônio Paulo Rezende. Mas, a todos os professores da pós-graduação, agradeço a confiança depositada, que me possibilitou viajar e seguir uma dupla formação, na UFPE e na Université de Toulouse II Le Mirail.

Aos funcionários do Departamento de História, principalmente Carmem e Aluízio, sempre dispostos a me ajudar nas questões administrativas.

Ao CNPq, pelo financiamento.

Mas estes anos de pós-graduação também me possibilitaram aprofundar relações de amizade. A Taciana, Flavinho, Juliana, Marília e Maria, com quem divido não apenas dúvidas profissionais, mas também momentos de alegria. A todos vocês meu carinho e a minha consideração.

A todos aqueles que me acolheram em Toulouse, desde o Prof. Richard Marin, co-orientador na Universidade do Mirail, até os colegas como Mathilde, Sonia, Hélène e Julie, que me guiaram tanto pelos corredores da universidade quanto pelas ruas da cidade. A Jean-Claude e Yolande que, sempre que eu precisei, estiveram prontos pra me socorrer.

A meus grandes amigos de fora do meio acadêmico, companheiros de sempre e refúgio nos momentos mais difíceis. A Luciano, Paulinha e Manuel, Prima, Manuela, Waldereze e Adriana. É muito bom poder contar com vocês!

À Samuel, meu irmão querido, e Emanuele Cleyet, ambos sempre disponíveis para revisar e corrigir meus textos em português e em francês. Sempre vou ser grata pelo total incentivo e ajuda.

A Filipo, por estar comigo durante esta jornada.

Finalmente, à minha família, maior incentivadora dos meus estudos! Particularmente, à minha mãe, Maria José, que sempre vai estar do meu lado, incondicionalmente.

A todos vocês, meu Muito Obrigado!

O Brasil é estranho. (...) Mesclamo-nos em profundidade aos que excluimos e, desde sempre, excluimos aqueles com quem nos confundimos.

Manolo Florentino¹

¹ FLORENTINO, Manolo, in Stuart Schwartz, *Escravos Roceiros e Rebeldes*, São Paulo, EDUSC, 2001, p. 9.

Resumo

Este trabalho se propõe a discutir as relações escravistas no cotidiano do Sertão, entre 1840 e 1888, a partir de uma pesquisa documental realizada nos municípios pernambucanos que compõe a região do médio São Francisco. A segunda metade do século XIX destaca-se por ser o momento único da crise final do sistema escravista no Brasil. Tal contexto constitui um quadro de particular interesse, na medida em que se procura compreender a manutenção da escravidão no Sertão, que, por si só, já passava por uma crise interna. Baseando-se em dois tipos de fonte, que correspondem a documentos cartoriais e eclesiásticos de vários municípios da região, além de publicações impressas de moradores e viajantes, o ângulo de visão escolhido para compreender esse intrincado momento foi o das relações construídas entre escravos, senhores e livres pobres da região. A crise e a pobreza levaram a uma maior aproximação entre os indivíduos de diferentes origens sociais e jurídicas. Todavia, a proximidade vivida incitava os descendentes dos antigos colonos a buscar alternativas que os identificassem enquanto elite e que os diferenciavam da massa de escravos e de trabalhadores livres pobres. Assim, numa conjuntura desfavorável, os senhores do Sertão utilizaram estratégias que permitissem, ao mesmo tempo, a transferência da mão-de-obra servil a outras regiões do país e a manutenção da escravidão no cotidiano local. Essas estratégias passavam pela adoção de práticas como a do co-senhorio, da produção endógena de cativos e inclusão de indígenas, miscigenados e confundidos com descendentes de africanos, entre os escravos. Aproximado no convívio cotidiano, o conjunto da população, já fortemente miscigenada, acabava interligado por uma rede de dependência. Assim, a dinâmica social vigente inseria todos os indivíduos nesta teia que unia os moradores por laços de parentesco, de compadrio e de solidariedade, mas também de poder e dependência. O lugar destinado a cada um nessa rede relacional dependia muito do que o indivíduo tinha a oferecer ao grupo. Sendo o escravo desprovido de bens de valor monetário, restava-lhe os elementos de ordem simbólica que são também valorizados nesta teia, tais como o parentesco e o compadrio, a capacidade de trabalhar, a fidelidade e a religiosidade. Dentro desta dinâmica, os indivíduos escravos agiam sempre em busca de melhores condições de vida, todavia, tendo menos a oferecer, eles acabavam sempre como as partes mais vulneráveis das relações construídas com os demais indivíduos. Por isto, as conseqüências da pobreza eram sempre mais acentuadas nesta parcela da população, inserida numa sociedade como um todo mergulhada na fragilidade.

Palavras-chaves: Sertão, Escravidão, Cotidiano, médio São Francisco, Pernambuco.

Resumé

Ce travail se propose de débattre les rapports esclavagistes dans le quotidien du *Sertão* brésilien entre 1840 e 1888, à partir d'une recherche documentaire réalisée dans les villes du Pernambouc qui forment la région du moyen São Francisco. La deuxième moitié du XIX^e siècle se distingue comme le moment unique de la crise finale du système esclavagiste au Brésil. Ce contexte offre un cadre d'intérêt tout à fait particulier, puisque cette recherche envisage de comprendre la manutention de l'esclavage au *Sertão*, société plongée elle-même dans une crise interne. En se basant sur deux types de sources qui correspondent à la documentation notariale et ecclésiastique des villes de la région et aux publications par des habitants e des voyageurs, le regard choisi pour comprendre ce moment historique est celui des rapports construits entre esclaves, maîtres et habitants libre pauvre de la région. La crise et la pauvreté ont conduit à un plus grand rapprochement entre les individus de différentes origines sociales et juridiques. Toutefois, la proximité vécue incite les descendants des anciens colons à chercher des alternatives qui les identifient en tant qu'élite et qui les différencient de la masse d'esclave et de travailleurs libres pauvres. Ainsi, dans un contexte peu favorable, les maîtres du *Sertão* ont utilisé des stratégies qui permettaient, en même temps, le transfert de la main-d'œuvre servile à d'autres régions du pays et le maintien de l'esclavage dans le quotidien local. Ces stratégies passaient par l'adoption de pratiques comme celle de la copropriété, de la reproduction naturelle des esclaves et de l'inclusion d'indiens métis entre les esclaves. Rapproché dans le quotidien, l'ensemble de la population, déjà fortement métisse, finissait par être lié par un réseau de dépendance. Ainsi, la dynamique sociale identifiait tous les individus dans ce réseau qui unissait les habitants par des rapports de parenté, de parrainage et de solidarité, mais aussi de pouvoir et de dépendance. La place de chacun dépend beaucoup de ce que l'individu avait à offrir à la communauté. Comme l'esclave était dépourvu de biens de valeur monétaire, il lui restait les éléments symboliques qui sont également retrouvés dans ce réseau, telles que la parenté, le parrainage, la capacité au travail, la loyauté et la religiosité. Dans une telle dynamique, les individus esclaves sont toujours à la recherche de meilleures conditions de vie, mais, ayant moins à offrir, ils finissent par être le côté le plus vulnérable de la relation construite avec d'autres personnes. Pour cela, les conséquences de la pauvreté sont toujours plus prononcées dans la partie de la population insérée dans une société dans son ensemble plongée dans la fragilité.

Mots-clés: Sertão, Esclavage, Quotidien, moyen São Francisco, Pernambouc.

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	5
<i>Resumo</i>	8
<i>Resumé</i>	9
<i>Lista de Tabelas</i>	12
<i>Lista de Mapas</i>	13
<i>Lista de Imagens</i>	13
<i>Introdução</i>	14
<i>Capítulo 1: O Sertão</i>	29
1.1 Sertão, termo genérico.....	29
1.2. O Sertão, uma parte do Nordeste.....	31
1.3. O Sertão do São Francisco em Pernambuco.....	35
- <i>Uma sociedade rural</i>	
- <i>Uma sociedade miscigenada</i>	
<i>Capítulo 2: A posse de escravos no Sertão</i>	57
2.1. O alto valor econômico.....	58
2.2. Estratégias de manutenção da escravidão numa sociedade em crise.....	63
- <i>A prática de co-senhorio</i>	
- <i>A produção endógena</i>	
2.3. A tentação da venda.....	71
2.4. Pra que manter um escravo afinal?	77

Capítulo 3: Os indivíduos na condição de escravos	83
3.1. A cor da escravidão.....	85
3.2. Homens, mulheres e crianças.....	99
3.3. Ser escravo entre os pobres.....	104
Conclusão	116
Fontes	120
Bibliografia	129
Anexos	135

Lista de Tabelas

<i>Tabela 1:</i>	<i>Posse de escravos em relação ao valor total dos bens declarados nos inventários</i>	60
<i>Tabela 2:</i>	<i>Distribuição de Escravos por sexo declarado nos inventários</i>	79
<i>Tabela 3:</i>	<i>Distribuição dos escravos de acordo com a cor/etnia declarada nos inventários</i>	89
<i>Tabela 4:</i>	<i>Cor/etnia declarada nos batizados de filhos de escravos</i>	89

Lista de Mapas

<i>Mapa I:</i>	<i>Regiões geográficas do Estado de Pernambuco</i>	136
<i>Mapa II:</i>	<i>Sub-região do Sertão do São Francisco</i>	136

Lista de Imagens

<i>Imagem I</i>	<i>Primeiras fotos difundidas de vítimas da seca no Sertão. Fotos de J. C. Corrêa, retiradas de uma série de imagens feitas no Ceará, entre 1877-1878.</i>	137
------------------------	--	-----

Introdução

O Brasil do século XIX é uma sociedade fundamentalmente baseada na instituição escravista. Entretanto, não há um padrão uniforme adotado, mas sim arquitetado de maneira bastante diferenciada nas diversas realidades possíveis, num país de grandes dimensões como o nosso. Partindo deste pressuposto, este estudo coloca-se entre aqueles que, através de pesquisas empíricas e geograficamente localizadas, põem em evidência a diversidade do Brasil.

Sendo assim, o objetivo principal deste trabalho é o de examinar a adaptação de um grande sistema de dominação – a escravidão moderna – a uma das realidades do território brasileiro: a do Sertão, mais precisamente de uma parte do Sertão próxima ao rio São Francisco, em Pernambuco, no período de 1840 a 1888.

Durante o período Imperial, a diversidade do país não impediu que a instituição escravista aparecesse como um denominador comum que permitia transfigurações distintas, de acordo com as regiões do imenso território nacional. Enxergar a pluralidade de experiências históricas não significa identificá-las enquanto fenômenos de desintegração, de desordem ou de anomia, mas sim aceitar a “possibilidade de coexistência de valores e necessidades sociais diversas que coexistem entre si, mas não têm uma necessária coerência.”²

Para além da extensão meramente espacial, conviviam, no interior da sociedade escravista, realidades bastante distintas que eram alimentadas por um conjunto de fatores, os mais diferenciados e díspares possíveis. Tais distinções eram influenciadas por condições desde físicas, tais como o clima, o relevo, a localização geográfica, até econômicas e políticas, que indicam o destaque e o alcance, dentro do Império, da atividade produtiva e, conseqüentemente, do trabalho desenvolvido nas diversas regiões do Brasil. Além disto, os fenômenos culturais e sociais, como a própria estruturação da sociedade em ambientes que poderiam ser urbanos ou rurais, e todas as implicações provocadas por tais circunstâncias no modo de viver das pessoas provocavam uma acomodação da sociedade às possibilidades locais. Finalmente, nesta pluralidade de fatores está o indivíduo que vive e convive

² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Sociabilidades sem História: Votantes pobres no Império, 1824-1881*, in FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 59.

“adaptado” ao seu tempo, mas que, apesar disso e por isso também, constrói sua história na multiplicidade, visto que múltiplos são os indivíduos.

É no conjunto destes indivíduos, ao mesmo tempo particulares e genéricos³, que se constrói uma sociedade. Assim,

embora única, a condição escrava revestiu-se de múltiplas formas. (...) o emprego dos trabalhadores cativos subordinou-se às exigências de cada um dos setores econômicos nos quais se envolveu, e estes, por sua vez, sem alterar o sentido básico da escravidão, modificaram-lhe a fisionomia, diversificaram os padrões de trabalho e as condições de vida propiciadas aos escravos e conferiram equilíbrios diferenciados às relações mantidas entre senhores e escravos.⁴

De acordo com a organização espacial mais recente, a documentação utilizada nesta pesquisa provém da região do São Francisco, atualmente identificada como a microrregião de Itaparica, em Pernambuco (ver mapa no anexo 1). Este espaço corresponde a uma área de aproximadamente 9.590 Km², hoje formada por um conjunto de sete municípios: Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia e Tacaratu. Vale salientar que tal divisão político-administrativa não corresponde, necessariamente, à organização vigente entre meados e o fim do século XIX. De lá pra cá, alguns povoados e cidades foram fundados ou ganharam importância, enquanto outros desapareceram. É preciso levar em consideração que, na segunda metade do século XIX, os habitantes desta região viviam num ambiente rural, constituído de partes de terras divididas das antigas fazendas, além de alguns povoados. Em grande parte das fontes consultadas, o lugar citado refere-se ao local onde a documentação foi produzida e não necessariamente àquele onde as pessoas citadas moravam.

A historiografia tradicional descrevia tais regiões como zonas de retaguarda e de abastecimento, que viviam à sombra de um centro de exportação. Contudo, a nova historiografia brasileira da escravidão passou a prestar particular atenção a estes espaços e percebeu neles uma presença escravista, dinâmicas econômicas e comportamentos sociais e demográficos que não eram meros reflexos das culturas de exportação. A partir deste momento, considera-se que a análise das relações sociais entre escravos e senhores deve ser inserida num universo que leva em conta a presença de amplas camadas intermediárias de

³ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

⁴ WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Landinas: Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: editora Hucitec, USP, 1998. p. 61.

populações livres e pobres em convivência com os grupos anteriores. Assim, a relação senhor/escravo deixa de ser dicotômica e ganha complexidade.

Nesta perspectiva, é que a historiografia brasileira sobre a escravidão, desenvolvida a partir dos anos 1980⁵, enxerga o indivíduo escravo como sujeito ativo. Tal abordagem permitiu um redimensionamento das possibilidades de cativeiro no Brasil e passou a analisar as múltiplas e complexas experiências dos homens e mulheres escravizados em diferentes momentos e regiões do país.

Entretanto, além da ampliação das possibilidades de análise a respeito das experiências históricas da escravidão, multiplicaram-se também os temas trabalhados. Entre estes, pode-se destacar a escravidão urbana, as estratégias de resistência, a religiosidade, a vida familiar, o sentido social do crime entre os negros escravizados, a alforria, a abolição, o espaço das mulheres cativas, os caminhos para a liberdade e as relações com a África.

Dentro deste vasto leque de possibilidades, a análise da escravidão no Sertão insere-se entre os trabalhos preocupados em compreender o amplo “mundo rural” brasileiro⁶. Ou seja, trata-se de entender a adaptação do sistema escravista em zonas de maior diversificação da cultura agrícola e da criação de animais. No século XIX, nestes espaços, verificam-se comportamentos demográficos e sociais que diferem das regiões de monocultura, visto que neles o equilíbrio de sexo entre os cativos era maior, assim como predominavam os proprietários com poucos escravos.

Com o fim do período aurífero, a província de Minas Gerais, durante o século XIX, configurou-se numa destas realidades, inclusive foi palco de importantes estudos, hoje já clássicos, como o de Robert Slenes.⁷ O autor defende que Minas Gerais, durante a primeira metade do século XIX, foi um dos maiores importadores de escravos africanos, apesar de possuir uma economia extrativa e agropecuária voltada para o abastecimento de outras

⁵ Tal corrente historiográfica não pode ser definida enquanto grupo homogêneo, mas por colocar em evidência a diversidade e substituir a construção de grandes modelos de análise pela obrigação de nuançar. Esta geração de pesquisadores se inspira nos desdobramentos da historiografia internacional, principalmente nas idéias desenvolvidas pelo historiador inglês Edward Thompson e o norte-americano Eugene Genovese. Vários são os autores que fazem um balanço desta produção historiográfica, analisada a partir de diferentes pontos de vista. Ver, por exemplo: o primeiro capítulo de SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001; o artigo de QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em debate*. In FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001; e o prefácio da segunda edição em francês de MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Être esclave au Brésil. XVI^e-XIX^e siècle*. 2^a ed. Paris, l'Harmattan, 1994.

⁶ Sobre a noção de “mundo rural” ver DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

⁷ SLENES, Robert W. *Os Múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Revista de Estudos Econômicos. v. 18, nº. 3 (set/dez), 1988.

províncias. Ainda em Minas Gerais, mas em relação ao século XVIII, Eduardo França Paiva⁸ desbrava, a partir do estudo de testamentos, uma sociedade complexa, para além do binômio senhor/escravo. Ao inserir o elemento livre na sua análise, o autor põe em evidência as atividades agropastoris, comerciais ou artesanais e não apenas a mineração. Pode-se destacar, na sua abordagem, a análise dos aspectos da vida cotidiana a partir da ótica do escravo.

Numa temática que destaca o papel desta ruralidade no modo de viver das pessoas livres e escravas, alguns trabalhos mais recentes chamam a atenção. No livro *Senhores de Poucos Escravos*, Ricardo Alexandre Ferreira⁹ analisa a criminalidade escrava no município paulista de Franca, entre 1830-1888. Neste período, os escravos ali presentes são utilizados na produção de alimentos e na criação de animais. A partir da análise de fontes judiciais, Ferreira defende que um contato direto e intenso entre senhores e escravos estimulou o desenvolvimento lento, mas constante, de uma autonomia cativa. Além disto, considerando os escravos como protagonistas potencialmente ativos nas relações de violência típicas das sociedades escravistas, o autor percebe que a maioria dos crimes de escravos não era cometido contra os senhores, mas sim contra outros escravos ou pessoas livres pobres, com quem os cativos dividem os mesmos espaços de moradia e de trabalho.

Ainda sobre esta temática, o livro *Cativos do Sertão*, de Luiza Rios Ricci Volpato,¹⁰ analisa a província do Mato Grosso na segunda metade do século XIX. A autora busca compreender a sociedade em uma região de fronteira, onde as cidades são pouco povoadas. Na sua abordagem, o cotidiano escravo é analisado a partir das relações com os outros grupos sociais. Ela reconstitui, assim, a vida dos habitantes numa província considerada periférica, na qual o progresso chegava lentamente. Entretanto, apesar desta defasagem da região em relação aos centros que encarnavam a civilização, Volpato destaca a existência de uma classe dominante local, que participa das relações capitalistas em desenvolvimento em todo o Brasil. A interiorização deste ideal de progresso vindo do litoral Centro-Sul só acentua a repressão por parte das classes dominantes aos grupos menos favorecidos da sociedade, ou seja, escravos e pobres livres. De fato, estes dois grupos, mesmo diferentes, eram reunidos pela miséria e construía relações de solidariedade necessárias à sobrevivência de ambos.

⁸ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: Estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

⁹ FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de Poucos Escravos: Cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*. São Paulo: UNESP, 2005.

¹⁰ VOLPATO, Luiza Rios Ricci, *Cativos do Sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: UFMT, 1993.

Com relação a Pernambuco, Guillermo Palacios¹¹ analisa os pequenos trabalhadores da lavoura de mandioca, fumo e algodão, que alcançaram uma relativa autonomia nas regiões de fronteiras do açúcar, ao longo do século XVIII. Apesar de analisar uma realidade e um grupo social distintos, sua contribuição se torna válida por enxergar outras possibilidades de organização social, neste caso aquelas voltadas para a subsistência, para o abastecimento interno ou externo baseado na pequena produção (caso do algodão) e pela ocupação da terra identificada hoje como o minifúndio.

No que se refere ao Sertão do Nordeste propriamente dito, algumas obras também podem ser destacadas. Os primeiros trabalhos que utilizaram fontes primárias tinham como foco principal o de combater a idéia, por muito tempo aceita pela historiografia, da incompatibilidade do sistema escravista com a estruturação da sociedade na região. Nesta perspectiva é que, ainda na década de 1970, Diana Galliza¹² pesquisou sobre a utilização da mão-de-obra escrava na Província da Paraíba. Sua análise avalia a presença de escravos tanto nas zonas açucareiras, quanto nas de pecuária. Nesta sociedade em declínio, da segunda metade do século XIX, a autora mostra como a utilização da mão-de-obra cativa voltada à criação de gado tornava-se lucrativa para os proprietários a partir de uma diversificação das atividades exercidas pelo escravo.

Mas, além desta preocupação inicial sobre a compatibilidade da utilização de mão-de-obra escrava em realidades não agro-exportadoras, os pesquisadores passaram também a se interessar pela vida destes escravos que viveram no Sertão.

Nesse contexto é que Tanya Brandão¹³ analisa a importância da escravidão na estruturação social do Piauí, no século XVIII. A autora não só identificou o trabalho exercido pelo escravo nas fazendas de gado, mas também considerou a importância social da posse de escravos em um ambiente pobre, em formação e longe dos centros de poder da colônia. Assim, é importante destacar que Brandão enxerga o Piauí como um território em processo tardio de inclusão no sistema colonizador português levando em conta, para a sua formação, o papel social da escravidão.

¹¹ PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora UnB, 2004.

¹² GALLIZA, Diana Soares. *O declínio da Escravidão na Paraíba (1850-1888)*. Dissertação de mestrado em História. Recife: UFPE, 1977.

¹³ BRANDÃO, Tanya M. P. *O Escravo na Formação Social do Piauí*. Perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: Ed. Gráfica da UFPI, 1999.

Ainda sobre o Piauí, mas voltando-se para o período Imperial, Miridan Britto Knox Falci¹⁴ faz um importante estudo sobre a demografia escrava na região. Seu objetivo principal é o de compreender a experiência de ser escravo no Piauí em três tempos: o tempo de nascer, o tempo de trabalhar e o tempo de morrer. Utilizando fontes primárias, a autora preocupa-se em chegar ao interior dos grupos humanos, conhecendo a dinâmica da população de uma sociedade pastoril, ao:

(...) olhar o escravo do sertão não sob uma perspectiva unidimensional sequer idílica. Existem continuidades e rupturas, certezas, dúvidas e contradições incessantes no material analisado. É uma relação viva com os documentos. Reação de amor, medo e conflituosa onde não há certezas absolutas. A única certeza é a de que a construção da realidade histórica é um constante desafio.¹⁵

Em uma segunda publicação¹⁶, Falci se interessa particularmente pela vida das mulheres do Sertão, sejam elas ricas ou pobres, livres, libertas ou escravas. Centrando suas pesquisas no Ceará e no Piauí, a autora visa penetrar no interior do universo feminino, identificando as mulheres primeiramente pela aparência física. Aqui, são identificadas as etnias mais comuns nos diferentes grupos da sociedade. Voltado para a vida privada, o artigo em questão examina igualmente os papéis e temas sociais típicos do universo feminino, como a noção de beleza, o trabalho, a educação, a religião e os momentos de lazer das mulheres no Sertão. Com relação às escravas, a autora aborda a origem, a violência, o trabalho e a liberdade dessas mulheres.

Já no Sertão do médio São Francisco, em Pernambuco, a pesquisa desenvolvida por Suzana Cavani Rosas¹⁷ contribui para a desmistificação da incompatibilidade da economia da região com a escravidão. Assim, utilizando fontes como inventários, livros de casamento, batismo e de nota do tabelionato de Tacaratu, Floresta e Cabrobó, do século XIX, a autora defende o papel do escravismo na economia e na sociedade sertaneja. Deste modo, alguns aspectos da escravidão na região são destacados, tais como o alto preço dos escravos com relação aos demais bens de valor; a existência de famílias escravas identificadas não só pelo

¹⁴ FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravos – Demografia, trabalho e relações sociais: Piauí 1826-1888*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

¹⁵ *Idem. Ibidem.* p. 28

¹⁶ FALCI, Miridan Britto Knox. *Mulheres do Sertão Nordestino*. In DEL PRIORI, Mary (dir.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto e Fundação UNESP, 1997. p. 241-277.

¹⁷ ROSAS, Suzana Cavani. *Escravos e senhores no Sertão de Pernambuco no século XIX*. Anais eletrônicos do encontro Os Sertões. Espaços Tempos Movimentos. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006 e *A escravidão no Sertão do São Francisco*. Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, Florianópolis, 1993.

maior equilíbrio entre os homens e mulheres, mas também pela presença significativa de crianças cativas; e a reprodução natural da escravaria como um componente importante para o abastecimento de escravos na região.

Considerando a contribuição desta historiografia mais recente, este trabalho busca compreender a estruturação de uma sociedade que funcionou como mais um espaço de acomodação do sistema escravista. Entretanto, o espaço geográfico delimitado nesta pesquisa visa a respeitar o jogo de escala proposto pela micro-análise. Por isso, a proposição teórica feita não opõe o espaço particular ao global, mas, ao contrário, considera que uma realidade social pode ser percebida em várias escalas. A análise do *micro* não exclui a do *macro*, mas se articula com esta.¹⁸ O que a redução da escala oferece à pesquisa histórica não é uma versão atenuada ou parcial da realidade macro social, mas sim uma versão diferente. Ela convida a uma outra leitura do social que privilegia uma abordagem da realidade histórica a partir da multiplicação das variáveis de análise.

Considerando tais referências, o estudo aqui proposto não nega a existência do Sertão enquanto região semi-árida do Nordeste do Brasil, mesmo se uma delimitação no tempo e no espaço se impõe. Neste aspecto, o ponto de partida para a compreensão da sociedade estudada é a definição do Sertão tanto no plano geográfico, quanto no simbólico.

Primeiramente, é preciso destacar que o termo *sertão*, desde o período colonial, era utilizado para as regiões de fronteira, ou seja, para o imenso espaço que não estivesse perto do litoral e que se configurava como palco para novas ocupações. Por isto mesmo, sempre se falou mais em *sertões*, já que se tratava de áreas distintas dos grandes centros de ocupação e de produção. Percebe-se, então, quão vasto e vago pode ser o conceito associado a uma noção também vaga de distância.

Entretanto, apesar de historicamente empregado para designar todo um gigantesco e heterogêneo espaço territorial, foi no Nordeste que este termo se fixou a ponto de hoje o Sertão nordestino encontrar-se entre aquelas regiões carregadas de imagens pré-fabricadas no imaginário brasileiro.¹⁹ Hoje, o Brasil enxerga este território como uma região de fome e de seca, mas pouco sabe sobre as relações sociais aí desenvolvidas, o cotidiano de seus habitantes, seus costumes e sua cultura. Independentemente dos sertões e das várias imagens sobre eles construídas ao longo da história, é esta noção de Sertão de hoje que se pretende

¹⁸ REVEL, Jacques (org.). *Jeux d'échelles, de la micro-analyse à l'expérience*. Paris: Seuil, 1996.

¹⁹ Durval Muniz debateu a construção da identidade regional, a partir da estratégia de estereotipia, que nasce quando as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo. Ver ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Editora Massangana. São Paulo: Cortez, 1999.

abordar, olhando para as relações ali construídas entre as décadas de quarenta e oitenta do século XIX.

A vida rural no Sertão da segunda metade do século XIX destacava-se pela distribuição da população em fazendas distantes entre si, onde a cidade funcionava mais como um local de encontro ou como uma grande feira do que como um espaço essencialmente de moradia. O mundo rural implica uma população dispersa e um pequeno nível de urbanização. Inclusive, com relação à distribuição da população, Maria Ferreira Burlamaqui²⁰ percebeu, ao estudar a estrutura fundiária da região, que os herdeiros das grandes fazendas de gado habitavam lado a lado na grande propriedade, como uma estratégia contra a fragmentação do latifúndio. Ou seja, vários proprietários conviviam na mesma fazenda, com suas famílias e escravos. Tal fazenda funcionava praticamente como uma propriedade auto-suficiente, com suas casas de farinha, seus currais e teares. Além do gado bovino criado solto, havia a criação de outros animais, como cabras e cavalos. Com relação à agricultura, existiam, além do algodão, roças de subsistência voltadas para a alimentação. Ainda sobre a população local, é importante ressaltar a forte presença de população indígena, muitas tribos estando presentes ainda hoje na região.²¹

A escolha cronológica destaca-se por duas razões essenciais. Primeiramente, porque a quantidade das fontes correspondentes a este período é abundante. Em seguida e principalmente, porque a segunda metade do século XIX destaca-se como um momento único da crise final do sistema escravista no Brasil. Tal contexto constitui um quadro de particular interesse, na medida em que se procura compreender a manutenção da escravidão no Sertão num momento, em muitos aspectos, desfavorável.

A partir de 1850, com o fim do tráfico atlântico de escravos, a legislação brasileira passa por uma mudança progressiva que culmina com a abolição definitiva da escravidão em 1888. A pressão internacional, aliada a uma forte campanha abolicionista, contribuiu também para a criação de um clima anti-escravidão em todo o país. Entretanto, diante deste contexto nacional desfavorável, manifesta-se nas diferentes regiões do país, até o fim, um forte apego à manutenção do sistema escravista.

Nos anos que se seguiram a lei Eusébio de Queiroz, o preço do escravo aumentou muito, sobretudo porque o cativo no Brasil procedia, até então, quase que exclusivamente da

²⁰ BURLAMAQUI, Maria Ferreira. *Trajetórias e práticas de sociabilidade na apropriação de terras: Floresta e Tacaratu entre as décadas de 1840-1880*. Dissertação de mestrado em História. Recife: UFPE, 2005.

²¹ Atualmente, são reconhecidos pelo menos sete grupos de remanescentes indígenas na região estudada. Nos atuais municípios de Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Ibimirim, Inajá, Jatobá, Petrolândia, Cabrobó e Tacaratu, estão distribuídas as tribos Tikum, Kambiwá, Pankaiuká, Pankará, Pipipã, Truká e Pankararu.

África e muito pouco de uma política de reprodução interna da força de trabalho. Até 1850, a posse de escravos era bastante democratizada, entretanto, com as restrições impostas pela lei, há uma maior concentração de cativos na mão dos proprietários mais ricos. Diversas pesquisas têm demonstrado²² que o fenômeno de concentração regional da propriedade escrava foi o resultado não apenas de transferências inter-regionais, mas de uma intensa concentração social da propriedade cativa.

Torna-se interessante perceber como se deu este movimento no Sertão. Inclusive porque, com a instauração do tráfico interno, as regiões mais pobres ou em crise passaram a transferir seus cativos para as regiões com maior desenvolvimento econômico. Segundo Emília Viotti, calcula-se que de 7.000 a 10.000 escravos entravam anualmente nas províncias do Centro-Sul, vindos de outras partes do país.²³ Entretanto, não eram apenas as áreas cafeeiras que recebiam novos escravos. O Sertão e as províncias do Centro-Sul representavam os dois pólos opostos de uma lógica baseada na oferta e na procura. Todavia, o movimento de escoamento seguia por rotas e, ao longo do caminho, cativos eram comprados e vendidos de acordo com as oportunidades que apareciam. O fluxo não era apenas interprovincial, mas também regional, num movimento que, neste caso, se iniciava no Sertão, passava pelo Agreste e chegava à Zona da Mata canavieira.

Nem a Lei do Ventre Livre de 1871, que finalmente impunha um prazo definitivo ao sistema escravista, cessou este comércio nacional. Apenas na década de 1880, às vésperas da abolição definitiva e com a proibição do tráfico interprovincial, é que o preço do cativo cai consideravelmente em todo Brasil. Entretanto, mesmo neste momento final, o sentimento de inevitabilidade da abolição do sistema vem sempre acompanhado de um apego à manutenção da prática escravista. Assim, em cada região, o processo de decomposição acabou revestindo-se de aspectos distintos.

No Nordeste, as conseqüências da crise parecem de maior intensidade, não só pelas dificuldades enfrentadas na exportação do açúcar, mas também pela transferência do centro de

²² Ver, entre outros, EISEMBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Campinas: UNICAMP, 1977 e MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, século XIX*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

²³ A concentração de escravos no sudeste escravista foi bastante expressiva principalmente na segunda metade do século XIX, visto que “às vésperas da Abolição, em 1887, São Paulo, Minas e Rio de Janeiro – que sessenta anos antes detinham 34% da população escrava do País – registravam 66%. Enquanto províncias do Nordeste, que detinham 54% na época da Independência, registravam pouco mais de 23% às vésperas da Abolição.” COSTA, Emília Viotti. *A Abolição*. São Paulo: Globo, 1982. Coleção História Popular, nº10. Coordenação Jayme Pinsky. p. 33.

decisão do Império em direção ao Centro-Sul²⁴. As dificuldades no setor açucareiro afetaram o Sertão, já que a região fornecia gado para os engenhos do litoral. Neste período, para muitos criadores, parecia muito mais lucrativo a venda dos escravos do que a utilização dos mesmos na atividade criatória.

Já o algodão, segundo produto em importância econômica para o Sertão, passa também por um período de crise na sua produção. Depois de se desenvolver rapidamente durante a guerra de independência dos Estados Unidos, a cultura algodoeira destinada à exportação volta a perder mercado em decorrência da distância dos portos e do monopólio norte-americano, reconquistado no século XIX. Neste contexto, é apenas durante um curto período de tempo, quando da Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), que o algodão do Sertão volta a ser competitivo no cenário internacional.

A expansão das imensas fazendas de boi pelo Sertão, ao longo do período colonial,²⁵ estava agora distante da atual realidade de crise. A produção de charque nos pampas gaúchos parecia mais atraente ao comércio em grande escala e o algodão sofria uma forte concorrência externa. Ainda assim, a pecuária extensiva se mantinha, com seus vaqueiros, agregados, livres, forros e escravos. Os tropeiros ainda cruzavam os sertões, levando animais e mercadorias ao litoral açucareiro e a produção algodoeira também continuava existindo, mesmo que em menor escala e constantemente à sombra da atividade criatória.

Em épocas de crise, o sol causticante e as secas pareciam ainda mais difíceis de suportar. Neste aspecto, a segunda metade do século XIX é também particularmente interessante. Pela primeira vez, uma Grande Seca (1877-79) torna-se um evento digno de atenção nacional. Esta seca seria mais uma das muitas que castigam a região²⁶, não fosse a crise econômica. A seca de 1877-79 foi a primeira a levar grandes e médios proprietários de terra à falência. Este fato se aliou à existência de uma imprensa que permitiu, com o advento da fotografia, a veiculação das imagens da miséria e dos efeitos desastrosos deste fenômeno como nunca acontecera antes (ver imagens, anexo 2).

²⁴ Evaldo Cabral de Mello analisou como a repartição dos investimentos beneficiava sempre o Sudeste do país. Durante a vigência do Império, as províncias do Norte pagaram os impostos que permitiram o desenvolvimento da região cafeeicultora. Ver MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

²⁵ Sobre os latifúndios da Casa da Torre dos Garcia D'Ávila, ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

²⁶ Segundo Richard Marin conta-se dez secas para o século XVIII e oito para o século XIX. Ver MARIN, Richard. « L'invention du sertão ». In Michel Bertrand, Laurent Vidal (dir.), *A la redécouverte des Amériques. Les voyageurs européens au siècle de l'indépendance*, Toulouse, coll. Tempus, Presses Universitaires du Mirail, 2002, p. 167-179.

Inclusive, se fenômenos como o cangaço, o coronelismo e o fanatismo religioso ganham dimensões dramáticas durante os primeiros anos da República, eles são, em muitos aspectos resultantes do longo período de dificuldades pelas quais passou a região durante toda a segunda metade do século XIX.

O panorama acima descrito apresenta um conjunto de condições desfavoráveis à presença de escravos no Sertão. Entretanto, eles existiram. Mesmo com todos os entraves apresentados, a documentação indica a presença tanto de homens quanto de mulheres cativos, durante todo o período em questão. Mesmo que numericamente inferiores aos livres (e aos escravos de outras regiões do país), muitos escravos são identificados. Esta constatação torna-se o fio condutor deste trabalho e permite a formulação de várias questões. Quem são eles? Em que trabalhavam? Como era o cotidiano destes homens, mulheres e crianças que viviam no Sertão? É essa escravidão *miúda* (mas não desvinculada ideologicamente da sociedade escravista) e os seus personagens, o tema central deste trabalho.

É importante ressaltar o embasamento teórico que, na passagem do estudo de uma história ligada às estruturas a uma história ligada ao indivíduo enquanto ator social, tornou-se imprescindível aqui. Por mais que os diversos atores não existam dissociados uns dos outros, é a partir da ótica da população cativa que proponho esta abordagem.

Tal propósito insere-se no paradigma da história *vista de baixo*, que, por sua vez, instala, no centro das preocupações do historiador, as massas anônimas e as suas experiências passadas, a partir de questionamentos inseridos no presente. Desde o seu surgimento até a atualidade, esta possibilidade histórica ampliou-se, tendo tornado-se um campo fecundo e com vasta diversidade temática; inclusive no Brasil, onde as populações escravas traduziram-se em um dos seus alvos preferidos. O historiador que pretende uma história *vista de baixo* deve, então, estar atento às realidades da vida cotidiana, tentando compreender pessoas culturalmente diferentes, que existiram numa época distinta da sua, e todas as implicações impostas por esta.²⁷

Para tanto, são utilizadas dois tipos de fonte. Em primeiro lugar, é utilizada a documentação cartorial e eclesiástica dos municípios que compunham a região entre as décadas de quarenta e oitenta do século XIX. São inventários *post-mortem*, livros de batismo, de casamento e de óbito, além de Livros de Notas de Tabelião. Neste último, foram consultados apenas os documentos que fazem referência à cativos, como procurações para a

²⁷ BOUTIER, Jean e VIRMANI, Arundhati. In BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. *Passados Reconstituídos – Campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998. e BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História – Novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.

venda de escravos, cartas de alforria e registros de compra e venda de cativos²⁸. Além disto, é utilizado também o primeiro recenseamento nacional, realizado em 1872²⁹, correspondente às duas principais vilas da região estudada, Floresta e Tacaratu.

Um segundo conjunto compreende as fontes impressas. Entretanto, as publicações sobre o Sertão do século XIX são abundantes e variadas. Por esta razão, o conjunto dessas fontes foi dividido em três categorias: os livros baseados em relatos de viajantes, os poemas de tradição oral recolhidos e publicados por pesquisadores e, finalmente, as obras escritas por moradores da região do médio São Francisco, em Pernambuco.

Mesmo considerando-se o século XIX como um período rico na produção de relatos de viajantes, raras são as publicações referentes ao Sertão de Pernambuco. Entretanto, pode-se destacar o relatório de Teodoro Sampaio que, participando de uma viagem de estudo sobre o rio São Francisco³⁰, publicou *O rio São Francisco e a chapada Diamantina*. Durante esta expedição, o engenheiro visitou o Sertão de Pernambuco e descreve não só a paisagem e a geografia, mas também alguns povoados. Além desta obra foi utilizada também *Viagem ao Nordeste do Brasil* de Henri Koster, que passou pelo Sertão de algumas províncias nordestinas.³¹

O Sertão nordestino é conhecido por possuir uma forte tradição de literatura oral. Assim, poetas e cantadores circulavam pelo Sertão, apresentando-se em dias de festas nas vilas da região. Entre os poetas mais conhecidos, constam pelo menos dois escravos. O primeiro é Inácio da Catingueira, originário da província da Paraíba. Seus poemas, conservados oralmente, provêm de uma famosa pelega realizada por volta de 1870 na vila de Patos, na Paraíba. Neste encontro, opuseram-se os dois grandes cantadores do Sertão do período. De um lado, o pequeno proprietário de terras e dono de um escravo, Romano do Teixeira, do outro, Inácio da Catingueira, escravo analfabeto, mas com grande talento para a improvisação. O interesse principal desta cantoria são as rimas que indicam como a sociedade do Sertão percebia os vários aspectos da escravidão. Nas estrofes cantadas, são tratados assuntos sobre a etnia, o trabalho e a liberdade dos escravos. O segundo escravo cantador é Fabião das Queimadas (Fabião Hermenegildo da Rocha, 1848-1928), originário do Rio

²⁸ O conjunto desta documentação, localizada atualmente no Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, faz parte de um acervo maior recuperado in loco por professores do Departamento de História, como etapa da pesquisa Formação Social do médio São Francisco, sob a coordenação da Professora Socorro Ferraz.

²⁹ Fonte consultada no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibege.gov.br>>. Acesso em: maio de 2007.

³⁰ SAMPAIO, Teodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Coleção Retratos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

³¹ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

Grande do Norte. Escravo de José Ferreira da Rocha, juntou 800\$000 (oitocentos mil réis) e alforriou-se. Depois de liberto, comprou a liberdade da mãe e da sobrinha com quem se casou e teve quinze filhos. Cantava acompanhado de uma rabeca e, entre os seus poemas, destacam-se alguns que abordam questões como o significado da liberdade para o cativo. Nenhum destes dois escravos viveu na região do médio Sertão do São Francisco, em Pernambuco, mas a utilização dos poemas de tradição oral se justifica por seu papel de símbolo da cultura sertaneja. Além disto, estes poemas são os únicos registros diretos atribuídos a escravos do Sertão³².

As obras escritas por moradores da região do médio São Francisco constituem-se numa produção memorialista, mas também voltada à história municipal das cidades da região. São livros que privilegiam os hábitos e costumes, por isso destacam-se pela descrição do clima, do relevo, de pessoas, da paisagem e de tradições típicas da população local³³.

A relação do historiador com as fontes que utiliza precisa ser uma relação crítica, pois ele está consciente de que busca, o tempo todo, *ver o invisível*, sobretudo quando trabalha com sujeitos da história aparentemente silenciados, como é o caso das populações escravas. Hoje se sabe que, através do relato do outro, é possível perceber sua presença. Deste modo, este trabalho pretende se inserir entre aqueles que enxergam os escravos e escravas como agentes históricos que viviam numa condição jurídica de ausência de liberdade, mas que, no seu cotidiano, tentam sempre construir com outros indivíduos relações que possibilitem uma existência menos sofrida.

Nesta perspectiva, as considerações de Michel de Certeau se tornam válidas, pois “o cotidiano se inventa de mil formas de caça não autorizadas”.³⁴ Ou seja, a ordem econômica impõe uma disciplina, mas os ‘dominados’ não a aceitam passivamente, eles a manipulam através de suas práticas e de seus procedimentos. Assim, através da astúcia, o desvio torna-se o recurso dos mais fracos.

³² Sobre os cantadores escravos ver, SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos, « L’esclave noir et la naissance de la *cantoria*: Inácio da Catingueira et quelques autres ». In MATTOSO, K., *Mémoires et identité au Brésil*. Centre d’Etude sur le Brésil, Paris, l’Harmattan, 1996. CASCUDO, Luis da Câmara. *Tradições Populares da Pecuária Nordestina*. Documentário da vida rural, n°9. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1956. WILSON, Luis. *Roteiro de velhos cantadores e poetas populares do Sertão*: Estado de Pernambuco. Coleção Tempo Municipal. Recife: FIAM / Centro de Estudos da História Municipal, 1985.

³³ Foram selecionadas várias obras, entre as quais destacam-se: LINS, Wilson. *O médio São Francisco - uma sociedade de pastores guerreiros*. São Paulo: Editora Nacional, 1983. GOMINHO, Leonardo Ferraz. *Floresta - Uma terra, um povo*. Floresta: FIAM, Centro de Estudos de História Municipal, Prefeitura Municipal de Floresta, 1996. _____. *Cheiro de Cuva. Crônicas de uma terra*. Disponível em: <<http://br.geocities.com/leonardogominho/riachodonavio.html>>. Acesso em setembro de 2007.

³⁴ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: Artes de fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003. p. 38.

Para tanto, a valorização do cotidiano torna-se central nesta análise, visto que ele é o tempo de realização da ação humana e é nele que a vida de todo ser humano se faz. Entretanto, esta mesma vida se modifica de acordo com as diferentes estruturas sócio-econômicas que estão imersas. “A condução da vida supõe para cada um, uma vida própria, embora se mantendo a estrutura da cotidianidade; cada qual deverá apropriar-se a seu modo da realidade e impor a ela a marca de sua personalidade.”³⁵

Essa dissertação divide-se em três capítulos. No primeiro, pretende-se uma análise dos escravos no conjunto da população. Assim como todo e qualquer indivíduo, eles não existiram fora das relações que possuem com os outros escravos e com os demais grupos da sociedade. Em primeiro lugar, o Sertão como um todo é abordado com o intuito de inserir a região do médio São Francisco, no processo histórico de ocupação e colonização da região pelos portugueses e, posteriormente, de construção de uma identidade regional. Para tanto, são privilegiadas, as visões comumente difundidas pela literatura e pela história sobre o Sertão. Entretanto, o objetivo principal deste capítulo, abordado em um segundo momento, é perceber até que ponto o cativo inseria-se na dinâmica da sociedade à qual pertencia e em que aspectos a população cativa se aproximava e se distanciava das parcelas de populações livres pobres e ricas. Do mesmo modo, é através do estudo das relações entre os escravos e os demais indivíduos que se torna possível a percepção de uma sensibilidade comum em relação à escravidão.

No segundo capítulo, pretende-se identificar a estrutura da posse escrava. Inquirindo sobre as redes de relações de conflitos e solidariedades que nortearam as experiências dos trabalhadores escravos no médio São Francisco, chegou-se à constatação de que, inicialmente, necessitava-se buscar o entendimento de como se estruturava o sistema escravista na localidade, investigando suas bases sociais e econômicas. Neste sentido, a escravidão é tratada do ponto de vista dos senhores, buscando-se identificar quais eram as estratégias utilizadas por estes para a manutenção da escravidão no cotidiano, em um período pouco favorável. Assim, são observados os padrões de composição dos plantéis de escravos frente à crise de abastecimento e à demanda de novos braços em todo o país.

Finalmente, o terceiro capítulo trata dos indivíduos escravos propriamente ditos. Aqui, a questão principal é a de saber quem são estes homens e estas mulheres e quais os interesses e as motivações que guiam suas vidas no cotidiano, através da observação dos padrões demográficos. Neste aspecto, a identificação do sexo, da idade, da atividade, da origem e da

³⁵ HELLER, Agnes. *op. cit.*, p. 40.

cor da pele dos escravos do Sertão permite uma delimitação do tipo comum de cativo na região. Em seguida, o cotidiano de homens, mulheres e crianças é abordado, destacando-se as ocupações, as moradias, as possibilidades de conquista da alforria e as relações construídas com pessoas livres pobres.

O SERTÃO

De ponta à ponta è toda praia rasa, muito plena e bem formosa. Pelo sertão, pareceu-nos do mar muito grande, porque a estender a vista não podíamos ver senão terra e arvoredo, parecendo-nos terra muito longa.

Pêro Vaz de Caminha.

1.1. Sertão, termo genérico

Como se pode constatar neste trecho da Carta de Pêro Vaz de Caminha, a palavra sertão acompanha a história do Brasil desde a chegada dos primeiros colonizadores portugueses em 1500. Entretanto, este termo, hoje brasileiro por excelência, tem uma origem etimológica ainda debatida e incerta. Para Câmara Cascudo³⁶, a palavra sertão é uma contração de *desertão*. Todavia, alguns autores defendem que, na Europa, durante a Idade Média, este termo designava as terras não cultivadas, localizadas em torno dos burgos medievais³⁷. Independentemente da origem, o que é evidente é que, no Brasil, o termo sempre foi utilizado de maneira vaga e incerta.

Desde o início, a colonização portuguesa concentrou-se nas regiões próximas ao litoral. Neste período, o sertão correspondia a um amplo espaço de terras inexploradas que fascinavam o colono em busca de ouro e riqueza, ao mesmo tempo em que personificava o desconhecido, o perigo e o medo. Assim, pode-se dizer que, neste primeiro momento de

³⁶ CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do folclore Brasileiro*. 6ª edição. São Paulo: Editora da USP, 1988. p. 804.

³⁷ Ver o artigo de BARTELT, Dawid Danilo. *Palavras secas: o discurso sobre o "sertão" no século XIX*. In ROCHA, João Cezar de Castro; ARAÚJO, Valdeí Lopes de (org). *Nenhum Brasil Existe – Pequena enciclopédia*, 1ª ed. v. 1. Rio de Janeiro: Topbooks; Universidade Editora, 2003.

dominação européia no Brasil, o sertão correspondeu a uma vaga noção de terras longínquas, isoladas e distantes das áreas povoadas e cultivadas na costa do Brasil.

No período colonial, o sertão acabou representando quase todo o interior do vasto território. Por esta razão, não havia, até então, uma definição precisa no que diz respeito às fronteiras ou a alguma predominância de clima ou de vegetação. Nestas circunstâncias, o termo era quase sempre empregado no plural. A expressão *os sertões* servia para nomear regiões diferentes de norte a sul da colônia, com paisagens tão distintas quanto podiam ser as terras semi-áridas, a floresta e as savanas. De fato, o que unia estes espaços heterogêneos era a ausência de um sistema regular de colonização. Essa ausência era tal que, em 1627, o frei Vicente Salvador escreve, na sua *História do Brasil*, que ele não trataria das terras do sertão “porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”.³⁸ Assim, para o colonizador, o sertão encarnava o espaço a civilizar.

Neste contexto, o sertão é percebido como terra de índio que atraía cativos fugidos e bandeirantes em busca de braços para escravizar e de metais preciosos para explorar. Assim, a primeira conquista deste espaço acabou sendo feita no século XVI por esses aventureiros paulistas que utilizavam os rios como caminhos de penetração em um território até então desconhecido para eles.

Se, originalmente, o termo sertão evocava regiões diferentes e distantes uma das outras, o sentido da palavra vai se modificando aos poucos e se fixando a uma parte do território brasileiro, marcada pela pecuária, pelo clima semi-árido e pela seca.

Atualmente, se as duas concepções da palavra coexistem, é como sinônimo de parte do Nordeste que ela é mais utilizada, inclusive, o Sertão é reconhecido como uma das quatro zonas geográficas da região, determinadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Além disto, pode-se dizer que o Sertão corresponde a um espaço ao mesmo tempo geográfico e simbólico do território nacional. Por isto, a grafia da palavra, com maiúscula, funciona, segundo Patrícia Sampaio Silva, para destacar que só existe um Sertão, o das terras semi-áridas, representação, aliás, mais difundida no imaginário nacional³⁹.

³⁸ Citado por GIUCCI, Guillermo. *Uma carta: Império e nação*. In Rocha, João Cezar de Castro; ARAÚJO, Valdeí Lopes de (org.). *op. cit.*, p. 50.

³⁹ SAMPAIO SILVA, Patrícia. *Sur les traces de Virgolino, un cangaceiro dit « Lampião ». Fragilité, violence et légalité (Brésil XIX^e-XX^e siècles)*, Tese de doutorado sob a orientação de Marie Danielle Demelas. Institut des hautes études de l'Amérique Latine, Universidade de Paris III, 2000. p. 34.

1.2. O Sertão, uma parte do Nordeste

Numa definição geográfica atual⁴⁰, o Sertão é considerado uma sub-região do Nordeste que corta o interior de nove estados da federação⁴¹, numa extensão de aproximadamente 912.208 km². O clima semi-árido predominante, a vegetação de tipo caatinga e as secas periódicas estão entre as características de maior relevância. Além disto, a temperatura média de 25° C e as chuvas irregulares, concentradas geralmente em três a cinco meses do ano, colaboram para a descrição de uma paisagem caracterizada por uma monotonia constituída de céu azul e galhos secos retorcidos.

Todavia, esta definição geográfica “clássica” está quase sempre sistematicamente associada a uma outra, a da sociedade que ali se desenvolveu e do seu habitante, o sertanejo. Deste modo, quando se evoca o Sertão, alguns clichês estão freqüentemente presentes de maneira automática e quase natural.

É importante constatar que esta representação do Sertão corresponde, em muitos aspectos, a um discurso construído no interior da Nação, a partir da segunda metade do século XIX. Segundo Dawid Danilo Bartelt⁴², é neste período que a geografia, o clima e as teorias raciais e culturais em voga são reunidos pela primeira vez, para explicar este “mundo à parte”. É neste contexto que são produzidos os diários de viagem e que uma Grande Seca (1877-1879) se torna um acontecimento digno de atenção e comoção nacional pela primeira vez.

Se esta construção do Outro no interior da Nação começou a aparecer durante o Império, é principalmente depois da proclamação da República que o discurso identitário se consolidou e se difundiu. *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicado em 1902, tornou-se um marco deste momento ao encarnar, ao mesmo tempo, a grande síntese do discurso naturalista da segunda metade do século XIX e a imagem do Sertão propagada e sempre realimentada ao longo de todo o século XX:

Raça forte e antiga, de caracteres definidos e imutáveis mesmo nas maiores crises - quando a roupa de couro do vaqueiro se faz a armadura flexível do jagunço - oriunda de elementos convergentes de todos os pontos, porém diversa das demais deste país, ela é

⁴⁰ ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

⁴¹ São oito estados nordestinos (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), além de Minas Gerais.

⁴² BARTEL, Dawid Danilo. *Palavras secas: o discurso sobre o "sertão" no século XIX*. In ROCHA, João Cezar de Castro; ARAÚJO, Valdeci Lopes de (org.). *op. cit.*

inegavelmente um expressivo exemplo do quanto importam as reações do meio. (...) Todos os povoados, vilas ou cidades, que lhe animam hoje o território, têm uma origem uniforme bem destacada das dos demais que demoram ao norte e ao sul⁴³.

Entretanto, é apenas nos anos de 1930 que a construção e a difusão de uma identidade nacional e, paralelamente, regional se tornaram um projeto de Estado, durante o governo de Getúlio Vargas. Neste período, casos de fanatismo religioso, banditismo e o poder local ganharam visibilidade nacional, provocaram debates e inspiraram artistas.

Aqui, pode-se destacar a literatura, com o forte desenvolvimento do Romance Regionalista nos anos 1930, sobretudo na obra de José Lins do Rego. Num contexto de transição, na sociedade brasileira, da estrutura rural oligárquica para a urbana, o espaço nordestino é representado por seu contexto de crise. Vale destacar que o Nordeste tratado por José Lins do Rego é, sobretudo, o do litoral, região da cana-de-açúcar. Por toda a sua obra, perpassa a idéia de nostalgia, em que o tempo dos engenhos aparece como um período de harmonia e felicidade para todos, senhores e trabalhadores, livres e escravos. Nestse contexto, a chegada da usina representa a decadência. Apenas em dois romances, *Pedra Bonita*⁴⁴ e *Cangaceiros*⁴⁵, o Sertão aparece na obra de José Lins do Rego, entretanto, sempre numa oposição ao litoral açucareiro. De fato, na obra do autor, é nessa oposição que o Sertão, marcado pelo cangaço e pelo messianismo, ganha sentido.

Todavia, é preciso compreender José Lins do Rego a partir de um projeto regionalista que o aproxima de Gilberto Freyre. Na obra dos dois autores, há uma polarização entre o Nordeste e o Centro-Sul do país, em que se defende “a preservação da autenticidade dos valores tradicionais brasileiros (tão vivos ainda no Nordeste), contra os “acentos estrangeiros” e os interesses cosmopolitas, vigentes no Rio e em São Paulo”.⁴⁶

Ainda entre os clássicos sobre o Sertão, está *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos⁴⁷, escrito em 1938. Esta obra retrata uma seca que pode ser do século XIX ou mesmo do século XX e que se passa num Sertão que pode estar localizado em qualquer ponto do espaço do semi-árido. O autor conta de forma poética a saga de Fabiano, de sua família e de seu cão Baleia, mostrando o período de estiagem como fenômeno cíclico e os sertanejos como

⁴³ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*: Canudos, diário de uma expedição. 33ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987. p. 161.

⁴⁴ REGO, José Lins. *Pedra Bonita*. 9º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

⁴⁵ REGO, José Lins. *Cangaceiros*. 7º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

⁴⁶ FARIAS, Sônia Lúcia Ramalho de Farias. *O Sertão de José Lins do Rego a Ariano Suassuna*. Recife: Editora Universitária, 2006, p. 49.

⁴⁷ RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. São Paulo: Record, 1998.

retirantes que se movimentam em busca de sobrevivência. Entretanto, ao denunciar a prisão do sertanejo à sua condição de miséria, *Vidas Secas* contribui para a representação de um Sertão arcaico, miserável, onde o tempo não passa e a vida, guiada pela seca, transcorre de forma cíclica.

Se o processo de construção do Outro no interior da nação é intensificado durante o período do Estado Novo, ele continuou a ser realimentado ao longo de todo o século XX. A literatura, a música e, mais tarde, o cinema e a televisão produzem obras muitas vezes de grande valor artístico, que nutrem e difundem uma imagem homogeneizada do Sertão. Deste modo, o discurso identitário acabou produzindo uma distinção entre o que se considera “nacional” (produção cultural centrada em São Paulo e no Rio de Janeiro), em oposição aos “regionais” (onde o Nordeste tornou-se o exemplo por excelência). Este processo de construção de identidade/alteridade persiste atualmente, tanto no interior, quanto no exterior do Nordeste⁴⁸.

Entretanto, com a publicação do livro *Grande Sertão: Veredas*⁴⁹, de Guimarães Rosa, em 1956, o Sertão passa a ser mais do que regional, tornando-se também universal. Talvez um dos maiores marcos na literatura do século XX, o livro de Rosa faz do Sertão mais do que uma realidade geográfica, social e política, pois agora ele está em toda parte. Destoando da grande maioria das obras consideradas regionalistas, em Guimarães Rosa, o Sertão é o mundo e as questões abordadas na obra são, ao mesmo tempo, locais e universais, pois inerentes a todo ser humano, como o bem e o mal, o amor e a violência. Segundo Antônio Cândido, o livro “é um mergulho profundo na realidade essencial de certo Brasil arcaico e, ao mesmo tempo, no vasto mundo de todos os homens”.⁵⁰ Como afirma Teobaldo, personagem do livro:

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem (...) então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrôcho de autoridade. (...) Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questões de opiniões... O sertão está em tôda a parte.⁵¹

⁴⁸ Sobre a construção do discurso identitário no Nordeste e sua manipulação pela elite local, ver ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *op. cit.*

⁴⁹ ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963.

⁵⁰ CANDIDO, João. Entrevista com Entrevista com João Candido sobre Guimarães Rosa. Disponível em: <<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2006/jusp763/pag14.htm>>. Acesso em: 21 de setembro de 2007.

⁵¹ ROSA, Guimarães. *op. cit.*, p. 9.

Entretanto, a obra de Guimarães Rosa permanece singular. Inclusive a grande maioria das obras literárias publicadas depois de *Grande Sertões: Veredas* mantém o perfil regionalista que visa um resgate da tradição cultural do Nordeste, erigido em símbolo identitário dos valores nacionais.

Entre os autores mais contemporâneos, destaca-se Ariano Suassuna. Para este autor, a representação do espaço regional passa pela valorização da cultura popular, vista como definidora de uma autêntica cultura nacional. Assim, o Movimento Armorial de Ariano difere do chamado romance de 30 por buscar a criação de uma arte erudita nacional, a partir da cultura popular nordestina. Nesse contexto, o Sertão de Ariano é um mundo mágico, reinterpretado sob um ângulo mítico, e, desta maneira, transforma o universo rude e pobre num mundo fidalgo e nobre das novelas de cavalaria: “o Sertão é bruto, despojado e pobre, mas, pra mim, é exatamente isso o que o faz dele Reino!”⁵²

Este interesse pelo Sertão, corrente na literatura, tem também seus desdobramentos no campo da história. Assim, entre os historiadores, é Capistrano de Abreu⁵³ um dos primeiros a se interessar por uma história dita regional, ao estudar a região da pecuária, considerada pelo autor como a “civilização do couro”.

Além deste, na década de 1930, Djacir Menezes apresenta *O outro Nordeste*⁵⁴, em oposição ao nordeste das casas-grandes e senzalas de Gilberto Freyre. Assim, o Sertão apresentado por Menezes é de economia pecuário-algodoeira, que enfrenta as secas e precisa da intervenção do Estado para enfrentar as dificuldades causadas por ela.

De fato, as várias maneiras de interpretar o Sertão, desenvolvidas principalmente na literatura, mas também por historiadores e sociólogos, acabaram se vulgarizando na sociedade brasileira, ao longo do século XX. Assim, algumas idéias tornaram-se recorrentes quando se fala em Sertão, como a noção de um mundo à parte, precário, homogêneo, quase parado no tempo e marcado por uma religiosidade trágica e por um rígido código de honra. A força dos laços familiares e o sentido de honra se misturariam a uma violência cotidiana e a intensas lutas pelo poder. Além disto, ele também é considerado “o outro Nordeste”⁵⁵, em oposição ao litoral úmido da cana-de-açúcar. Aos olhos do mundo, o tempo nesta região rural e isolada parece não passar. A austeridade, a paisagem monótona e rude obrigam o homem a se adaptar

⁵² SUASSUNA, Ariano. 1977. p. 65. Citado por FARIAS, Sônia Lúcia Ramalho de Farias. *O Sertão de José Lins do Rego a Ariano Suassuna*. Recife: Editora Universitária, 2006, p. 65.

⁵³ Ver, sobretudo, ABREU, Capistrano de. *Capítulo da História Colonial*. Rio de Janeiro: Liv. Briguiet, 1954. e *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Liv. Briguiet, 1960.

⁵⁴ MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste: formação social do Nordeste*. Coleção Documentos Brasileiros, nº 5. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

⁵⁵ Além do livro de Djacir Menezes, *op. cit.* a expressão também serve de título do capítulo sobre o Sertão de BASTIDE, Roger. *Brésil. Terre des contrastes*. Paris: l'Harmattan, 1999 (primeira edição, 1957).

a esta terra ingrata. A seca, encarnação de tal dificuldade, transformaria não só a paisagem, mas também o sertanejo. A definição de longa duração de Fernand Braudel, de uma história quase imóvel, fruto das relações do homem com o meio, parece ser sempre privilegiada quando se trata do Sertão. “Há, ainda mais lenta do que a história das civilizações, quase imóvel, uma história dos homens em suas relações estreitas com a terra que os suporta e os alimenta”.⁵⁶

Como toda imagem discursiva, esta visão do Sertão se alimenta de elementos tirados de um universo social e cultural muito mais vasto⁵⁷. Por isto, não se pode negar que o Sertão se define enquanto uma sociedade rural e tradicional. Todavia, tal fator não deve ser interpretado como sinônimo de civilização estática, pois, como toda e qualquer sociedade, ele tem a capacidade de integrar elementos novos, conservando os antigos⁵⁸. Como afirma Socorro Ferraz:

os escritores têm se debruçado sobre o Sertão com olhares românticos, quase que mitificando a terra e o homem. Os historiadores contemporâneos ampliam esse olhar e buscam respostas que auxiliem na compreensão dessa formação social.⁵⁹

Partindo desta idéia, hoje, muitos pesquisadores tentam observá-lo de maneira mais localizada, buscando entender o desenvolvimento de processos históricos específicos. Não se trata de negar a existência de um Sertão nordestino, mas sim de valorizar análises mais pontuais, evitando assim generalizações.

1.3. O Sertão do São Francisco em Pernambuco

A região onde se localizam, atualmente, os sete municípios⁶⁰ estudados nesta pesquisa faz parte, hoje, de uma região denominada de sub-médio São Francisco. Entretanto, mesmo sendo imprescindível uma delimitação geográfica de acordo com a divisão atual, é preciso

⁵⁶ BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 25.

⁵⁷ Sobre o conceito de "tradição inventada", ver HOBSBAWN, E. e RANGER (dir.). *A invenção da tradição*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

⁵⁸ SAMPAIO SILVA. *op. cit.*, p. 111.

⁵⁹ FERRAZ, Socorro e BARBOSA, Bartira. *Sertão um espaço construído*. Ensaios de história regional. Rio São Francisco – Brasil. Universidad de Salamanca, Centro de estudios brasileños, 2005. p. 32.

⁶⁰ Os municípios são: Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia e Tacaratu.

compreender a organização deste espaço rural nos parâmetros da segunda metade do século XIX. Para tanto, torna-se necessário inserir a região do médio São Francisco num contexto maior de reorganização do espaço, iniciado com a chegada dos primeiros colonizadores.

Já no século XVI, a cultura da cana-de-açúcar, então em forte expansão, acabou dominando o conjunto das terras disponíveis do litoral nordestino. Paralelamente, expandir a criação de gado tornou-se necessário ao bom funcionamento dos engenhos de açúcar. Preocupada com o desenvolvimento do complexo produtivo colonial, a Coroa portuguesa decreta, em 1543, a proibição da criação de gado numa faixa de cinquenta léguas de distância da costa. Tal decreto visa a garantir não só o desenvolvimento do setor açucareiro no litoral, mas também a impulsionar a ocupação e o povoamento do interior da colônia, através da pecuária.

No primeiro período da colonização, o rio São Francisco funcionava como um verdadeiro caminho de penetração em direção ao interior, principalmente devido às dificuldades encontradas pelos portugueses, impedidos de avançar por terra diante das barreiras impostas pela geografia e pelas populações indígenas. Neste primeiro momento, o interesse dos colonos concentrava-se na busca por metais preciosos. Entretanto, as grandes descobertas de minas de ouro só ocorreram no final do século XVII, na região do alto São Francisco, em Minas Gerais. Assim, antes deste período, o vale acabou se tornando o grande eixo da conquista do território pelos colonizadores, ao mesmo tempo em que o rio funcionava como o meio de comunicação e de transporte entre as diferentes regiões da colônia. Em Pernambuco, os caminhos:

acompanhavam os vales dos rios Ipojuca e Capibaribe; partindo do litoral, chegavam até o extremo limite a sudoeste do território da Capitania de Pernambuco, que, no século XVIII, atingia a Carinhanha, aí, encontravam antigas trilhas dos indígenas e, alcançando Moxotó, chegavam ao rio São Francisco, na altura de Boa Vista. Era a oportunidade do viajante, através do rio São Francisco alcançar Minas, Alagoas, Sergipe, Ceará e Piauí.⁶¹

Este primeiro fluxo de exploração acabou fundando algumas vilas e proporcionando a instalação das primeiras fazendas de gado no vale do São Francisco. Entretanto, o controle português ainda era bastante restrito às áreas próximas ao rio, visto que eram os povos indígenas que dominavam a maior parte deste território.

⁶¹ FERRAZ, Maria do Socorro. *Agricultores e pecuaristas no médio São Francisco*. In SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide. *Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006. p. 33.

Com a política de doação de Sesmarias, o médio São Francisco acaba sob a influência do imenso latifúndio dos Garcia d'Ávila.⁶² Deste modo, a região insere-se em um processo de ocupação do território, que serviu de palco para a Guerra dos Bárbaros.⁶³ Este sangrento conflito iniciou-se desde a chegada dos primeiros colonos à região, mas parece ter se intensificado após a expulsão dos holandeses de Pernambuco, no século XVII. Apesar de os índios não terem sido totalmente exterminados da região⁶⁴, as disputas com colonos e a intervenção de missionários provocaram uma reorganização do espaço inicialmente sob domínio de populações indígenas. Em tal reorganização é a pecuária extensiva que passa a dominar a paisagem.

Neste longo processo de ocupação dos sertões, um segundo período se inicia com o desenvolvimento do complexo de exploração nas regiões das minas, além da diminuição dos conflitos entre índios, colonos e missionários. As populações indígenas, quando não submetidas ou dizimadas, fugiam das zonas sob a influência de colonos. Em Pernambuco, é nesta época que chegam as famílias de reдеiros⁶⁵, desenvolvendo ainda mais a pecuária e introduzindo a cultura do algodão no vale do São Francisco. Entre estas famílias que chegam à região na primeira metade do século XVIII, estão os Telles de Menezes, os Gomme de Sá, os Souza Ferraz, os Novaes, os Nunes Magalhães e os Carvalho. Estes colonos menos afortunados prosperam lentamente, inclusive com o fornecimento de couro que embalava o fumo da Bahia, destinado à exportação.

Neste período, modificam-se também as relações de trabalho na região. A diminuição de populações indígenas, atrelada ao enriquecimento de alguns colonos, propiciou um maior desenvolvimento da escravidão negra. A necessidade de novos braços para a lavoura de subsistência, para o algodão e para a atividade da pecuária levou a utilização de africanos, complementando a mão-de-obra de origem indígena e familiar⁶⁶.

O século XVIII aparece, então, como um período de prosperidade, devido à intensificação das relações comerciais com outras regiões do país e à fundação de várias vilas.

⁶² Sobre a Casa da Torre, ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *op. cit.*

⁶³ Sobre os conflitos entre colonos, missionários e populações indígenas, ver PIRES, Maria Idalina da Cruz. *A Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste Colonial*. Dissertação de mestrado em História na Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 1990.

⁶⁴ A Funai reconhece hoje sete grupos indígenas espalhados pela região do médio São Francisco, nos territórios dos atuais municípios de Belém de São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Ibimirim, Inajá, Jatobá, Petrolândia, Cabrobó e Tacaratu. Neles, vivem remanescentes dos povos Tikum, Kambiwá, Pankaiuká, Pankará, Pipipã, Truká e Pankararu.

⁶⁵ Os reдеiros deveriam pagar tributos aos herdeiros da Casa da Torre, visto que, neste período, a região ainda fazia parte da sesmaria dos Garcia d'Ávila.

⁶⁶ FERRAZ, Maria do Socorro. *Agricultores e pecuaristas no médio São Francisco*. In SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide. *op. cit.*, p. 39.

Neste contexto, muitos rendeiros conseguem, lentamente, comprar à Casa da Torre parcelas de terra que ocupam. Entre eles, destacam-se o Capitão Jerônimo de Souza Ferraz, patriarca da família que, quando morreu em 1770, deixou como herança a seus descendentes a fazenda Barra do Pajeú, e o Sargento Major Antônio Francisco Novaes que, em 1796, já era proprietário da fazenda Capim Grosso.⁶⁷

Como foi visto na introdução, este contexto de prosperidade não se estende ao longo de todo o século XIX, quando um conjunto de fatores leva a um progressivo empobrecimento da região. Em primeiro lugar, o fim do século XVIII é marcado por uma grande Seca (1791-1793) que dizimou populações do interior do Nordeste. Todavia, são as dificuldades econômicas que mostram, mais claramente, a conjuntura de crise. Isto porque, os dois setores centrais da economia da região, a pecuária e o algodão, passaram por dificuldades. Este último perde competitividade internacional diante do monopólio dos Estados Unidos. Por outro lado, a diminuição do comércio com a África, a partir do fim do tráfico, prejudica a exportação do couro destinado a embalar o fumo da Bahia. Além disto, a crise do açúcar e o desenvolvimento econômico no Centro-Sul do país tornam o gado do Sul do país mais atrativo do que o do Sertão. No que se refere à mão-de-obra, o fim do tráfico Atlântico provocou o aumento do preço do escravo, inviabilizando assim a introdução de novos braços na região. Somado a todos estes fatores, a ausência de prosperidade permitiu que as partilhas sucessivas provocassem uma fragmentação da grande propriedade e exigiu, por parte das antigas famílias de posseiros, uma re-organização deste espaço.

Assim, pode-se afirmar que, entre 1840 e 1888, o espaço geográfico compreendido como o médio São Francisco constitui-se numa micro-sociedade, inserida em um contexto de Sertão essencialmente rural e em crise. A ruralidade torna-se um fator fundamental que se evidencia não só na estruturação social, mas também no cotidiano das pessoas.

Em primeiro lugar, nesta época, só havia duas vilas relativamente importantes na região. A mais antiga delas é Tacaratu, cujas primeiras referências descrevem, no século XVII, um local de ajuntamento de índios Pankararus. Sob influência missionária da congregação de São Felipe Nery, Tacaratu tornou-se uma freguesia em 1764, após a construção de uma capela consagrada a Nossa Senhora da Saúde⁶⁸. Já a vila de Floresta era, inicialmente, uma fazenda de gado pertencente à Casa da Torre e conhecida como Fazenda Grande. Assim como em Tacaratu, é a construção de uma capela dentro desta propriedade

⁶⁷ SAMPAIO SILVA. *op. cit.*

⁶⁸ RIO DE JANEIRO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. XVIII Volume – Pernambuco. Rio de Janeiro, 1958.

rural, em 1777, que atrai os primeiros habitantes. Em 1801, desmembrada de Tacaratu, é criada a freguesia do Senhor Bom Jesus dos Aflitos de Fazenda Grande.⁶⁹ Floresta, que pertenceu inicialmente ao município de Flores e depois de Tacaratu, só é reconhecida como vila em meados do século XIX⁷⁰.

Apesar do status administrativo, tanto Floresta quanto Tacaratu, funcionavam muito mais como um local de encontro do que de moradia. Como descreve Câmara Cascudo, nesta sociedade rural, as vilas eram locais onde as pessoas, moradores de zonas rurais, se deslocavam em dias de feira ou de festa religiosa:

Pelo menos uma vez por mês ia-se à missa na vila mais próxima. Os maiores, a cavalo, as mulheres, de silhão, vestindo a longa montaria que descia até o centro da terra. O povo miúdo, a pé, as mulheres suspendiam a saia de cima e com a parte trazeira cobriam a cabeça, resguardado-a do Sol...⁷¹

Se as vilas eram locais de encontro, as grandes fazendas da região eram locais de moradia. Entretanto, na segunda metade do século XIX, estas já se encontravam divididas em pequenos lotes de terra, em decorrência de heranças sucessivas, obrigando vários herdeiros a dividir o mesmo espaço. Como demonstra Maria Ferreira Burlamaqui:

A grande propriedade não deixou de existir, ela foi partilhada, mas, ao mesmo tempo, compartilhada. (...) Foram habitadas por senhores ligados por laços de parentescos ou amizades, de onde surgiram os casamentos, geralmente, com numerosos filhos e netos, para os quais as propriedades foram passadas e repassadas. (...) As fazendas mistas eram predominantes, praticando-se a agricultura em segundo plano, numa demonstração que era de subsistência. Os terrenos tinham como benfeitorias as casas de farinha, os chiqueiros, açudes, teares para fiar panos e os roçados de mandioca, variando em quantidade e tamanho de acordo com a escala de riqueza.⁷²

Além disto, o que diferenciava os grandes proprietários não é o tamanho da propriedade contínua, mas a quantidade de posses e partes de terra que eles possuíam nas

⁶⁹ *Idem. ibidem.*

⁷⁰ Ao longo do século XIX, Floresta e Tacaratu estiveram constantemente interligadas por relações administrativas. Durante quase meio século, Fazenda Grande não teve autonomia administrativa tendo feito parte da freguesia de Tacaratu até 1846, quando, pela Lei Provincial n. 153, de 31 de março, foi elevada à vila, com a denominação de Floresta do Navio. No mesmo ano, a elite política inaugurou a Câmara Municipal da vila, promovendo assim uma maior autonomia em relação a Tacaratu. Posteriormente, sua elite toma parte na Revolução Praieira ao lado dos revoltosos e o castigo pesa sobre a cidade de Floresta, que acaba perdendo novamente o status de vila por um período de quinze anos.

⁷¹ CASCUDO, Luis da Câmara. *Tradições Populares da Pecuária Nordestina. op. cit.*

⁷² BURLAMAQUI, Maria Ferreira. *op. cit.*, p. 62 e 63.

diferentes fazendas das redondezas. Ao mesmo tempo, a ausência de regulamentação sobre a propriedade de terras até 1850 gerava conflitos a respeito dos limites de cada propriedade. Todos estes fatores contribuía para uma organização do espaço na qual os limites entre as propriedades sem cercas se confundiam e não tinham necessariamente respaldo jurídico.

Tal organização do espaço permite às pessoas circularem por entre as propriedades de acordo com as necessidades do cotidiano. A agricultura praticada por estas populações concentrava-se no vale dos rios e, às vezes, nas serras, áreas de terras mais úmidas. Nos pequenos roçados protegidos por cercas se cultivavam o algodão e os produtos de subsistência, compostos basicamente de milho, feijão e mandioca. Este regime alimentar era completado com a carne de charque, a rapadura e, em dias de festa, com a carne de bode. Nas serras, verdadeiras ilhas verdes no Sertão, eram cultivadas a cana-de-açúcar e algumas frutas. Entre Floresta e Tacaratu encontra-se a Serra Negra, caracterizada por um clima e uma vegetação contrastantes com a aridez dominante. Inclusive, a Serra Negra, devido a sua vegetação de mata fechada, serviu durante séculos de abrigo a índios, escravos fugidos e fugitivos da justiça.

Todavia, as serras formam uma exceção, visto que a paisagem é dominada pela caatinga, onde a pecuária era praticada de forma extensiva. Pela abundância de terras e falta de braços para o trabalho, um só vaqueiro era responsável por um grande rebanho de gado, criado solto por entre as propriedades sem cerca.

A hegemonia da pecuária era perceptível também no cotidiano, com a utilização do couro como matéria-prima na fabricação de roupas e equipamentos. Além disto, em todo o século XIX, o uso do dinheiro era raro e o comércio com outras regiões, irregular. A maior parte dos objetos manufaturados chegava de barco pelo São Francisco e era trocada por produtos como a charque e o couro. Percebe-se que, mesmo se o gado era levado ao litoral a pé, promovendo um contato permanente entre o Sertão e outras regiões do país, o alcance deste comércio no cotidiano da maioria dos habitantes era restrito. A chegada do caminho de ferro na região só ocorreu em 1883, quando uma estação foi instalada na povoação de Bebedouro do Jatobá, até então ponto de repouso do rebanho a caminho do litoral.

Percebe-se assim, que, mesmo marcada como uma sociedade rural e tradicional, o Sertão não funcionou como um mundo isolado, mas esteve sempre inserido numa dinâmica maior, seja a do sistema colonial, seja a do Império. Entretanto, no cotidiano, as relações construídas entre os indivíduos buscaram sempre adaptar as exigências impostas por essa dinâmica à realidade local.

Por isto, mesmo sendo o indivíduo na condição de escravo o objeto deste estudo, sua existência se dava dentro de uma sociedade específica. A dinâmica de qualquer sociedade se dá a partir das relações construídas entre os homens e as mulheres nela inseridos, independentemente da sua condição. Assim, para entender como vivia o escravo no Sertão do médio São Francisco, na segunda metade do século XIX, é preciso enxergá-lo como parte integrante de uma sociedade, antes de tudo, rural e marcada pela incerteza e pela precariedade.

De fato, toda a documentação estudada mostra o cativo relacionado com os indivíduos das diferentes condições e origens sociais e jurídicas. Por isto, os cativos não são identificados enquanto um grupo à parte, com uma identidade escrava distinta daquela do restante da população sertaneja. Neste sentido, o estudo da população evidencia duas dimensões que marcam a sociedade como um todo, o aspecto rural e o alto índice de miscigenação entre índios, brancos e negros, tanto entre livres quanto entre escravos.

Uma sociedade rural

A análise do recenseamento de 1872⁷³, tanto de Floresta (*Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Afflitos da Fazenda Grande*) quanto de Tacaratu (*Paróquia Nossa Senhora da Saúde de Tacaratu*), torna-se importante por apresentar um quadro demográfico da região. Assim, nele, aparece uma população total de 20.643 pessoas, formada tanto de livres como de escravos.

A análise desta documentação mostra o aspecto essencialmente rural da sociedade. Por um lado, as profissões contabilizadas são, em sua grande maioria, ligadas à terra, na pecuária assim como na agricultura. Por outro, mesmo as pessoas com perfil mais ligado à vila, logo mais urbano, formam uma exceção e são facilmente identificadas. Entre os profissionais liberais, moravam na região: dois (2) padres, um (1) advogado, um (1) médico, três (3) empregados públicos, um (1) farmacêutico e quatro (4) professores. Além destes, são contabilizados como indivíduos de perfil mais urbanos dezesseis (16) militares, vinte e três (23) capitalistas e proprietários, quatro (4) fabricantes e quarenta e sete (47) comerciantes⁷⁴. Este pequeno grupo cidadão é composto, majoritariamente, por representantes do Estado ou

⁷³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *op. cit.*

⁷⁴ Todos os termos utilizados para as profissões correspondem exatamente àqueles empregados na documentação de 1872.

por pessoas ligadas à elite local. Entretanto, é preciso destacar que mesmo esta parcela da população que visa, através de sua urbanidade, encarnar o progresso na região, tem na propriedade rural a fonte do seu poder e da sua riqueza. Por isto, pode-se dizer que, mesmo a urbanidade presente nas vilas, é rural.

Tal constatação se confirma na análise de dois inventários *post-mortem* de dois representantes da elite local, donos de grandes fortunas. Trata-se de ricos proprietários que, apesar de serem uma exceção entre os cento e cinquenta e um (151) inventários analisados, fornecem muitos indicativos de como se estruturava a sociedade estudada. Vale destacar que ambos os proprietários são representantes das antigas famílias de colonos instaladas na região há vários séculos.

O primeiro destes inventários pertence ao Tenente Coronel José Francisco de Novais⁷⁵ e, realizado em 1850, confirma que a terra, o gado e a posse de escravos são os bens símbolos da riqueza dos mais poderosos proprietários do Sertão. Entre os animais citados, constam mais de 350 cabeças de gado, 120 cabras e ovelhas, além de diversos cavalos e mulas. Entre as propriedades rurais constam *terras e uma casa de morada na fazenda Misericórdia; terras e uma casa de farinha com aviamentos no sítio Papagaio; terras e uma casa com aviamentos de farinha no sítio Tamburil; terras na fazenda da Tapera e uma morada de casa no Riacho*⁷⁶.

No que se refere aos escravos, são declarados vinte e sete, dezesseis homens e onze mulheres, com idade de dois a sessenta anos. Além destes, no meio-dote de herdeiros e co-herdeiros, constam também três homens e três mulheres cativos, totalizando trinta e três (33) escravos citados neste inventário. Considerando a classificação de Robert Slenes, o número declarado pelos herdeiros de José Francisco de Novais corresponde a uma posse de escravos de médio porte⁷⁷. Todavia, considerando o conjunto das fontes consultadas, o Tenente Coronel aparece como o maior proprietário de escravos identificado na documentação. Inclusive, na grande maioria dos inventários consultados, a posse de escravos varia de um a cinco cativos por proprietários.

⁷⁵ *Inventário de bens de José Francisco de Novais, 1850*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

⁷⁶ *Idem. Ibidem.*

⁷⁷ Embora não haja consenso entre os pesquisadores da demografia escrava sobre o referencial estabelecido nas distinções entre os níveis de posse de escravos, Slenes define os seguintes parâmetros: até 10 escravos, pequena posse; entre 10 e 49, média posse e acima de 50 cativos, grande posse. Ver SLENES, R. W. *Na senzala uma flor: esperança e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Tal constatação corrobora com a recente historiografia da escravidão que identifica as regiões rurais voltadas para o mercado local como sendo de senhores de poucos escravos⁷⁸. Inclusive, pesquisas com base em inventários *post mortem*, como a realizada por José Raimundo Vergolino e Flávio Rabelo Versiani⁷⁹, indicam que, se a posse de escravos era bastante difundida no Sertão, a grande maioria dos senhores possuía plantéis de até vinte cativos. Neste contexto, o que diferenciaria o Sertão da Zona da Mata não seria a pouca penetração do trabalho escravo, mas sim o número de escravos por plantel. Tal distinção se justifica pela própria natureza do trabalho nas duas regiões. Na década anterior a independência, um engenho necessitava de, no mínimo, quarenta escravos, as grandes propriedades empregavam entre cem e cento e cinquenta cativos, as maiores chegavam a possuir até trezentos escravos.⁸⁰ Por outro lado, na pecuária, uma grande fazenda não carecia de mais de quinze ou vinte trabalhadores.⁸¹

Se a posse, não só dos escravos, mas do conjunto dos bens do Tenente Coronel José Francisco de Novais, não é considerada grande se comparada a fortunas de outras regiões do país, localmente ele deve ser identificado como um rico proprietário rural. O fator rural decorre do fato de que cerca de 90% do total do patrimônio declarado por seus herdeiros corresponde ao gado, à terra e aos cativos. Tal índice torna-se ainda mais relevante considerando que este inventário é um dos poucos em que se identifica uma grande quantidade de bens associados a um modo de vida tipicamente urbano e refinado. Assim, entre os bens deixados por José Francisco de Novais, são contabilizados duas casas na vila de Floresta, além de inúmeros artigos de luxo, como jóias, objetos religiosos em ouro e prata, vasta baixela e um amplo mobiliário.

O segundo inventário em questão pertence ao Tenente Coronel Seraphim de Souza Ferraz⁸², realizado em 1868. A riqueza deste inventariante tem uma conotação ainda mais rural, principalmente se considerada a grande quantidade e a variedade das terras declaradas. São três posses e sete partes de terras em diferentes fazendas das redondezas. O número de escravos também é relativamente elevado, pois são trinta e dois (32) cativos, sendo vinte e quatro (24) declarados pela viúva e oito no meio-dote dos filhos. Entre o gado declarado, constam quinhentos e sessenta e três (563) cabeças de boi de toda sorte, quarenta e um (41)

⁷⁸ Referência ao título do livro de FERREIRA, Ricardo Alexandre. *op. cit.*

⁷⁹ Ver, por exemplo, o artigo VERGOLINO, José Raimundo Oliveira e VERSIANI, Flávio Rabelo, *Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX*. Disponível em: <<http://www.unb.br/face/eco/cpe/TD/252Oct02FVersiani.pdf>>. Acesso em: Janeiro de 2008.

⁸⁰ EISENBERG, Peter. *op. cit.*, p. 169.

⁸¹ GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978. p. 412.

⁸² *Inventário de bens de Seraphim de Souza Ferraz, 1868*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

cavalos e mulas, além de cento e cinquenta (150) cabras. Todavia, aqui também, os bens típicos de uma vida citadina são contabilizados, como a posse de uma casa na vila de Floresta, o mobiliário e alguns objetos em ouro e prata.

É interessante constatar que a designação de Tenente Coronel, que antecede o nome destes dois ricos proprietários, já indica que eles representam uma exceção ao conjunto da sociedade analisada. Por tal razão, eles podem ser identificados como parte de uma elite rural que, ao mesmo tempo, busca manter relações com centros urbanos mais importantes, cria redes de aliança e forja a sua própria clientela local. A trajetória de Seraphim de Souza Ferraz torna-se paradigmática neste contexto em que o poder privado e a política regional estão intrinsecamente ligados.⁸³

No ano de 1831, Souza Ferraz, então chefe local do partido Liberal, é acusado pelo juiz de Paz da Comarca de Flores de proteger “*uma facção de homens criminosos de morte, ladrões e malfeitores*”.⁸⁴ Apesar das acusações, Seraphim se torna o primeiro prefeito da vila em 1846. Dois anos depois, ele toma parte na Revolução Praieira do lado dos revoltosos. Entretanto, com o fracasso do movimento, ele é obrigado, juntamente com outro importante proprietário da vila de Flores, Nogueira Paz, a se refugiar na Serra Negra. Durante os combates com as tropas imperiais, Nogueira Paz acaba morrendo e Seraphim, rendido em 1850, é rapidamente anistiado, chegando, posteriormente, a ser agraciado pelo Imperador com o título de Cavaleiro da Ordem Imperial da Rosa. Porém, o castigo pesa sobre a cidade de Floresta que acaba perdendo o status de vila por quinze anos.

A trajetória de Seraphim de Souza Ferraz é reveladora de como os representantes da elite local faziam parte de uma teia de relações políticas regionais e mesmo nacionais. Todavia, é importante compreender tais relações num contexto de luta pelo poder local, no qual cada grupo familiar acabava associado a um determinado grupo político. No próprio episódio da Serra Negra, a participação de uma importante família de Villa Bella (os Pereira) ao lado das tropas Imperiais evidencia tal contexto de disputa local.

Apesar de personificarem o poder e a opulência no médio São Francisco, tais proprietários não tinham uma riqueza tão significativa se ela for comparada às fortunas de outras regiões do país. Isto se constata, inclusive, pela maneira como esta elite rural do Sertão se aproxima e compartilha os mesmos hábitos e espaços que o conjunto da população. Neste

⁸³ Apesar da escassez de pesquisas históricas sobre a trajetória de Seraphim de Souza Ferraz, podemos citar algumas obras memorialistas que destacam a trajetória do tenente coronel, como GOMINHO, Leonardo Ferraz. *Floresta - Uma terra, um povo*. Disponível em: <<http://br.geocities.com/leonardogominho/riachodonavio.html>>. Acesso em: abril de 2007. e GOMINHO, Leonardo Ferraz. *A rebelião da Serra Negra, a Praieira no Sertão*. Floresta: Secretaria Municipal, 1993.

⁸⁴ APEJE, JP 3. Citado por SAMPAIO SILVA. *op. cit.*, p. 278.

mundo rural, as relações entre as pessoas dos diferentes extratos sociais são sempre diretas, não há intermediários. O que não impede que elas estejam sempre permeadas por uma demonstração de poder.

Por tudo isto, se a elite local apresenta algumas feições citadinas, estas não aparecem em oposição ao mundo rural, mas sim como o complemento de uma ruralidade cotidiana. Cotidiano que pode ser percebido na enumeração dos bens inventariados na região. Das grandes às pequenas fortunas, objetos como enxadas, cangalhas, selas e arreios para cavalos, além de armas de fogo, estão sempre presentes entre os bens declarados. Do mesmo modo, a ausência de mobiliário e de dinheiro é freqüente. O conjunto dos objetos dá uma idéia clara de como os gestos diários destas pessoas eram marcados por um contato com a terra e com a criação de animais, além de serem permeados pela violência e pela religiosidade.

Por um lado, a onipresença da Igreja católica também pode ser percebida na documentação, pois os poucos objetos de decoração e de luxo registrados são, na maioria das vezes, de natureza religiosa, tais como oratórios, imagens e rosários. Por outro lado, a violência é percebida não só pela constante declaração de armas de fogo, mas também em casos como o do inventariado José Francisco de Moura, que ficando viúvo de Maria da Conceição de São José, não pode tutelar dois de seus sete filhos menores, por *achar-se criminoso e preso no termo da Mata Grande*⁸⁵.

Além dos aspectos acima citados, o que chama a atenção na grande maioria dos inventários é a rusticidade dos bens, sobretudo se considerarmos que um inventário é um ato cartorial destinado a pessoas consideradas de posses. No médio São Francisco, o que fica evidente na documentação é que a terra e/ou o escravo figuravam como os únicos bens imprescindíveis para a abertura deste ato cartorial.

Um exemplo típico do que representava uma pessoa de posses na sociedade estudada encontra-se no inventário *post mortem* de Anna Francisca da Conceição⁸⁶, realizado no termo de Tacaratu, em 1853. Os bens declarados pelo viúvo Manoel Rodrigues Lima compreendem uma parte de terras, dois escravos (Clara, de vinte anos, e Martins, de um ano e meio), quarenta (40) cabeças de gado vacum, oito (8) cavalos e noventa e duas (92) cabras. A soma destes bens corresponde a mais de 90% do total declarado. Além disto, os objetos listados como móveis são apenas três caixas, duas armas de fogo e três cangalhas. O modo de vida rural fica evidente também na posse de um machado e quatro enxadas. Os únicos objetos

⁸⁵ *Inventário de bens de Maria da Conceição de São José*, 1855. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

⁸⁶ *Inventário de bens de Anna Francisca da Conceição*, 1853. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

símbolos de refinamento são um crucifixo, um cordão, três pares de argolas, um par de esporas e um par de fivelas, todos em prata ou ouro. A posse destes bens destoantes com o conjunto do inventário é, provavelmente, fruto de herança, símbolo de famílias originalmente importantes, mas empobrecidas em decorrência de partilhas sucessivas e da conjuntura de crise da segunda metade do século XIX.

Outras fontes, como o recenseamento de 1872, confirmam como a maior parte da população vivia longe de algum tipo de relação com a cidade. O índice de 90% de analfabetos, contabilizados entre livres e escravos, só confirma este modo de vida essencialmente rural. Da mesma forma, as profissões citadas, tanto de homens quanto de mulheres, são quase sempre manuais. Entre as ocupações mais declaradas estão a de lavrador, criador e jardineiro, serviço doméstico e costureira. Mesmo mais raras, profissões especializadas, como a de artesão em couro, madeira, calçado, tecido e confecção, são mencionadas.

O que chama a atenção é que mais de 50% da população recenseada é classificada como “sem profissão”, sobretudo quando se trata de mulheres livres. Mesmo considerando-se as crianças e os idosos, que geralmente não tinham ocupação definida, a proporção dos “sem profissão” é elevada. O mais provável é que as ocupações domésticas, tipicamente femininas, não sejam consideradas como profissões. Sem contar que o trabalho feminino era mal visto nesta sociedade, no qual o interior da propriedade rural e, de preferência, das casas, era o espaço por excelência da mulher.

De qualquer modo, o índice de ocupações manuais é alto, na população livre como na escrava. De fato, a organização do espaço de moradia e trabalho nas propriedades rurais parece aproximar senhores, escravos e livres pobres não só no trabalho, mas também nos locais de habitação. Tal organização da atividade cotidiana acaba diminuindo a necessidade de abastecimento externo nestas antigas fazendas, agora repartidas em pequenos lotes, onde moravam não só proprietários e posseiros, mas também os demais ocupantes sem terras, livres e escravos.

Possuir um pedaço de terra, por menor que fosse o lote, permitia ao indivíduo pertencer à categoria de “posseiro”. Tal situação representava uma ascensão social, visto que a maior parte dos agricultores não tinha terra e estava entre os “moradores de favor”. Por isto, mesmo se o preço parece baixo, poucos são aqueles que conseguem ter uma parte de terras que permita uma menor dependência das terras do outro. Além disto, as propriedades acabam circulando por um grupo restrito de pessoas, formado, principalmente, por representantes das primeiras famílias de posseiros, herdeiros das antigas fazendas da região. São pessoas como

Antônia Francisca de Jesus. Seu inventário, de 1848, contabiliza *uma parte de terras no valor de 30\$000 réis, uma escrava de onze anos chamada Clara no valor de 240\$000 réis, um cavalo no valor de 16\$000 réis, 18 cabras no valor de 9\$000 réis e dois cordões em ouro avaliados em 21\$760 réis.*⁸⁷ Por mais sumários que pareçam, os bens declarados pelo viúvo Manoel Rodrigues Lima são suficientes para que o casal faça parte de um grupo privilegiado, que cria seus animais em suas próprias terras. Além disto, a presença de dois cordões em ouro entre os bens inventariados funciona como um indício de que a família em questão tem uma origem importante e que, mesmo empobrecida, preserva, de geração em geração, símbolos de riqueza.

Partindo do pressuposto de que um inventário é um documento que diz respeito às pessoas de posses, casos como o de Francisco de Souza Borges⁸⁸ chamam atenção. Realizado em 1880, seu inventário lista apenas um burro avaliado em 60\$000 (sessenta mil réis), uma vaca de 40\$000 (quarenta mil réis) e uma parte em uma casa com terras, avaliada em 5\$000 (cinco mil réis). O mais provável é que esta parte em uma casa, certamente obtida por herança, por mais modesto que seja o seu valor, exigia a abertura do inventário. Nestas condições, é provável que Francisco dividisse, juntamente com a sua mulher e os seus cinco filhos menores, os mesmos espaços de moradia e de trabalho que outras pessoas, membros de sua própria família, escravos e outros trabalhadores livres sem terras.

É desta maneira que, nestas zonas rurais, verdadeiras redes familiares se desenvolviam. As partes de terra sem cercas acabam abrigando proprietários, escravos e trabalhadores diversos, geralmente ligados por relações de parentesco ou de compadrio. Neste espaço, os homens circulam entre as propriedades, exercendo as atividades ligadas, principalmente, à criação de animais. Enquanto isto, o espaço destinado às mulheres girava em torno das casas ou, entre as mulheres mais pobres e escravas, das casas e das áreas de agricultura.

Os equipamentos declarados nos inventários também indicam como funcionavam estas relações de produção nas zonas rurais. De um lado, a agricultura de subsistência era praticada em pequenas roças, em alguns casos em alternância com a plantação de algodão. Depois do fim do ciclo agrícola, inicia-se o período de preparação da farinha de mandioca, produto indispensável em épocas de seca. A posse de uma casa de farinha é, mais uma vez, símbolo de um patrimônio elevado, já que ela serve a toda à população dos arredores. Já as

⁸⁷ *Inventário de bens d'Antônia Francisca de Jesus*, 1848. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

⁸⁸ *Inventário de bens de Francisco de Souza Borges*, 1880. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

máquinas de fiar são usadas na confecção de roupas, mantas e redes. A presença de costureiras e de operárias em tecido⁸⁹, no recenseamento de 1872, confirma que se trata de uma ocupação essencialmente feminina. Por outro lado, o mobiliário, correspondente, muitas vezes, a alguns tamboretos e utensílios domésticos, era geralmente fabricado pelos homens. Além disto, a ausência de grande quantidade de madeira fazia do couro a matéria prima de muitos objetos de uso diário.

A lista dos bens contida em um inventário permite a identificação do grau de riqueza e de pobreza dos proprietários em questão. Por isto, ao lado da opulência dos senhores de engenho do litoral, o patrimônio declarado por estes criadores parece insignificante. Entretanto, a riqueza deve ser analisada em relação a critérios próprios de cada sociedade. No Sertão do médio São Francisco, a propriedade, por menor que fosse, permitia ao indivíduo se posicionar entre aqueles de situação mais confortável, dentro de uma rede de relações que une os habitantes por laços de solidariedade, mas também de dependência. O lugar destinado a cada um nessa rede de relações, baseada em princípios de ordem moral e familiar, mas igualmente de violência e poder, depende muito do que o indivíduo tinha a oferecer ao grupo em que estava inserido.

A terra permanecia, apesar do seu baixo valor, como o grande símbolo de poder, assim como a posse de inúmeros escravos. Todavia, além dos bens de valor monetário, outros elementos de ordem simbólica são também valorizados nesta teia de dependência, tais como o parentesco e o compadrio, a capacidade de trabalhar, a fidelidade e a religiosidade de cada um. Numa tal dinâmica social, todos os indivíduos são identificados a partir de uma determinada rede familiar. Para ilustrar como cada indivíduo era conhecido e reconhecido por seu lugar nesta teia relacional, nada melhor do que a literatura, através dos versos de João Cabral de Melo Neto:

*O meu nome é Severino,
não tenho outro de pia.
Como há muitos Severinos,
que é santo de romaria,
deram então de me chamar
Severino de Maria;
Como há muitos Severinos
Com mães chamadas Maria,*

⁸⁹ Torna-se interessante destacar que, atualmente, entre as atividades econômicas da cidade de Tacaratu, a produção têxtil é a principal fonte de trabalho e renda para a população local. Os principais produtos artesanais são redes e mandas, feitas, geralmente, em algodão cru de aspecto rústico.

*fiquei sendo o da Maria
do finado Zacarias.
Mas isso ainda diz pouco:
há muitos na freguesia,
por causa de um coronel
que se chamou Zacarias
e que foi o mais antigo
senhor desta sesmaria⁹⁰.*

As relações diretas entre as pessoas, do mesmo modo que aproximam senhores e escravos, ricos e pobres, impõem lugares determinados a cada habitante na maneira de viver e conviver com os demais indivíduos. Tal constatação torna-se ainda mais verdadeira nos momentos de crise, quando as necessidades de afirmação de poder se intensificam, juntamente com as disputas por ele.

Mas, além de senhores e escravos, o Sertão também é povoado por um número crescente de habitantes sem terras. Estes indivíduos pobres não formam um grupo homogêneo e correspondem tanto a ex-escravos quanto a descendentes de colonos empobrecidos ou de indígenas afastados de suas tribos. Geralmente identificados como agricultores⁹¹, todas essas pessoas são juridicamente livres, mas, na realidade cotidiana, estão ligadas à rede de dependência familiar de um proprietário de terras.

Todos os indivíduos que habitam o Sertão vão; assim, inserir-se na rede relacional a partir de sua condição de proprietário, de posseiro, de livre pobre ou de cativo. Mesmo se a margem de manobra de um escravo vai ser sempre inferior a das demais pessoas livres, ela existe e permite ao cativo se integrar e compartilhar a dinâmica social vigente. Assim, ele também faz parte desta rede de relação que, ao mesmo tempo, o protege e o oprime. Por um lado, um indivíduo cativo pode sempre, a partir de um contato direto, negociar com o seu senhor melhores condições de vida⁹². Nas fontes consultadas, por exemplo, é possível identificar escravos com profissões especializadas, como as de vaqueiro, curtidor de couro,

⁹⁰ MELO NETO, João Cabral de. *Morte e Vida Severina*. In *Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes*. Poesia Brasileira. 36ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

⁹¹ Maria Leda O. Alves da Silva destaca o papel destes lavradores livres na produção de alimentos, através da agricultura e da criação de animais de pequeno porte, como cabras, porcos e galinhas. Além disto, Socorro Ferraz diferencia os agricultores dos criadores afirmando que “grande parte de agricultores não declarou seus bens em inventários, provavelmente por serem pouco valiosos ou por não possuírem terras; e que os criadores mais afortunados foram em maior número que os agricultores, igualmente afortunados.” Ver FERRAZ, Socorro. *Agricultores e pecuaristas no médio São Francisco*. op. cit., p. 42. e SILVA, Maria Leda O. Alves da. *Floresta dos Navios: uma cidade pernambucana do gado (1850-1888)*. Dissertação de mestrado. Recife: Programa de Pós-graduação em História, UFPE, 1997.

⁹² Sobre a noção de negociação entre senhores e escravos ver REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

operário em tecidos e artesão. O recenseamento de 1872 chega a contabilizar três escravos que sabem ler e escrever em uma sociedade na qual o analfabetismo atinge 88% da população livre. Como diz o cantador cativo Sebastião das Queimadas, “dar descanso a seus escravos, é gosto de cada um”⁹³, mas também depende da capacidade do escravo de lutar por uma vida menos difícil, num contexto adverso. Por outro lado, em épocas de crise geral em que o empobrecimento atinge a sociedade como um todo, as dificuldades são sempre mais acentuadas entre aqueles de condição mais vulneráveis.

Uma sociedade miscigenada

Além do forte aspecto rural da sociedade do Sertão do médio São Francisco, um segundo ponto que chama a atenção diz respeito à forte miscigenação e à baixa presença de pessoas vindas de outros países e até de outras regiões do Brasil. De fato, um olhar mais atencioso sobre todas as fontes consultadas indica que a população desta região parece se reproduzir localmente há várias gerações. Tanto é que das 20.643 pessoas identificadas no censo de 1872, apenas 57 são estrangeiras, entre as quais quarenta e um (41) são africanas (livres e escravas) e dezesseis (16) européias⁹⁴.

Mesmo considerando-se os brasileiros nascidos em outras províncias do país e morando no médio São Francisco, nota-se que todos, com exceção de cinco vindos do Rio Grande do Sul, são nascidos na região Nordeste⁹⁵. Isto ocorre porque, no interior do Sertão, a circulação de pessoas era intensa, entretanto, o mesmo não se pode dizer com relação às outras regiões do Império. Esta circulação também se evidencia em outras fontes, como inventários, em que muitos indivíduos declaram pedaços de terras e escravos em províncias vizinhas.

Mas, além da origem geográfica da população, torna-se bastante interessante identificar as designações de cor utilizadas nos diversos tipos de documento. Desta maneira, muitos aspectos a respeito da composição étnica da população do Sertão em questão podem ser elucidados.

⁹³ Citado por SANTOS. *op. cit.*, p. 63. Versos reproduzidos nessa página são atribuídos ao poeta Inácio da Catingueira.

⁹⁴ São nove portugueses, quatro franceses, dois espanhóis e um italiano. IBGE, *op. cit.*

⁹⁵ O recenseamento de 1872 identifica 441 pessoas nascidas em outras províncias do Império, das quais 7 são originárias do Piauí, 95 do Ceará, 21 do Rio grande do Norte, 10 da Paraíba, 199 de Alagoas, 9 de Sergipe, 95 da Bahia e 5 do Rio Grande do Sul. IBGE, *op. cit.*

No censo de 1872, cerca de 50% da população total é classificada como parda. Do mesmo modo, nos livros de batismo e de casamento, tal classificação aparece freqüentemente, tanto entre os livres quanto entre os escravos. O dicionário Aurélio define o pardo como “de cor entre o branco e o preto; quase escuro”⁹⁶. Do mesmo modo, ao se buscar uma definição mais precisa do termo durante o período estudado, encontra-se num dicionário publicado no século XIX, pardo como de cor “escura como a dos mulatos”⁹⁷. Inclusive, a expressão utilizada como exemplo no mesmo dicionário deixa claro que se trata de indivíduos mestiços: *homens pardos, baços de pelle*.⁹⁸

Entretanto, no cotidiano, a classificação parda parece ser, muitas vezes, utilizada com o objetivo de camuflar algum tipo de herança negra e; até mesmo, indígena. Num Brasil profunda e paradoxalmente escravista e miscigenado, qualquer tipo de ascensão social estava, freqüentemente, acompanhada de uma conotação de “branqueamento”⁹⁹. Em todo o país, nas regiões com baixa presença de pessoas brancas, percebe-se um ajustamento do sentido da palavra “branco” a partir da composição étnica da sociedade local. Deste modo, adaptar-se ao universo das pessoas livres significa “embranquecer” social e economicamente. Tal fenômeno nacional também se fez presente no Sertão, respeitando a composição étnica da região.

Partindo desta premissa, é preciso entender os 28,71% da população classificada como branca em 1872 dentro da perspectiva da segunda metade do século XIX, no qual o Brasil é um país de forte população negra, tanto livre quanto escrava, e, ao mesmo tempo, é fundamentalmente escravista. Por isto, muitas vezes, na impossibilidade de manter as feições de sociedade branca, ela é obrigada, na prática cotidiana, a transgredir as restrições criadas por ela mesma. É, neste contexto que se tornam possíveis classificações como a de *semi-branca*, utilizada apenas para indivíduos livres em livros de batismo¹⁰⁰.

Em contrapartida, o recenseamento de 1872 não indica uma forte presença indígena. Apenas 5,12% da população recenseada é tida como cabocla. Tal índice vai de encontro aos dados encontrados em outras fontes, como nos livros de batismo que citam vários batizados de crianças índias. O mais provável é que as populações indígenas, habitantes das inúmeras

⁹⁶ FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Aurélio*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. p. 1269.

⁹⁷ CONSTANCIO, Francisco Solano. *Novo Dicionario critico e etymologico da Língua Portuguesa*. 3ª edição. Paris: Editor Proprietário Ângelo Francisco Carneiro, 1845. p. 744.

⁹⁸ *Idem. Ibidem*.

⁹⁹ Sobre a idéia de “branqueamento social” ver. MATTOSO, K. *Ser escravo no Brasil*. 2ª reimpr. da 3ª ed. de 1990. São Paulo: Brasiliense, 2003.

¹⁰⁰ *Livro de Batismo da paróquia de Floresta* (Vigário Florentino Barbosa de Souza Ferraz) - Abertura em 08/10/1874. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

tribos da região, não tenham sido contabilizadas ou tenham sido classificadas numa categoria mais vaga, como a de pardo. Entretanto, a mestiçagem da população branca e indígena é bastante conhecida, visto que, durante o período colonial, poucas mulheres brancas vieram se instalar nas zonas semi-áridas. Assim, era bastante comum o casamento de homens brancos com mulheres indígenas.

No entanto, nem sempre a mestiçagem da população pode ser percebida na documentação. Inclusive, no final do século XIX, percebe-se, em quase todas as fontes consultadas, uma mudança na classificação das populações, tanto de livres quanto de escravos. Pouco a pouco, a grande variação dos termos empregados vai sendo substituída por apenas três categorias de classificação: *branco, preto e pardo*. Esta padronização, percebida principalmente nos livros de batismo e nos inventários *post mortem*, ocorre de maneira mais acentuada no ano de 1872. Tal mudança, quase que repentina, pode ser uma simples coincidência, fruto de uma mudança de escrivão, entretanto, o mais provável é que o contexto de fim da escravidão tenha provocado uma substituição dos termos utilizados na identificação dos indivíduos.

Neste aspecto, é interessante ressaltar que o ano de 1872 é bastante significativo. Em primeiro lugar, este é o momento do recenseamento nacional, que contabiliza as pessoas por meio de quatro categorias: *brancos, pardos, pretos e caboclos*. É possível que tal classificação tenha provocado uma mudança nos termos adotados localmente. Em segundo lugar, 1872 é o primeiro ano sob vigência da Lei do Ventre Livre, quando a matrícula de escravos e de seus filhos nascidos livres tornou-se obrigatória. Tais listas continham informações mais detalhadas sobre o cativo, inclusive a respeito da sua origem e/ou da sua etnia. Além disto, historiadores que pesquisaram outras regiões do país constataram uma transformação no processo de identificação pela cor das pessoas livres e escravas ao longo da segunda metade do século XIX¹⁰¹.

De qualquer maneira, independentemente dos termos utilizados, o índice de mais de 70% da população classificada como não branca no recenseamento de 1872 chama a atenção. Inclusive numa região do interior do país, onde persistiu, durante muito tempo, a idéia de um brasileiro típico, caboclo e “livre” de qualquer influência africana. De fato, verifica-se no Sertão que a presença negra é constatada tanto entre livres quanto entre escravos:

¹⁰¹ Hebe Maria Mattos defende que “a noção de ‘cor’, herdada do período colonial, não designava preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis deferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas.” Assim, no Sudeste escravista, a crescente incorporação de negros e mestiços no mundo dos livres teria provocado um sumiço da cor na classificação desta população. Ver MATTOS, Hebe Maria. *op. cit.*

*O senhor me chama negro
Pensando que me acabrunha,
O senhor de homem branco
Só tem os dentes e as unhas,
Sua pele é muito queimada
E o seu cabelo é testemunha.*

*Eu sou negro confiado!
Eu negro e o senhor branco
da cor do café torrado!
Seu avô veio ao Brasil
Para ser negociado.¹⁰²*

Outro fator que chama a atenção em todas as fontes trabalhadas é o número reduzido de africanos, trazidos ao Brasil como cativos até 1850. Inclusive, em 1872, eles não são mais do que quarenta e um (41) nos registros oficiais. O mais interessante é que, neste período, a grande maioria deles (trinta e seis) é classificada como livre e não como escrava. Tal índice pode ser explicado por três razões principais.

Em primeiro lugar, o tráfico interprovincial, instaurado a partir de 1850, levou muitos escravos das regiões mais pobres ao Centro-Sul do país, área de desenvolvimento do café. Sabe-se que o africano tinha muito mais possibilidade de ser vendido do que o cativo nascido no Brasil, visto que este último, por conviver com o seu senhor desde criança, tinha mais possibilidades de construir relações afetivas e solidárias com ele.

Em segundo lugar, num contexto de substituição da mão-de-obra escrava pela livre, o número de libertos cresceu bastante em todo o país. Nunca é demais destacar que, além da campanha abolicionista que promovia e propagava a alforria de escravos, a inevitabilidade da abolição da escravidão tornou-se realidade com a promulgação da Lei do Ventre Livre, em setembro de 1871.

Em terceiro lugar, neste período, a maioria dos escravos africanos vindos ao Brasil é de idade avançada, pois o fim do tráfico atlântico já completava mais de 30 anos. Muitas vezes, os proprietários optavam por libertar seus escravos considerados velhos ou inúteis, livrando-se, assim, da obrigação de alimentar e dar moradia a um escravo não mais lucrativo.

¹⁰² Citado por SANTOS, *op. cit.*, p. 63. Versos reproduzidos nesta páginas são atribuídos ao cantador escravo Inácio da Catingueira, falando ao cantador livre e pequeno proprietário de terra e de escravo, Romano do Teixeira.

Tal prática, comum em todo o país, pode se acentuar em momentos de crise, nos quais a pobreza acaba atingindo várias camadas da sociedade. A sociedade do médio São Francisco, na segunda metade do século XIX, aparece como tal.

Neste contexto, o empobrecimento de grande parte da população acabou provocando um duplo movimento, que aproxima e afasta, no cotidiano, as pessoas livres e escravas. Por um lado, a pobreza impõe um contato mais direto entre os indivíduos de diferentes origens e condições sociais e jurídicas. Por outro, esta proximidade incita as pessoas com status de livre a se identificar enquanto grupo privilegiado e, conseqüentemente, a reafirmar tal condição nas suas relações com os escravos.

Esta busca pela diferenciação passa pela preservação simbólica de objetos que demonstram uma origem mais nobre, como jóias e relíquias herdadas dos antepassados. São pessoas como Talgina Gomes de Menezes¹⁰³ que, ao falecer em 1886, deixa apenas quatro (4) cabeças de gado vacum, dois (2) cavalos, vinte (20) cabras, além de jóias. Apesar de não ter terras nem casas, Talgina possuía um cordão, um par de argolas, um par de brincos e um anel, todos em ouro. Da mesma maneira, Ernesto Antônio de Rezende Menezes¹⁰⁴, quando morre, deixa apenas setenta e seis (76) braças de terra, sete (7) cabeças de gado vacum, quatro (4) cavalos, dois (2) burros e dez (10) cabras, além de objetos. Estes são um jogo de caixas de pregaria, uma sela de campo e dois anelares em ouro.

Mas além de objetos, a preservação do patronímico torna-se também fator de diferenciação. Por isto, os mesmos sobrenomes das famílias que chegaram à região na primeira metade do século XVIII, como Telles de Menezes, Gommes de Sá, Souza Ferraz, Novaes, entre outros, são encontrados na documentação da segunda metade do século XIX. Essa preservação do sobrenome é bastante complexa e intrinsecamente ligada às alianças familiares forjadas através de casamentos.

Inclusive, é interessante constatar que muitas mulheres não recebem o patronímico familiar, mas são batizadas com nomes religiosos. Por isto toda documentação é povoada de nomes como *de Jesus, dos Santos, da Conceição, Conceição de São José, das Montanhas de Jesus, Pastora de Jesus, dos Anjos da Purificação*¹⁰⁵. Muitas vezes estas mulheres são de famílias importantes e têm irmãos e irmãs que recebem os sobrenomes tradicionais. Este hábito deixa claro que, nesta sociedade, por princípio, cabe ao homem a transmissão do

¹⁰³ *Inventário de bens de Talgina Gomes de Menezes, 1867*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁰⁴ *Inventário de bens de Ernesto Antônio de Rezende Menezes, 1886*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁰⁵ Todos os nomes foram encontrados nos inventários, sempre utilizados para mulheres.

legado familiar, enquanto que a mulher cabe a tarefa de *carregar* e educar os filhos. Todavia, segundo Sampaio Silva¹⁰⁶, esta prática é uma tradição herdada do período colonial, quando, depois de batizadas, índias recebiam nomes religiosos, como certificado de que estavam convertidas ao catolicismo e, logo, aptas ao casamento.

No entanto, além dos nomes religiosos, é bastante comum encontrar famílias onde marido, mulher e filhos têm sobrenomes totalmente diferentes. São casos como o do casal Ajudante Manoel **Lopes Diniz** e Anna Maria de **Barros** que tiveram filhos chamados José **Lopes Diniz**, Manoel **Bernardino de Senna**, Antônio **Lopes de Barros**, Francisco **Sezario do Nascimento Barros**, Clemente **Gonçalves Torres**, além de uma filha que, por ser mulher, não tem seu nome declarado e é representada por seu marido Capitão Antônio Alves de Carvalho e Silva. Percebe-se, assim, que, além do sobrenome dos pais, muitos filhos recebiam nomes variados, de antepassados ou até de amigos próximos. Esta falta de norma, na hora de nomear os filhos, servia como uma estratégia utilizada para a preservação dos patronímicos de origens consideradas nobres.

Entretanto, além dos descendentes de colonos, muitas pessoas livres, mas de origem diversas, habitavam a região do médio São Francisco. Como a maioria destes indivíduos não tinha bens, por isto não tinha inventário, apenas fontes eclesiásticas permitem identificá-los. São, na maioria das vezes, descendentes de escravos ou de indígenas e, por isso, são excluídas do direito ao nome, como Elias Criolo e Maria Inga¹⁰⁷, que, apesar de livres, são identificados apenas pela cor ou pelo apelido. Alguns recebem de seus antigos senhores o patronímico, todavia, numa sociedade onde o nome tornou-se símbolo de status social, a maioria adotava nomes religiosos. São pessoas como Joanna **Domingas dos Santos**¹⁰⁸, filha legítima de Manoel **da Cruz** e de Faustina Maria **do Sacramento**, que se casou em 1878 com o escravo João, pertencente a Joaquim José da Cunha. Ou ainda como Honorato José da Silva¹⁰⁹, filho de Thomázia Maria (livre) e de Alexandre (escravo de José Valério), que casou-se com Teodora Maria **de Jesus**, filha legítima de Joaquim Felipe e Theothonia **Lima da Conceição**.

Entretanto, tanto os descendentes das tradicionais famílias instaladas na região desde o século XVIII, quanto os de origens negra e indígena estavam agora aproximados pela

¹⁰⁶ SAMPAIO SILVA. *op. cit.*, p. 152.

¹⁰⁷ Nomes constam nos registros de casamentos datados respectivamente em 21/08/1845 e 17/06/1849. *Livro de Casamento da paróquia de Tacaratu* - Abertura em 19/05/1845. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁰⁸ *Livro de Casamento da paróquia de Tacaratu* (Pároco Joaquim Belarmino de Miranda) - Abertura em 30/10/1868. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁰⁹ *Idem*.

pobreza. Por isto não é incomum encontrar pessoas como Antônio da **Cunha**, filho legítimo de Manoel de **Souza** e Adriana Maria, que se casou na igreja Matriz de Tacaratu com a escrava Balbina, pertencente a José da **Cunha** (nota-se que o marido e o dono da escrava têm o mesmo sobrenome)¹¹⁰.

Mas, além do nome e de relíquias familiares, a busca pela diferenciação passa também pela adoção de estratégias que possibilitem a manutenção da posse de terras¹¹¹ e de escravos, maiores símbolos de poder na região. Ou seja, impossibilitados de manter vastos plantéis de cativos, muitos senhores passaram a adotar práticas alternativas que permitissem a continuidade da prática escravista no cotidiano local.

Do ponto de vista dos cativos, estas práticas adotadas pelos senhores nem sempre eram sinônimo de melhoria nas condições de vida. Por mais que a crise obrigasse os habitantes a uma convivência diária e direta com indivíduos de diferentes origens, numa tal conjuntura, as conseqüências do empobrecimento acabavam sendo sempre mais acentuadas entre os mais vulneráveis. Em um verdadeiro *dégradé* social, quanto mais pobre fosse o indivíduo e mais negra fosse a cor de sua pele, maiores eram as dificuldades. Portanto, na sociedade do Sertão do São Francisco, são os escravos que acabam sendo os mais atingidos por esta fragilidade dominante.

¹¹⁰ Casamento realizado em 10/06/1850. *Livro de Casamento da paróquia de Tacaratu* - Abertura em 19/05/1845. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹¹¹ Sobre as estratégias de manutenção da grande propriedade rural, ver BURLAMAQUI, Maria Ferreira. *op. cit.*

A POSSE DE ESCRAVOS NO SERTÃO

O senhor sabe : sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinhozinho de metal...

Guimarães Rosa ¹¹²

A segunda metade do século XIX é um período bastante interessante para se analisar o quanto a escravidão poderia estar arraigada numa sociedade. Neste período, frente ao alto valor econômico do escravo e às dificuldades internas e externas do escoamento de mão-de-obra cativa, muitas sociedades adotaram práticas alternativas que permitiram a manutenção da escravidão localmente.

Tais estratégias dão uma coloração peculiar à escravidão nas diferentes regiões e só confirmam os recentes estudos que comprovam a multiplicidade de práticas escravistas e de adaptação do sistema às necessidades locais. Deste modo, torna-se bastante interessante analisar como, no Sertão do médio São Francisco, os senhores reagiam ao afunilamento da oferta de mão-de-obra servil, ao aumento do preço de escravos e às vantagens que proporcionava a transferência de cativos para outras áreas do país.

Nesta perspectiva, será analisado, neste capítulo, como o aumento do preço do escravo acabou inviabilizando o abastecimento externo de novos cativos para a região e como os senhores agiram neste contexto. Por isto, além de uma análise do valor econômico do cativo, realizada em um primeiro momento, torna-se importante também destacar como os senhores do Sertão, na impossibilidade de compra, adotaram meios alternativos que assegurassem a manutenção da escravidão local.

Estas verdadeiras estratégias escravistas se traduzem em práticas como a do co-senhorio, que permitiu a exploração de um único cativo por vários senhores. Aliada a esta, a reprodução natural acabou sendo a alternativa adotada por muitos que queriam continuar

¹¹² ROSA, Guimarães. *op. cit.*, p. 20.

sendo donos de escravos no Sertão. Assim, graças à reprodução endógena, muitos podiam transferir para outras regiões do país aqueles escravos que proporcionariam vantagens do ponto de vista financeiro e, ao mesmo, manter aqueles (ou aquelas) que, por meio de seus filhos, assegurariam a continuidade do sistema escravista no médio São Francisco.

É a partir destes quatro aspectos (o preço, o co-senhorio, o abastecimento interno e a transferência de mão-de-obra escrava para outras regiões) que será abordada a estruturação do sistema escravista no Sertão de meados e do fim do século XIX. Pretende-se, com isto, mostrar como, do ponto de vista econômico, social e, até mesmo, afetivo, foram encontradas soluções que viabilizassem a manutenção do trabalho cativo no Sertão e como este, apesar de suas especificidades regionais, não estava, de maneira alguma, desvinculado do sistema escravista nacional.

2.1. O alto valor econômico

Estudos sobre preços de escravos no século XIX, em Pernambuco¹¹³, têm demonstrado que, tanto no Agreste quanto no Sertão, o valor dos cativos não caiu de forma acentuada após 1850. De fato, há uma tendência de alta nos preços que atinge seu pico em meados dos anos sessenta, período em que a cultura do algodão se mostrou bastante lucrativa para as duas regiões e em que leis mais severas contra a escravidão ainda não tinham sido promulgadas no Brasil. Percebe-se, assim, que a regulação do preço nessas regiões, dependia de questões internas e também externas.

As fontes consultadas nesta pesquisa só corroboram com os resultados encontrados por José Raimundo Vergolino e Flávio Versiani¹¹⁴. De acordo com os inventários *post mortem* do médio São Francisco, o preço do cativo começa a baixar, mas ainda mantém-se alto até a década de 1870. Ou seja, é a partir da Lei do Ventre Livre, de 1871, que os preços tendem a cair. Entretanto, apenas na década de 1880, quando a abolição se mostrou inevitável, é que o valor do escravo diminuiu consideravelmente.

Todavia, se o preço do escravo em termos absolutos se mostra elevado, este se torna ainda mais impressionante quando comparado com o de outros bens de valor, símbolos da

¹¹³ VERGOLINO, José Raimundo Oliveira e VERSIANI, Flávio Rabelo. *Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX. op. cit.*

¹¹⁴ *Idem. Ibidem.*

riqueza local, tais como a terra e o gado. Esta grande disparidade de preço entre cativos e demais bens pode ser percebida em fontes como recibos de compra e venda e, principalmente, inventários *post mortem*, pois neles é possível comparar o valor médio entre todos os bens que costumavam ter os proprietários do Sertão.

É facilmente percebível como, na maioria dos inventários consultados, o valor declarado em cativos representa uma parte significativa do valor total dos bens inventariados. Isto significa dizer que, mesmo quando a quantidade de terra e gado é alta, em termos de valor, é o montante declarado em cativos que se destaca. Tal situação é percebida não apenas entre os grandes proprietários da região, como os Novais e os Souza Ferraz, mas também entre os proprietários de poucos escravos.

Inclusive, a avaliação de um escravo no Sertão é sempre mais alta do que qualquer outro bem declarado pelo inventariante, seja no que se refere à terra, aos imóveis, ao gado, ao mobiliário, aos equipamentos de trabalho e, até mesmo, aos objetos em ouro ou prata. Entretanto, apesar do preço relativamente alto, mais de 70% dos cento e cinquenta e um (151) inventários fichados faz referência a pelo menos um escravo, como se pode perceber na tabela 1.

Desta maneira, o valor dos bens em escravos correspondia a uma parcela significativa do total declarado, tanto entre os mais ricos quanto entre os mais pobres. Mesmo se a quantidade e o preço dos escravos foram inferiores ao dos escravos do litoral no mesmo período¹¹⁵, eles se tornam extremamente caros para a realidade local. Por isto, um índice de mais de 70% de posse de escravo entre os inventários consultados impressiona, sobretudo considerando-se que se trata de um período que combinou a crise final do sistema escravista com a crise interna da economia sertaneja.

Dividindo os inventários consultados de acordo com o nível de riqueza declarado, na Tabela 1, é possível, perceber que a posse do cativo desenvolveu-se entre indivíduos com níveis de fortuna bastante variados. Neste aspecto, o que muda é a quantidade de escravos. Ou seja, quanto maior a renda, maior o número de escravo. Se raros são os senhores que conseguem ter mais de quinze escravos, a posse de dois ou três cativos é bastante comum. Inclusive, quando uma grande quantidade de cativos é declarada, muitos destes são destinados

¹¹⁵ Sobre o preço dos escravos na região açucareira ver, EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudanças*. op. cit. Além de VERGOLINO, José Raimundo Oliveira e VERSIANI, Flávio Rabelo. *Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX*. op. cit.

aos serviços domésticos, o que, segundo Suzana Cavani Rosas, era um dos únicos indícios, perceptíveis nos inventários, de que se trata de uma grande fortuna da região¹¹⁶.

Tabela 1

Posse de escravos em relação ao valor total dos bens declarados nos inventários

Total dos bens declarados (réis)	Quantidade de inventários	Inventários com escravos	Inventários com escravos (%)	Média de escravos por inventários
Menos de 500\$000	29	08	27,5%	0,34
Entre 500\$000 e 1:000\$000	32	18	56,24%	1,18
Entre 1:000\$000 e 3:000\$000	44	40	90,9%	2,81
Entre 3:000\$000 e 5:000\$000	18	18	100%	4,72
Mais de 5:000\$000	27	27	100%	12
Não informado	01	00	00	-
Total	151	111	73,5%	3,17

Fonte: Inventários *post-mortem* da região do médio São Francisco. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

Entretanto, para uma análise mais detalhada, torna-se interessante examinar de maneira mais específica alguns casos de indivíduos representantes dos dois grupos extremos dessa Tabela 1. De um lado, estão os senhores mais ricos, que declaram uma grande quantidade e variedade de bens, inclusive inúmeros escravos. Do outro lado, estão os pequenos proprietários, que muitas vezes não têm nenhum bem de valor a declarar, além de um ou dois escravos. Deste modo, é possível perceber o peso econômico da posse de escravos

¹¹⁶ ROSAS, Suzana Cavani. *A escravidão no Sertão do São Francisco*. op. cit.

para os diferentes setores da sociedade que, juntos, formavam os senhores no Sertão do médio São Francisco.

Assim, entre os cento e cinquenta e um (151) inventários fichados, apenas vinte e sete (27) indicam um patrimônio superior a cinco contos de réis. Para estes proprietários mais ricos, a posse de escravos é sistemática, com uma média de doze (12) cativos por inventariado. Estas fortunas se diferenciam também por uma quantidade importante de terras e de gado declarada. Entretanto, mesmo frente a estes, o escravo continua tendo um valor superior.

Neste grupo, o Tenente Coronel José Francisco de Novais¹¹⁷ aparece como o maior dono de escravos identificado em toda documentação. Sua viúva declara um total de trinta e três (33), o que corresponde a quase metade do montante total do patrimônio do casal. O montante total declarado é de 13:341\$100 (treze contos trezentos e quarenta e um mil e cem réis), dos quais a parte correspondente apenas ao valor em escravos é de 6:020\$000 (seis contos e vinte mil reis). Vale destacar que, nesta soma, não são contabilizados os seis cativos declarados no dote dos filhos.

Ainda nesse grupo dos mais afortunados, destaca-se Gertrudes Maria das Virgens¹¹⁸ que, cinco anos antes da abolição definitiva da escravidão, em 1883, contabiliza quatorze (14) cativos. Número elevando numa região onde a média é bastante inferior. Entretanto, nos anos 1880, o preço do escravo diminuiu consideravelmente e não representava mais uma soma tão importante quanto nas primeiras décadas que sucederam o fim do tráfico de cativos. Assim, na partilha dos quatorze escravos inventariados, três são alforriados gratuitamente, enquanto que os outros onze são avaliados por valores que variam de 80\$000 (oitenta mil réis) a 400\$00 (quatrocentos mil réis). Por isto, neste período, o montante dos bens em escravos de Gertrudes Maria das Virgens corresponde à 1:980\$000 (um conto novecentos e oitenta mil réis) em um patrimônio total avaliado em 15:294\$400 (quinze contos duzentos e noventa e quatro mil e quatrocentos réis).

Os dois inventários apresentados acima demonstram que, enquanto em 1850 o valor em escravos poderia chegar a 50% do total dos bens dos indivíduos mais afortunados, na década de oitenta, este não representava mais nem 15% do patrimônio total. Esta disparidade entre os valores em escravos encontrada nos inventários dos dois ricos proprietários, Tenente Coronel José Francisco de Novais e Gertrudes Maria das Virgens, mostra como, em pouco

¹¹⁷ *Inventário de bens de Tenente Coronel José Francisco de Novais, 1850*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹¹⁸ *Inventário de bens de Gertrudes Maria das Virgens, 1883*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

mais de trinta anos (de 1850 a 1883), há uma grande desvalorização do cativo enquanto bem de interesse econômico no Sertão. Uma escrava de 16 anos, avaliada no primeiro inventário por 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis), tem, no segundo, um valor declarado em 100\$000 (cem mil réis). De fato, se as primeiras leis que restringiam a mão-de-obra forçada no Brasil provocaram o aumento do preço do escravo, aos poucos, o efeito é inverso. A partir da década de 1870, quando, do ponto de vista jurídico, a abolição da escravidão torna-se uma questão de tempo, muitos senhores na região do médio São Francisco passam a se desfazer de seus cativos com maior rapidez. Para grande parte destes proprietários, desfazer-se de seus cativos significa vendê-los para outras localidades do país¹¹⁹. Contudo, a partir de 1880, o tráfico interprovincial é proibido, inviabilizando a transferência para fora de Pernambuco e provocando uma desvalorização ainda maior do preço do cativo.

Entretanto, antes de 1880, o contexto era bastante favorável à transferência de escravos, o que não significava que todos os proprietários optaram pela venda. Como foi visto, é verdade que há uma concentração maior de cativos na mão dos mais ricos, principalmente no que se refere à quantidade. Todavia, a posse de poucos escravos permanece bastante difundida, mesmo entre aqueles com poucas possibilidades financeiras. Inclusive, é entre estes pequenos proprietários que a posse de escravo no Sertão chama a atenção, visto que, para eles, ter um escravo exigia um esforço muito maior.

Este parece ser o caso, por exemplo, de Rufina Gomes de Sá¹²⁰ que, no momento da sua morte, tinha três escravos, Benedicto de trinta e seis anos, Pulquéria de vinte e quatro anos e Maria de apenas quatro anos. O valor destes três cativos corresponde a 650\$000 (seiscentos e cinquenta mil réis), em um patrimônio total declarado de 939\$160 (novecentos e trinta e nove mil cento e sessenta réis). Ou seja, mais de dois terços dos bens da família. Os 289\$160 (duzentos e oitenta e nove mil cento e sessenta réis) restantes referem-se a três partes de terras, uma casa, um oratório com imagens, uma cama, três baús encourados, dezoito cabeças de gado vacum, dois cavalos, duas enxadas e dois machados. Nenhum objeto sinônimo de luxo é declarado neste inventário. De fato, neste documento, aparece um patrimônio modesto, de uma família de pequenos criadores que cultivam paralelamente uma roça de subsistência. Tal descrição a princípio não combinaria com a posse de escravos, entretanto, três deles são

¹¹⁹ A transferência de mão-de-obra pode ser percebida pela grande quantidade de procurações passadas no médio São Francisco para venda de escravos nas diversas províncias do país (aspecto analisado mais adiante, no item 2.4 deste capítulo).

¹²⁰ *Inventário de bens de Rufina Gomes de Sá*, 1852. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

citados. Tal fator é um indício de que, além da riqueza, outros critérios devem ser levados em conta no que se refere aos interesses que motivavam a posse de cativos.

Torna-se evidente que o valor econômico do escravo é elevado na realidade em questão. Todavia, a documentação trabalhada também permite perceber o valor de um cativo para o seu dono em outros aspectos. Em primeiro lugar, há o valor social, mas também o valor proporcionado pelo trabalho do escravo, em oposição à tentação de comercializá-lo para outras regiões. E, finalmente, o valor decorrente dos laços afetivos e de solidariedade construídos entre senhores e escravos. Todas estas questões devem ser consideradas para entender a adoção de estratégias que permitiram a manutenção da escravidão no Sertão, em um contexto desfavorável como foi a segunda metade do século XIX.

2.2. Estratégias de manutenção da escravidão numa sociedade em crise

A prática de co-senhorio

No Sertão do médio São Francisco, a escravidão pareceu persistir mesmo por entre aqueles que não tinham mais os meios de manter seus cativos. O contexto de empobrecimento e de crise levou, através de partilhas sucessivas de bens entre descendentes das antigas famílias de colonos, ao esfacelamento do patrimônio familiar. Estas pessoas que, em momentos de dificuldade, vêm-se na impossibilidade de manter intacta a riqueza familiar acabam utilizando estratégias de preservação, se não do patrimônio familiar, pelo menos de uma posição social que as identifique com a camada de proprietários de gado, terras e escravo. É dentro desta lógica que algumas práticas, como a de co-propriedade da terra, analisada por Maria Ferreira Burlamaqui¹²¹, desenvolveram-se com o objetivo de evitar um real desmembramento da grande propriedade.

A análise da partilha de bens indica que a mesma estratégia adotada para evitar o esfacelamento da propriedade rural é adotada para evitar que a família fosse obrigada a se desfazer de seus cativos no momento de morte de um parente. O grande número de herdeiros impedia que cada um herdasse pelo menos um cativo, principalmente se considerado o alto valor do escravo em comparação aos demais bens declarados nos inventários. Além disto,

¹²¹ BURLAMAQUI, Maria Ferreira. *op. cit.*

numa sociedade onde as transações comerciais não se baseavam essencialmente no dinheiro em espécie, nem sempre era vantajoso vender um cativo, mão-de-obra que poderia servir a toda uma família.

Em um tal contexto, tornou-se comum, que, no momento da realização de um inventário *post mortem*, um mesmo escravo fosse destinado a vários herdeiros. Entretanto, em muitos casos, os cativos não eram vendidos, mas “divididos” entre várias pessoas em um sistema chamado de *co-senhorio*¹²². Esta prática pode ser percebida no inventário de Custódia Gomes de Sá¹²³.

Quando faleceu em 1886, Custódia deixou, entre outros bens, cinco escravos para ser divididos entre o viúvo Capitão Antônio Gonçalves Torres da Silva e os oito filhos maiores do casal. Assim, na partilha, os escravos Saturnino, de 25 anos, avaliado em 200\$000 (duzentos mil réis), e Rita, 47 anos, avaliada em 100\$000 (cem mil réis), cabem ao meeiro. Entretanto, os outros três cativos declarados no inventário são divididos em partes desiguais, de modo que todos os filhos do casal herdem partes em escravos. Desta maneira, no escravo José, de dezoito (18) anos, avaliado em 400\$000 (quatrocentos mil réis), o viúvo herda *uma parte no valor de 250\$000 réis*, o segundo filho do casal, *uma parte no valor de 50\$000 réis* e o filho mais novo, *uma parte no valor de 100\$000 réis*. Da mesma forma, a escrava Joanna, de 29 anos, avaliada em 300\$000 (trezentos mil réis) cabe na partilha à filha mais velha numa *parte no valor de 120\$000 réis*, à terceira filha, numa *parte no valor de 100\$000 réis* e ao sétimo filho, numa *parte no valor de 80\$000 réis*. Finalmente, uma última escrava, de dezesseis (16) anos e avaliada em 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis), é dividida entre a segunda filha, que herda *uma parte no valor de 50\$000 réis*, o quarto, o quinto e o sexto filho do casal, que herdam cada *uma parte no valor de 100\$000 réis*. Percebe-se, assim, que todos os filhos do casal recebem partes em escravos em valores semelhantes ou aproximados, tornando-se co-senhores de escravos.

Em uma primeira análise, uma divisão tão complicada dos cativos parece indicar que estes seriam vendidos e o valor em dinheiro dividido entre os herdeiros. Entretanto, outros casos mais complexos, em que partes de escravos herdadas eram re-divididas em heranças sucessivas, comprovam que a co-propriedade de escravos não era apenas um artifício jurídico, mas uma prática comum na região. Não é incomum encontrar inventários de pessoas que

¹²² O termo é utilizado em um documento do período: *Ação de Liberdade da Escrava Marcela, Floresta, 1886*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹²³ *Inventário de bens de Custódia Gomes de Sá, 1886*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

falecem e deixam como herança, não escravos, mas partes nestes. Isto é o que ocorre com Nicácia Teles de Menezes¹²⁴. A inventariada, ao morrer, deixa como herança aos seus cinco filhos, uma casa, dezesseis braças de terra de baixo valor, além de três partes de distintos valores em três escravos anteriormente herdados pela falecida. Ou seja, *uma parte no escravo Antônio no valor de 75\$000 réis, reavaliada no inventário por 100\$000 réis ; uma parte na escrava Cecília de 23\$333 réis reavaliada por 100\$000 réis e uma parte na escrava Gertrudes no valor de 100\$430 réis e reavaliada por 160\$680 réis*. As ditas partes são, conseqüentemente, re-divididas entre os cinco filhos de Nicácia.

Na maioria dos casos, “dividir” um escravo não significava vendê-lo e partilhar o dinheiro da venda entre os herdeiros, mas mantê-lo a serviço da família. Na prática cotidiana, esta divisão se traduzia pela utilização de um mesmo cativo por vários senhores, de acordo com as necessidades de cada um e com o valor da parte correspondente a cada herdeiro. Vale lembrar que muitos herdeiros moravam não muito longe uns dos outros, nas terras dos antigos latifúndios, num sistema de condômino. Deste modo, era possível para o indivíduo, escravo de vários senhores, circular por entre a propriedade e servir a todos.

A análise de outras fontes comprova esta prática de co-senhorio. Tanto nas cartas de alforria quanto nos registros de compra e venda de cativos, é comum a comercialização ou liberação de partes em escravos. Vários exemplos podem ser citados, como o da escrava *Archanja, de 30 anos, solteira, de cor preta, matriculada sob o número 36 da matrícula geral de escravos de Tacaratu e 2 da relação*. Em 1878, José Gomes de Sá Camillo era dono de uma parte na dita escrava e comprou as outras duas de Maria Evangelista de Sá, Capitão José Moraes de Sá e Juvenal Gomes de Souza Rocha. Os três vendedores, assim como o comprador, haviam herdado as partes na escrava por falecimento do Capitão Pedro Gomes de Sá¹²⁵.

Do mesmo modo, algumas cartas de liberdades alforriam apenas partes em um escravo. Este é o caso de Antônio, que comprou de José Manoel da Silva e Maria José da Glória parte de sua liberdade. Nesta carta de liberdade, os dois co-senhores, que decidiram vender a alforria a Antônio, afirmam:

que entre os mais bens que possuímos de mança e pacífica posse livre e desenbargados e bem assim uma parte de cento e cinquenta mil reis que possuímos no escravo Antonio, cuja parte nos havemos por herança do inventario que se procedio por fallecimento de nosso pai i sogro Manoel Pedro da Silva e por

¹²⁴ *Inventário de bens de Nicácia Teles de Menezes, 1859*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹²⁵ *Registro de compra e venda da escrava Archanja. Livro de Notas de Tabela de Tacaratu, 1878*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

*compra aos nossos irmãos e cunhados Pedro Alves Feitosa e José Joaquim Machado, como consta dos documentos que temos nos nosso poder, **de cuja parte nos passamos liberdade ao dito escravo** pelo preço i quantia certa de cento e cinquenta mil reis, que recebemos ao passar desta em moeda corrente e pudera o dito escravo **ficar com liberdade desta parte** e mandou lançar no livro de notas a todo tempo que lhe convir, e em qualquer tempo que se apresentar alguma duvida sobre esta carta de liberdade nos somos obrigados a fasella firme i valiosa pois nos apaçamos de nossa libre vontade sem constrangimento de pessoa alguma, não pudesse os nossos herdeiros em tempo algum se opor a dita carta de liberdade e pudera o dito escravo **ficar fôrro e liberto da parte** que nos tinhamos nelle de hoje para sempre.¹²⁶*

O caso de Antônio comprova que a prática do co-senhorio era uma estratégia utilizada pelos senhores, no Sertão de Pernambuco de manutenção da escravidão frente ao contexto de crise da região. Mas, além disto, indica como tais estratégias tornavam mais longo o caminho a ser percorrido pelo escravo na busca de sua liberdade¹²⁷. Na prática cotidiana, o que significava ser em parte livre e em parte escravo? O estatuto de *meio-livre* não existe, entretanto, é possível que os escravos com partes alforriadas não tivessem obrigações todos os dias para com os seus senhores. Ainda assim, esta maior liberdade variava muito de senhor para senhor.

Sem contar que o co-senhorio tornava muito mais complexas as relações jurídicas de posse de escravos. Por isto, quando uma escrava com vários co-senhores tinha filhos, estes deveriam pertencer, em partes proporcionais às herdadas, aos co-senhores de sua mãe. Antônia Mariana de Sá¹²⁸ deixou, ao falecer, três escravos que foram partilhados entre o viúvo e os quatro filhos menores do casal. Uma escrava chamada Eugênia coube como herança aos três últimos filhos do casal, que receberam partes com valores distintos na dita escrava. Entretanto, alguns anos mais tarde, em 1859, Eugênia era mãe de quatro crianças. Desta maneira, o agora genro da falecida inventariada escreve uma petição solicitando a realização de uma sub-partilha dos quatro filhos remanescentes da dita escrava, nascidos após a realização do inventário. Assim, as quatro crianças com idades de seis meses a oito anos, são proporcionalmente destinados aos três filhos do casal, que tinham partes na cativa Eugênia.

Casos como estes e todos os outros citados acima mostram que o co-senhorio, ao multiplicar o número de senhores, só multiplicava a complexidade das relações escravistas. É claro que, na prática cotidiana, esta exigência jurídica se traduzia por uma exploração

¹²⁶ *Carta de liberdade do escravo Antônio. Livro de Notas de Tabelião de Tacaratu, 1880.* Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História. Grifos meus.

¹²⁷ O comportamento dos cativos frente a esta e a outras estratégias utilizadas pelos senhores de escravos é analisada no terceiro capítulo.

¹²⁸ *Inventário de bens da esposa de José Vitoriano de Sá (Antônia Mariana de Sá), 1852.* Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

conjunta de um mesmo escravo. Entretanto, do ponto de vista dos senhores, esta complexidade permitiu que a posse de escravos continuasse pulverizada no médio São Francisco. Ou seja, frente às dificuldades internas e externas da segunda metade do século XIX, os senhores souberam evitar que a posse de escravos se tornasse um privilégio de poucos. De fato, os descendentes das antigas famílias da região souberam adaptar a prática escravista à realidade de crise, explorando a mão-de-obra cativa de acordo com as possibilidades existentes.

Entretanto, aliadas ao co-senhorio, outras estratégias foram necessárias para garantir a manutenção do trabalho cativo no Sertão, durante todo o período de ocaso do regime escravista no Brasil.

A produção endógena

A historiografia sempre considerou que a escravidão no Brasil se alimentou basicamente do tráfico, primeiramente atlântico, depois interno. Entretanto, recentes estudos têm demonstrado que, apesar de essencial, é preciso relativizar a importância deste para algumas regiões e considerar o papel da produção endógena na manutenção da escravidão local.¹²⁹ Em áreas distantes dos portos e com menor interesse econômico, nem sempre os africanos chegavam com preço e frequência acordados às exigências locais. Se estas regiões já tinham dificuldades durante a vigência do tráfico internacional, com seu fim, elas deixam totalmente de ser áreas de atração de mão-de-obra e passam a ser fornecedoras de cativos para regiões mais prósperas. Sendo o Sertão um destes espaços comumente chamados de retaguarda, foi preciso recorrer a soluções alternativas que garantissem o abastecimento de mão-de-obra na região.

Vale ressaltar que a produção endógena não funcionou como um substituto direto do tráfico, mas como alternativa viável para a sobrevivência do sistema escravista nestas sociedades. Ou seja, a produção endógena não reproduzia o sistema escravista no mesmo padrão daquele alimentado pelo tráfico, mas evitou o seu total desaparecimento nestas regiões mais recuadas, durante o período de diminuição de mão-de-obra cativa em todo o país.

¹²⁹ Ver por exemplo a tese de Solange Pereira da Rocha que ao estudar três freguesias da província da Paraíba oitocentista, destacou a importância da produção endógena para a manutenção da escravidão localmente. Ver ROCHA, Solange Pereira da. *Gente Negra na Paraíba oitocentista: População, família e Parentesco espiritual*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2007.

Considerando tal afirmativa, é preciso compreender a reprodução natural como uma estratégia escravista adotada pelos senhores no médio São Francisco. Nesta sociedade, a prática pode ser comprovada pela pouca significância do comércio de cativos originários de outras localidades na região. Inclusive, a prática de co-senhorio ganha sentido ainda maior quando se leva em conta os vários indícios, presentes nas várias fontes consultadas, de que poucos eram os escravos comercializados na região. Se o mercado de escravos local se alimentasse essencialmente do comércio externo, em uma ou duas gerações, a posse de escravos estaria concentrada na mão de alguns poucos ricos proprietários. Por isto, aliada ao co-senhorio, a reprodução endógena permitia que uma mesma família de escravos permanecesse na mão de uma mesma família de senhores, por várias gerações. Através de partilhas sucessivas, os escravos e seus descendentes, eram divididos, partilhados e repartilhados pelos descendentes das tradicionais famílias do médio São Francisco.

A baixa importância do comércio de escravos vindo de fora do Sertão pode ser percebida de várias formas. Em primeiro lugar, no que se refere à pouca relevância do tráfico externo, ela fica clara pelo altíssimo índice de escravos nascidos no Brasil. De fato, em toda a documentação consultada, raras são as referências à africanos mesmo antes de 1850. Além do que, quando aparecem, os africanos são, na grande maioria das vezes, cativos de idade avançada. Ou seja, mesmo antes da lei Eusébio de Queiroz, no Sertão, a escravidão parecia já ter adotado outras formas de abastecimento de cativos. Por esta razão, em toda a documentação cartorial e eclesiástica consultada é possível localizar apenas 10 (dez) Africanos. São oito (8) escravos declarados nos inventários *post-mortem*¹³⁰ e 2 (dois) em livros de casamento¹³¹, todos eles classificados como *Angola* ou *Nação Angola*. Mesmo considerando que nem sempre a origem do escravo está evidenciada na documentação, a baixa presença de africanos é confirmada pelo recenseamento de 1872, que contabiliza apenas trinta e seis (36) em toda a região estudada¹³².

A baixa quantidade de africanos identificados nesta pesquisa não chega a ser uma surpresa, pois mesmo antes de 1850 os esforços ingleses de combater o tráfico provocavam o aumento no preço do escravo no Brasil. Assim, quanto mais caro o cativo, maior a dificuldade de abastecimento para as regiões mais recuadas e em crise, como o Sertão. Por isto, o índice

¹³⁰ Citados em três inventários. *Inventário de bens de Manoel do Nascimento e Araújo*, 1845. *Inventário de bens de Tenente Coronel José Francisco de Novais*, 1850. *Inventário de bens de Maria dos Anjos da Purificação*, 1867. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹³¹ Ambos citados no *Livro de Casamento da paróquia de Tacaratu* – abertura em 19/05/1845. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹³² De acordo com o recenseamento de 1872 para as freguezias de Floresta e Tacaratu. IBGE, *op. cit.*

encontrado (apenas dez indivíduos africanos em todos as fontes cartoriais e eclesiásticas trabalhadas), é um indicativo de que o abastecimento externo de cativos já vinha em decadência. Ou seja, uma taxa tão baixa mostra que, além do comércio, a região já havia adotado outras maneiras de suprir a carência de mão-de-obra escrava, mesmo antes do fim do tráfico Atlântico de seres humanos.

Por isso, mais do que a ausência de africanos, o que chama a atenção na documentação consultada, é a baixa quantidade de registros de compra de escravos realizados por senhores da região, mesmo em se tratando de cativos brasileiros e sertanejos. Em dois livros de Notas de Tabelaio¹³³ consultados, foram registradas apenas dezesseis (16) transações de compra e venda de escravos, além de outros treze (13) registros avulsos datados entre 1868 e 1869¹³⁴.

Mesmo nesta documentação localizada, algumas questões chamam a atenção. Em primeiro lugar, nos livros de Nota de Tabelaio consultados, a quantidade de registros de compra e venda de escravos é inferior a de procurações para a comercialização de cativos em outras regiões do país. Disparidades como esta indicam que os senhores do Sertão tendiam muito mais a vender seus cativos do que a comprá-los de outras regiões.

Além disto, entre as transações de compra e venda de escravos consultadas, é preciso levar em conta também aquelas conseqüentes de heranças ou de negócios familiares. Tais transações não representam verdadeiras transferências de escravos, mas ajustes jurídicos de bens que já estão em poder da família. São casos como o da escrava Archanja, de trinta anos¹³⁵. Em 1878, José Gomes de Sá Camillo, que já tinha uma parte na dita escrava, compra as outras duas partes dos demais herdeiros do finado Capitão Pedro Gomes de Sá, Dona Maria Evangelista de Sá, Capitão José Moraes de Sá e Juvenal Gomes de Souza Rocha, tornando-se, assim, o único dono da dita escrava. Casos de compra e venda como estes não possibilitavam o aumento do plantel do senhor comprador, visto que este já se beneficiava dos serviços da escrava que comprou. Ou seja, transações como estas traziam como benefício ao comprador a total liberdade de decidir o destino de sua escrava, pois como co-senhor era necessário um acordo com os demais herdeiros.

Outro indício de que pouco se comprava mão-de-obra servil de outras regiões do país está na recorrência da expressão *ambos moradores neste termo*, em referência aos vendedores e compradores dos registros consultados. Quando não se tratava de indivíduos dos termos de

¹³³ *Livros de Notas de Tabelaio de Tacaratu*, 1878 e 1880. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹³⁴ *Cartas de Venda de escravos do termo de Cabrobó* (1868 e 1869). Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹³⁵ *Livro de Notas de Tabelaio de Tacaratu*, 1878. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

Tacaratu ou Floresta, eram de termos vizinhos, tais como Villa Bela, Penedo, Salgueiro ou Cabrobó. Assim, mesmo quando compravam, os moradores do Sertão não importavam cativos de outras regiões, mas recorriam à mão-de-obra disponível no entorno.

Finalmente, um último aspecto que chama a atenção nos registros de compra e venda é a presença de mulheres escravas comercializadas. No Livro de Notas de Tabelião da vila de Tacaratu de 1878, identificam-se quatorze (14) registros de compra e venda de escravos. Deste total, onze (11) transações envolvem mulheres escravas. Vale ressaltar que tais registros são realizados no período posterior à promulgação da Lei do Ventre Livre, o que explica o fato de muitas delas virem acompanhadas de filhos menores. Isto ocorre porque, muitos senhores, quando compravam as mães, estavam mais interessados nos filhos que, mesmo livres, morariam na propriedade e, deste modo, poderiam ser aproveitados nos diversos serviços de uma propriedade rural.

São casos de transações como a realizada com a escrava Francisca¹³⁶, brasileira, preta, com idade de quarenta para quarenta e um anos, solteira, mãe de dois filhos ventre livres. A dita escrava foi vendida por Domingos José Ramos, morador de Villa Bella, a Anna Umbelina de Moura, moradora do termo de Tacaratu, por um valor de 200\$000 (duzentos mil réis). Neste registro, há uma observação deixando claro que a compradora fica responsável pela criação de Jozé e Manoel, filhos da escrava.

Mas a importância da reprodução endógena para a manutenção da escravidão no Sertão do médio São Francisco também fica evidente nos inventários *post-mortem*. Nos documentos realizados a partir de 1872, a origem dos cativos é frequentemente explicitada. Assim, para quarenta e dois (42) escravos, consta claramente a forma de aquisição. Neste total, apenas seis são declarados com a expressão *havido por compra*. Todos os outros são identificados com as expressões *cria da casa*, *doação*, *herança*, *legítima paterno* ou *legítima materna*.

Mas além destes casos explícitos, muitos outros indícios indicam que a grande maioria dos escravos declarados nos inventários não é comprada, mas seguidamente herdada por várias gerações de colonos. Um destes indícios, já tratado acima, diz respeito à prática freqüente de co-senhorio. Ou seja, quando um inventariado tem entre seus bens arrolados partes em escravos, estas são quase sempre decorrentes de heranças anteriores.

Outra evidência de que a reprodução endógena funcionava como um meio de abastecimento de escravos no Sertão, é constatada pela grande quantidade de crianças citadas.

¹³⁶ *Ibidem*.

O índice chega a 25% de um total de seiscentos e cinco (605) cativos contabilizados em todos os inventários *post mortem* consultados. Mas, além disto, todo tipo de relação de parentesco entre cativos pode ser facilmente identificada na documentação. Inclusive, é possível encontrar até três gerações de uma mesma família escrava pertencendo a uma mesma família de senhores¹³⁷.

Apesar dos esforços de manter a escravidão local ativa, há claras evidências de que os senhores do médio São Francisco não deixavam de transferir cativos para localidades mais prósperas. Jogando com interesses conflitantes, os donos de escravos buscavam se beneficiar do rico e próspero tráfico interno, sem, no entanto, desfazer-se totalmente de seus plantéis. Inclusive, há indícios na documentação consultada de que, muitas vezes, a população escrava, descendente de africanos, era freqüentemente misturada e confundida com a população indígena (a questão da formação étnica da população escrava é tratada no capítulo três). Nesta perspectiva e do ponto de vista dos senhores, a miscigenação entre a população negra e a indígena só funcionaria como mais uma estratégia de supressão da carência de mão-de-obra servil no Sertão e, através do tráfico, no Brasil.

2.3. A tentação da venda

Se a compra de escravos vai se tornando cada vez mais rara ao longo do período estudado, no que diz respeito à venda, o movimento é inverso. Após 1850, os senhores do Sertão do médio São Francisco passam a vender seus cativos a outras regiões da província ou do país. Tal afirmação se baseia essencialmente na análise do Livro de Notas de Tabela da vila de Tacaratu, datado de 1878¹³⁸. Esta documentação, única entre as consultadas, torna-se riquíssima por conter o registro de quarenta e duas procurações destinadas à venda de cativos para diversas regiões do país.

Todas essas procurações, anotadas entre 1877 e 1879, seguem mais ou menos o mesmo modelo e nomeiam quase sempre as mesmas pessoas como procuradoras para vender e embarcar, para qualquer Província do Império, escravos da região. São procurações em que não estão definidos nem o valor do cativo, nem o nome de um comprador. Por isto, trata-se de

¹³⁷ Sobre as relações de parentescos entre escravos ver capítulo três.

¹³⁸ Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

documentos nos quais os senhores do Sertão confiam a terceiros a responsabilidade de comercializar seus escravos em áreas mais prósperas, onde o preço obtido seria mais vantajoso para o vendedor (ver o exemplo da procuração feita por Ignacia Maria do Nascimento, no Anexo 3).

Inclusive, os anos de 1877 a 1879 correspondem exatamente ao período considerado por alguns pesquisadores, como o do pico absoluto na exportação de escravos a partir de Pernambuco. Segundo Versiani e Vergolino, “esse auge pode ser relacionado com a baixa nos preços de escravos na província, no período, especialmente no Agreste e no Sertão, o que foi certamente influenciado não só pela desastrosa seca de 1877-79, como pela queda dos preços do açúcar e sobretudo do algodão, em relação à década anterior”.¹³⁹

Pela forma como são feitas, seguindo sempre o mesmo modelo, todas as procurações parecem indicar a existência de uma rede de traficantes em busca de mão-de-obra e com ramificações em diversas regiões do país. Inclusive, a magnitude do negócio impressiona ainda mais quando se leva em conta que as datas de realização das ditas procurações são bem próximas de 1880, ano em que a lei passa a proibir, definitivamente, o tráfico interprovincial de escravos no Brasil. Apesar disto, vários são os indícios de que as procurações são produzidas por uma verdadeira empresa de transferência de cativos das regiões mais pobres ou em crise para as regiões mais ricas e carentes de mão-de-obra escrava.

Em primeiro lugar, cada uma das procurações nomeia sempre os mesmos procuradores para as diferentes cidades citadas. Com pequenas variações de nomes de um documento para o outro, é possível identificar os seguintes senhores como procuradores responsáveis pelo tráfico nas cidades que faziam parte da rota:

- Na vila de Tacaratu, são nomeados os senhores João Gomes Cavalcante, João Avelino de Carvalho Dandão, Alferes Luis Jorge da Silva Cravo, Joaquim Barbosa de Souza Ferraz e/ou Joaquim Gomes Cavalcante.
- Na cidade de Penedo, são nomeados os senhores Antonio Couto, Fernando da Silva Peixoto, Sisino Barreiro da Cunha, José Joaquim Rodrigues Guimaraes, José Luis da Silva Cravo, José Maria Gonçalves Pereira, Norberto José Teixeira e/ou Manoel Rosenbergue Martuez Soares.
- Na cidade de Maceió, é nomeado apenas o senhor Joaquim da Cunha Meirelles.

¹³⁹ VERGOLINO, José R. Oliveira; VERSIANI, Flávio Rabelo. *Comércio de escravos em Recife, 1878*. Disponível em: < http://www.unb.br/face/eco/seminarios/2008/comercio_escravos_29_05.pdf >. Acesso em maio de 2008.

- Na cidade do Recife, são nomeados os senhores Claudiano da Silva Rego, Domingos Alves Guimaraes Cutia, Francisco Gonçalves Torres, Henrique Saraiva d'Araújo Mello e/ou Monteiro Corrêa.
- Na Bahia, são nomeados os senhores Augustinho Ribeiro C^a., Antonio Barbosa de Andrade, João Pereira Espinheira e/ou José Ferreira Cardoso.
- No Rio de Janeiro e em São Paulo, são nomeados os senhores Evaristo C^a., Antonio Lopes d'Aguiar, Daniel Joaquim Vais Ferreira, João Ferreira de Moraes, Cap. Joaquim da Cunha Matoz, Manoel da Silva Jordão e/ou Themotio de Sousa Espindola.

Outro aspecto interessante a ser analisado nestas procurações diz respeito às datas em que estas foram realizadas. Percebe-se que muitas procurações são feitas num único dia ou com intervalos de alguns poucos dias. Em seguida, há um intervalo de alguns meses durante os quais não aparece o registro de nenhuma procuração. Assim, por exemplo, entre os dias dezesseis de maio e vinte e dois de junho de 1878, são realizadas vinte e duas procurações. Depois desta data, há um intervalo de três meses sem nenhum registro. Apenas a partir de quatorze de setembro é que se inicia uma nova série de procurações.

Assim, parece claro que tal rede de traficantes de escravos organizava, em torno da vila de Tacaratu, levadas de escravos a serem transferidos para outras regiões da província e do país. Deste modo, quando obtinham um número significativo de escravos, os traficantes levavam-nos para cidades maiores que funcionavam como verdadeiros centros de redistribuição de cativos em cada região por onde passavam.

Percebe-se que os cativos não eram necessariamente transferidos para as áreas cafeeiras, mas vendidos de acordo com a oferta e a procura nas várias localidades por onde eram levados. Assim, a cidade de Penedo parece funcionar como um centro de compra e venda de cativos no próprio Sertão. Em seguida, no litoral do Nordeste, as cidades de Alagoas e Recife centralizavam as transações das zonas canavieiras. Em terceiro lugar, a província da Bahia, funciona como o último ponto de comercialização de cativos antes da chegada às regiões cafeeiras, mais ávidas de mão-de-obra cativa. Finalmente, o Rio de Janeiro e São Paulo são os destinos finais de escoamento de escravos. Num verdadeiro movimento que vai das regiões mais pobres às mais ricas, os escravos seguem por uma rota e vão sendo comercializados ao longo de todo o caminho.

Apesar das enormes distâncias, os lucros deveriam tornar o negócio atrativo para todos os interessados. Primeiramente, para os sertanejos que confiavam seus escravos para serem levados para regiões distantes. Apesar da promessa de lucro, tal negócio não deixava de ser um risco, pois, ao longo do trajeto, a possibilidade de fuga ou de morte de escravos era

constante. Além disto, ao vendedor cabia o pagamento prévio dos direitos de exportação provincial, enquanto que o benefício só chegaria depois, quando:

qualquer dos riferidos seoz procuradores assignar a escriptura de venda pelo preço que for possível justado, requerer e assignar tudo que for preciso para tal fim perante quaisquer autoridade e repartiçõs publicas, dar bôa e valida quitação de tudo o que receber subs tabular a presente em quem lhes convir, levando a credito do primeiro entre seos procuradores todo o produto liquido resultantes desta venda¹⁴⁰.

Ou seja, para o senhor do Sertão, este tipo de negócio não deixava de ser um tiro no escuro, compreensível pelo contexto de empobrecimento interno e de crise final do regime escravista. É provável que a Lei do Ventre Livre, de 1871, aliada ao fim do boom algodoeiro da década de 1860, só impulsionasse ainda mais os senhores a transferir os seus cativos. É bem possível também que rumores sobre a aproximação da proibição do tráfico interprovincial só funcionassem como um incentivo a mais à venda. Entretanto, nenhum outro Livro de Notas de Tabelião contendo procurações foi localizado, impossibilitando a análise do papel do tráfico interno ao longo de todo o período estudado.

Do ponto de vista dos traficantes, o comércio de seres humanos parece ser ainda mais lucrativo. As leis que buscavam frear o desenvolvimento da escravidão parecem não surtir efeito frente à necessidade de novos braços. De fato, era a demanda que impulsionava estes homens já solidamente estabelecidos nas principais cidades das duas maiores regiões escravistas do país, Nordeste e Sudeste. Inclusive, o comércio parecia em plena expansão, pelo menos na vila de Tacaratu. Em vinte e quatro de dezembro de 1878, o senhor Antônio Couto, através de seu procurador Manuel Gaspas de Souto, registra a compra de uma *morada de casa de tijolo, coberta de telha, com três portas e uma janela de frente, sita na rua do Comércio*, da vila de Tacaratu, pelo valor de 400\$000 (quatrocentos mil réis)¹⁴¹. Antônio Couto é identificado no documento por ser um *negociante estabelecido em Penedo*, entretanto, pelas procurações para venda de escravos, é possível classificá-lo como traficante nomeado na dita vila. A compra de uma casa de tijolo de alto valor, localizada em pleno centro de Tacaratu, na rua do Comércio, só é mais um indício de que a transferência de braços continuava forte, lucrativa e em expansão.

¹⁴⁰ Formula utilizada nas várias procurações. *Livro de Notas de Tabelião de Tacaratu*, 1878. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁴¹ *Escritura de compra e venda de uma morada de casa. Livro de Notas de Tabelião de Tacaratu*, 1878. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

A historiografia brasileira sempre destacou que eram os escravos jovens e do sexo masculino que suscitavam o maior interesse dos traficantes. Esta afirmação pode ser, em parte, comprovada pelas procurações de escravos consultadas. Nos quarenta e dois (42) documentos trabalhados, são identificadas quarenta e sete (47) pessoas destinadas ao tráfico interno (ver, no Anexo 4, lista completa dos escravos identificados nas procurações). Deste total, vinte e cinco (25) são jovens do sexo masculino, com idades que variam de oito a dezessete anos, com exceção de cinco escravos com mais de trinta anos.

Há também dezenove (19) mulheres com idades que variam de dez a trinta e um anos. Do mesmo modo que para os homens, são as jovens que mais interessam os traficantes, visto que, das dezenove (19) mulheres identificadas, apenas duas (2) têm mais de vinte e três anos. Inclusive, as três escravas mais velhas, identificadas na documentação, são embarcadas em companhia de filhos, escravos ou ventre livres. Uma delas, com idade de vinte e três anos, vai acompanhada de seu filho ingênuo, José, de seis anos¹⁴². Outras duas têm mais de trinta anos e são embarcadas com mais de um filho cada uma. A cativa Josefa¹⁴³, crioula solteira de trinta e um anos, é levada juntamente com os seus filhos, Joaquim, escravo de onze anos, e Manoel, ingênuo, matriculado na lista de filhos livres. Finalmente, uma outra escrava, também chamada Josefa¹⁴⁴, de trinta anos, é embarcada com os seus dois filhos escravos, Luis, de doze anos, e Raimundo, de dez anos, além de Candido, ventre livre. Nesta procuração, assim como nas outras duas, fica claro que os filhos nascidos livres devem acompanhar as suas mães, cabendo ao comprador a responsabilidade para com eles:

*Declarando me o autorgante (ilegível) em presença das referidas testemunhas que a referida escrava leva em sua companhia hum (ilegível) de nomme Candido, nassido no dia treis de outubro de mil oito centos e setenta e treis, matriculado em vinte e dois de Dezembro do mesmo anno, na referida collectoria sub o numero seis centos e oitenta e dois da matricula geral e hum da relação, como (ilegível) da respectiva matricula ali firmada na referida época, pello colletor Nunes, a que lida e transpasso pessoa do comprador da mencionada escrava, **todo o direito, onus obrigaçõs que ali dá pela criação dos filhos livres da mulher escrava.**¹⁴⁵*

¹⁴² *Procuração bastante especial que faz Joaquim Ferreira da Cunha. Livro de Notas de Tabelaio de Tacaratu, 1878. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.*

¹⁴³ *Procuração bastante especial que faz Gabriel Gomes de Sá Alecrim. Livro de Notas de Tabelaio de Tacaratu, 1878. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.*

¹⁴⁴ *Procuração bastante especial que faz Tiburtino Mendes de Magalhães. Livro de Notas de Tabelaio de Tacaratu, 1878. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.*

¹⁴⁵ *Ibidem.* Grifos meus.

Percebe-se, assim, que, o fato de nascerem livres, não impedia que as crianças fossem levadas pelo tráfico interno. Inclusive, são os filhos livres que parecem suscitar o interesse dos traficantes por mulheres escravas com mais de trinta anos. De fato, muitas pesquisas defendem a ambigüidade da lei de 1871¹⁴⁶. De um lado, o índice de mortalidade infantil entre os escravos aumentou, pois, além das péssimas condições de vida, cresceu o descaso pelos recém-nascidos. Por outro lado, muitos senhores souberam se beneficiar do trabalho de crianças nascidas depois da Lei do Ventre-livre. Segundo a própria lei:

§1º: Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso o governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de trinta anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de trinta dias, a contar daquele em que o menor chegar à idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.¹⁴⁷

O parágrafo acima deixa claro que, quando um filho ventre-livre completasse oito anos, a lei permitia ao senhor, que tinha prazo de um mês para fazê-lo, escolher o destino da criança. Mesmo com a possibilidade de indenização, prender pelo trabalho os filhos de suas escravas tornou-se claramente a opção mais lucrativa, pois, até que o menor completasse vinte e um anos, seriam treze anos de trabalho aproveitados pelo proprietário. Sem esquecer que nenhuma das crianças da Lei do Ventre Livre teria vinte e um anos em 1888.

Percebe-se, assim, que o tráfico interno foi um negócio lucrativo tanto para os que vendiam no Sertão, para os que traficavam por todo o país, quanto para os que compravam, principalmente nas áreas cafeeiras. De tão lucrativo para todas as partes interessadas, é bem provável que, não fosse a proibição de 1880, continuaria em pleno funcionamento até a promulgação da lei Áurea.

¹⁴⁶ Ver, por exemplo, o trabalho de Arethusa Helena Zero que mostra como as ambigüidades da Lei do Ventre Livre contribuíram para o aproveitamento espoliativo da mão-de-obra escrava infantil na região de Rio Claro, Oeste Paulista. Ver ZERO, Arethusa Helena. *O preço da liberdade: caminhos da infância tutelada – Rio Claro 1871-1888*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Unicamp, 2004.

¹⁴⁷ §1º, do artigo primeiro da Lei número 2040, de 28 de setembro de 1871.

2.4. *Pra que manter um escravo afinal?*

Frente a um contexto favorável à venda e, econômico e socialmente, desfavorável à manutenção da escravidão local, como explicar que nem todos os senhores do Sertão optaram necessariamente por se desfazer de seus escravos? Como foi demonstrado, o tráfico interno parece ter exercido papel importante na região do médio São Francisco, sem, no entanto, extinguir a prática escravista local. Inclusive, os esforços de manutenção do regime no cotidiano se traduzem pela adoção de inúmeras estratégias, que não só trouxeram especificidades ao escravismo do Sertão, como demonstraram um verdadeiro apego à escravidão nesta região.

Sem contar que, no que se refere à oferta de mão-de-obra no Sertão, neste período, o número de agricultores sem terras e disponíveis para o trabalho aumenta muito, conseqüência não só das dificuldades econômicas e do empobrecimento da região, mas também das alforrias de escravos que crescem bastante nas últimas três décadas que precedem à abolição da escravidão. Apesar de todos estes fatores, ficou claro que os senhores de escravos não optam necessariamente por se desfazer deles. Nestas circunstâncias, qual o interesse de manter escravos em uma conjuntura totalmente desfavorável? E, conseqüentemente, quais os significados que a posse de escravos poderia suscitar para o senhor?

Para responder a estas questões, os diversos aspectos que movem as relações escravistas devem ser considerados. O primeiro deles baseia-se na produtividade e por isto torna-se compreensível a partir da identificação do tipo de atividade exercida pelos cativos. O Recenseamento de 1872 apresenta, majoritariamente, profissões como agricultores e serviços domésticos, mesmo se algumas atividades especializadas – como operários em construção ou tecidos – são mencionados¹⁴⁸.

Entretanto, chama a atenção que metade dos cativos recenseados é classificada como “sem profissão”. Esta categoria, incoerente com a própria compreensão do que é ser um escravo, se explica por duas razões essenciais. Em primeiro lugar, boa parte da população escrava do médio São Francisco é formada por crianças, idosos e inválidos que não estão aptos a exercer uma atividade produtiva. Todavia, estes não representavam a metade da população escrava. Em segundo lugar, é provável que escravos que exerçam várias atividades ou que sejam difíceis de classificar acabem sendo identificados como “sem profissão”.

¹⁴⁸ Todos as designações utilizadas para as diferentes profissões foram retiradas da documentação do período. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *op. cit.*

Para se ter uma visão mais concreta das atividades exercidas por homens e mulheres escravos, é importante cruzar as informações do recenseamento com as indicações contidas nos inventários *post mortem*. De fato, a grande maioria dos inventários não especifica claramente a atividade exercida por cativos. Entretanto, alguns doze (12) inventários, realizados após a promulgação da Lei do Ventre Livre, contêm listas de matrícula de escravos com informações mais precisas, como a origem e a atividade exata de cada indivíduo. Nestas listas, são identificados sessenta e cinco (65) escravos com profissões variadas. A grande maioria é identificada como agricultor(a) ou doméstico(a), todavia, há também cativos com profissões especializadas como a de curtidor em couro, a de fiadeira e a de vaqueiro.

Quando a profissão exata do cativo não é mencionada, a descrição dos bens dos senhores, assim como indicações de idade, sexo e preço do cativo, dá uma idéia das atividades praticadas. Em geral, da mesma forma que em outras regiões do país, são os homens jovens que sempre têm valores mais elevados entre os cativos. No Sertão, são eles que exercem as atividades mais pesadas na agricultura, mas, principalmente, na criação de animais e na manutenção da propriedade rural. Além disto, os homens são os primeiros a interessar traficantes de escravos a serem comercializados nas regiões cafeeiras. Inclusive, é nas zonas de monocultura destinadas à exportação que o desequilíbrio entre homens e mulheres é mais acentuado.

Em contrapartida, entre os escravos do Sertão, percebe-se um maior equilíbrio entre os sexos. De fato, as fontes consultadas indicam uma forte proporção de mulheres escravas, como se pode perceber na Tabela 2. Elas são utilizadas tanto nos serviços domésticos quanto na agricultura e na fiação do algodão. De maneira geral, percebe-se que, nos inventários de pequenos proprietários em que são citados de um a três escravos, a presença feminina é mais marcante. Por outro lado, entre os inventários com grande quantidade de gado e de terras declarados, assim como há um número mais elevado de escravos, a proporção masculina é maior. Entretanto, nos dois casos, à medida que a data da abolição se aproxima, a proporção de mulheres aumenta. É provável que, em decorrência do preço elevado, os senhores que passavam por dificuldades econômicas revendessem mais rapidamente seus escravos homens para trabalhar em outras regiões da província ou do país. Enquanto que os senhores em melhores condições podiam até mesmo optar por não vender seus escravos.

Tabela 2
Distribuição de escravos por sexo declarado nos inventários

Década	Quantidade de inventários	Sexo masculino	Sexo feminino
1840	20	39	44
1850	27	55	64
1860	36	74	90
1870	26	45	63
1880	42	39	57
TOTAL	151	252	318

Fonte: Inventários *post-mortem* da região do médio São Francisco. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

Percebe-se que as atividades econômicas exercidas por cativos eram, em sua grande maioria, tarefas também praticadas por pessoas livres. Ou seja, os escravos, tanto os que exerciam atividades especializadas, como a de vaqueiro ou de fiadeira, quanto os que trabalhavam em tarefas mais comuns, como serviços domésticos ou manutenção da propriedade rural, tinham como companheiros diários de trabalhos pessoas livres. Isto ocorre porque, no Sertão, o processo de substituição da mão-de-obra cativa pela livre já estava em pleno desenvolvimento, mesmo antes da promulgação da Lei Áurea.

Deste modo, fica claro que o que movia os senhores sertanejos a manter seus escravos não eram motivações apenas de ordem econômica. De fato, as atividades exercidas pelo escravo, assim como o preço elevado dos cativos e a conjuntura do período, são testemunhas de que o que definia o valor de um escravo para o seu dono girava não apenas em torno da questão monetária, mas também da questão social e até mesmo afetiva.

Um caso paradigmático que parece ilustrar tal afirmação está registrado no inventário de José Soares da Silva¹⁴⁹. Este documento, particularmente rico, contém uma lista de matrícula de escravos que indica bem quais os destinos possíveis para um escravo do Sertão, de acordo com a vontade de seu dono. Por seu patrimônio, José Soares se define como um pequeno agricultor/pescador. Quando morreu, ele não tinha animais, mas sim instrumentos de trabalho, como uma enxada, um machado usado, uma foice, madeira para construir cerca, um

¹⁴⁹ *Inventário de bens de José Soares da Silva*, 1877. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

pequeno barco e fio de pesca. Na ausência de terras, seus únicos bens imobiliários declarados são *uma casa de um vão e uma parte em uma casa de farinha*. Assim, os únicos indícios de riquezas são os quatro escravos de José Soares que, juntos, correspondem a 760\$000 (setecentas e sessenta mil réis), em um patrimônio total avaliado em 818\$020 (oitocentos e dezoito mil e vinte réis).

Quando vivo, José Soares herdou uma parte de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) na escrava Joaquina, solteira, com trinta e nove anos, parda, originária da província de Pernambuco e com profissão de fiar. Esta parte acabou reavaliada, após a sua morte, em 219\$230 (duzentos e dezenove mil e duzentos e trinta réis) e re-dividida em doze sub-partes, referentes aos doze herdeiros do falecido. Entretanto, no momento da morte de José Soares, Joaquina tinha três filhos e, por consequência, os doze descendentes do inventariado tinham direito à partes proporcionais à anteriormente herdada na escrava em questão. A análise do destino de cada uma destas três crianças mostra como, sob a escravidão, são fomentadas relações variadas e contraditórias no Sertão da segunda metade do século XIX.

De fato, o mais velho dos filhos de Joaquina é Antônio, pardo, agricultor de treze anos que é avaliado em 450\$000 (quatrocentos e cinquenta mil réis), dos quais 290\$000 (duzentos e noventa mil réis) são destinados aos descendentes de José Soares. Na partilha, os herdeiros optam por vender este jovem escravo, arrematado por 500\$000 (quinhentos mil réis). O destino de Antônio é desconhecido, todavia sua idade e a data de realização do inventário (auge do tráfico interno partindo de Pernambuco¹⁵⁰) permitem imaginar que ele tenha sido levado à outra região do país.

Em contrapartida, o segundo filho de Joaquina, Sérgio, agricultor de onze anos, acaba, pelo menos inicialmente, tendo o mesmo destino de co-senhorio que a sua mãe. Ou seja, os onze filhos de José Soares acabam recebendo como herança partes proporcionais à parte na escrava Joaquina, herdada pelo inventariado. O motivo que levou os herdeiros a preservá-lo como bem familiar é desconhecido, no entanto algumas hipóteses podem ser levantadas. Por ser mais novo que o seu irmão, talvez o valor da venda não fosse tão vantajoso, mas é possível também que Sergio tenha sido preservado por sua atividade econômica.

Em terceiro lugar, a escrava Lourença, de profissão de fiar como a mãe, tem dez anos e, de acordo com a partilha, tem um destino menos incerto do que o de seus dois irmãos. Assim como Sérgio, o valor da parte em Lourença é dividido entre onze herdeiros. Entretanto,

¹⁵⁰ VERGOLINO, José R. Oliveira; VERSIANI, Flávio Rabelo. *Comércio de escravos em Recife, 1878. op. cit.*

vários entre eles deram o valor recebido na pequena escrava Lourença, em favor da liberdade da mesma, sem que nenhuma contrapartida financeira seja mencionada na documentação.

O inventário de José Soares demonstra bem a complexidade dos interesses que guiam os comportamentos de senhores de escravos no Sertão. Por um lado, eles são de ordem econômica. Este é o caso quando os proprietários optam por vender seus escravos em idade produtiva e com valor elevado. É o caso também quando senhores escolhem comercializar os homens jovens e preservar crianças e mulheres com a intenção de garantir a reprodução do sistema localmente. Ficando, as crianças, em poucos anos teria seu preço elevado. Já as mulheres, além de trabalhar na agricultura, na produção de tecidos e nos serviços domésticos, têm filhos escravos que serviriam aos seus senhores.

Por outro lado, em oposição a estes interesses econômicos, nota-se que outros fatores de ordem relacional interferem nas escolhas de senhores de escravos. A partir de meados do século XIX, os cativos da região estudada são quase todos nascidos no Brasil, inclusive são sertanejos. Eles são oriundos da sociedade em que vivem e por isto constroem laços com as pessoas livres desde o nascimento. Tais laços são permeados de poder, mas também de afeto e de solidariedade entre os indivíduos de diferentes condições jurídicas. Inclusive, as relações afetivas aparecem muitas vezes como a única explicação plausível para a manutenção ou até mesmo a alforria de escravos que poderiam ser facilmente transferidos para outras províncias. Mais uma vez, o inventário de José Soares, mostra como as mulheres e os cativos que exerciam profissões especializadas, tinham maiores possibilidades de construir tais laços e, assim, obter a alforria. Mas além deste caso, algumas cartas de liberdade, como a realizada pelo padre Manoel Simplício do Sacramento a favor de sua escrava Joanna, parda de vinte e oito anos, demonstram bem como não eram apenas as motivações econômicas que guiavam as relações escravistas. O padre, ao alforriar Joana, afirma que:

*concede-lhe a liberdade para que gose de hoje e para todo o sempre como se nascida fôsse de ventre livre a que fais por caridade e sem remuneração alguma, e em atenção aos bons serviços que lhe tem prestado.*¹⁵¹

Finalmente, um terceiro elemento deve ser considerado para compreender a posse de escravos no Sertão do médio São Francisco. Em uma sociedade formada por uma população bastante miscigenada, ter escravos permitia ao indivíduo livre gozar do status de “proprietário branco”. Da mesma maneira, muitas vezes, era a propriedade escrava que diferenciava o

¹⁵¹ Livro de Notas de Tabelião de Tacaratu, 1880. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

indivíduo na crescente parcela de população livre, mas empobrecida. Neste caso, fica evidente que é o papel social que motiva a posse de escravos. Isto explica, inclusive, a grande proporção de escravos domésticos nesta sociedade rural.

Todos os exemplos acima apresentados indicam que, para abarcar a complexidade das relações escravistas, é preciso levar em conta aspectos econômicos, sociais e afetivos. Apenas considerando-os em sua totalidade é possível compreender comportamentos e estratégias que possibilitaram aos senhores de escravo vender e, ao mesmo tempo, manter escravos em suas propriedades. Entretanto, o indivíduo escravo não ficava indiferente a estas e agia, dentro das possibilidades existentes para a situação, em busca de melhores condições de vida.

OS INDIVÍDUOS NA CONDIÇÃO DE ESCRAVOS

*“Negro, me diz o teu nome,
E onde és morador ;
Se es casado ou solteiro,
Se és escravo ou tem senhor ;
Fala com sinceridade,
Que eu quero ser sabedor.”*

*Negro, que andas fazendo
Aqui nesta freguesia?
Cadê o teu passaporte,
A tua carta de guia?
Se andas fugindo eu te amarro
Nêgo comigo é na pia.¹⁵²*

Do ponto de vista demográfico, a população cativa do médio São Francisco declinou ao longo de todo o período estudado. Em 1872, oficialmente, os cativos não representam mais do que 5,25% da população da região¹⁵³. Na freguesia do Senhor Bom Jesus dos Aflitos de Fazenda Grande (Floresta), seiscentos e vinte e nove (629) escravos são contabilizados em uma população total de quinze mil cento e cinqüenta e três (15.153) pessoas (14.524 livres). São trezentos e vinte e seis (326) homens e trezentos e três (303) mulheres. Já na Paróquia de Nossa Senhora da Saúde de Tacaratu são contabilizados quatrocentos e cinqüenta e cinco (455) escravos, duzentos e dezoito (218) homens e duzentos e trinta e nove (239) mulheres, em um total de cinco mil quatrocentos e noventa (5.490) habitantes recenseados. Considerando o conjunto destas informações, as duas freguesias juntas somam mil e oitenta e

¹⁵² Citado por SANTOS. *op. cit.*, p. 63. Versos utilizados nesta página são atribuídos ao cantador Romano do Teixeira.

¹⁵³ Índice obtido a partir da análise do Recenseamento de 1872, referente às vilas de Floresta e Tacaratu. IBGE, *op. cit.*

quatro (1.084) escravos (544 homens e 540 mulheres) numa população total de vinte mil e seiscentos e quarenta e três (20.643) pessoas.

Apesar de todos os esforços de manutenção da escravidão no cotidiano, o processo de declínio do sistema era inevitável e se evidencia através de uma abordagem demográfica. Apesar das estratégias adotadas pelos senhores no intuito de preservar seus cativos, aos poucos, as leis que restringiam a escravidão, o tráfico interno, o empobrecimento local, assim como o aumento de mão-de-obra livre pobre disponível, foram minando qualquer possibilidade de incremento da escravidão local.

Entretanto, apesar do declínio, é importante destacar que, mesmo em períodos de prosperidade, os senhores do Sertão sempre tiveram plantéis com médias de escravos inferiores aos da Zona da Mata. Inclusive, do ponto de vista produtivo, uma grande fazenda pecuarista não necessitava de mais de quinze ou vinte trabalhadores¹⁵⁴. Assim, mesmo baixa, a proporção de escravos em 1872 deve ser relativizada, não só pelo contexto desfavorável do período, mas também pelo próprio perfil da posse de escravos na região.

Independentemente de qualquer índice, o que interessa neste capítulo são os indivíduos na condição de escravos. Como se pode perceber em todas as fontes consultadas e apesar das condições adversas, uma parcela da população do Sertão continuou cativa até o fim. Nesse capítulo, é esta população que se torna o foco principal de estudo. Para tanto, é preciso compreender que se trata de uma sociedade imersa na escravidão há vários séculos, por isto, mesmo com a substituição gradual da mão-de-obra cativa pela livre, o legado escravista continua ditando comportamentos e práticas sociais.

Como foi demonstrado na primeira parte deste trabalho, a população escrava do Sertão em questão não se definia como uma comunidade isolada. Mas, ao contrário, estes cativos se integravam à dinâmica vigente e criavam laços com os outros moradores da região. Entretanto, os escravos vão estar sempre do lado mais frágil, numa sociedade inteiramente mergulhada na precariedade. Quando as dificuldades atingem o conjunto de uma comunidade, elas se tornam mais evidentes entre os mais vulneráveis, ou seja, entre aqueles em posições mais frágeis dentro da rede social em que estão inseridos.

Entretanto, os escravos não representam apenas o lado mais vulnerável nas relações com os outros habitantes. Na prática cotidiana, cada indivíduo, constrói sua vida em busca de uma existência menos penosa e utiliza as estratégias que considera válidas. Assim, os caminhos percorridos pelos escravos são variados. Além da fuga e da revolta, muitos buscam

¹⁵⁴ GORENDER, Jacob. *op. cit.*, p. 412.

melhores condições de vida através da negociação¹⁵⁵ ou da obediência. A opção de cada um é uma consequência de sua própria trajetória, mas também das relações construídas com as outras pessoas no convívio diário, sejam elas seu senhor ou outros indivíduos livres e escravos, ricos ou pobres.

Todavia, para entender a escolha de cada escravo, é preciso compreender quem são estes homens e mulheres. Por isto, neste capítulo, o centro das atenções é o escravo em si. Nestas condições, a identificação da constituição física e do perfil de cada cativo, tais como a idade, o sexo, a atividade, a origem e a cor da pele, torna-se o ponto de partida que permitem considerar um tipo mais comum de escravo neste Sertão. A partir desta identificação, é possível compreender melhor de que forma os escravos existiam e agiam na sociedade de que faziam parte, nas suas relações com os indivíduos de diversas camadas de população livre, liberta e cativa. Desta maneira, muitas questões a respeito do próprio funcionamento do sistema escravista na região podem ser respondidas.

3.1. A cor da escravidão

Como foi visto no segundo capítulo, grande parte dos escravos que viviam no Sertão do médio São Francisco nascia na região. Por isto, raras são as referências a africanos, mesmo na documentação anterior a 1850, e, na maioria das vezes, trata-se de cativos de idade avançada. Todavia, até a década de 1860, é possível encontrar nos inventários referências a escravos classificados como *Angola* ou *Nação Angola*. São africanos como Simão¹⁵⁶, de sessenta anos, Eusébio¹⁵⁷, de setenta, e Maria¹⁵⁸ de cinquenta e seis.

Da mesma maneira, nos livros de casamentos aparecem dois escravos identificados como *Angola*¹⁵⁹. Trata-se da cativa Febrôncia Angola, pertencente a José Marques de Sá, que se casou com Elias Criolo no dia 21 de agosto de 1845. O outro africano é Benedicto Angola, de vinte anos, que no dia 25 de junho de 1851 casou-se na Igreja Matriz de Tacaratu com a

¹⁵⁵ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *op. cit.*

¹⁵⁶ *Inventário de bens de Manoel Lopes Diniz, 1859*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁵⁷ *Inventário de bens Maria dos Anjos da Purificação, 1867*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁵⁸ *Inventário de bens de Seraphim de Souza Ferraz, 1868*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁵⁹ Ambos registrados no *Livro de Casamento da paróquia de Tacaratu* – abertura em 19/05/1845. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

parda Apolinária, também de vinte anos, ambos escravos de Felix Alvarez Brandão. Entretanto, casos como esses são raros, não só pela maior dificuldade dos africanos de negociar com seus senhores e de obter o direito ao casamento formal¹⁶⁰, mas também pela baixa quantidade de cativos vindos da África habitando a região entre meados e o fim do século XIX. De fato, os escravos nascidos fora do Brasil já são minoria no médio São Francisco em 1840 e estes vão desaparecendo da documentação ao longo do período estudado, de forma que, em 1872, não há mais do que trinta e seis (36) africanos em toda a região estudada¹⁶¹.

Apesar de classificados como *Angola*, os indivíduos embarcados nesta região da África poderiam ter origens geográficas distintas. Como afirma Luis Felipe de Alencastro:

Angola, no sentido estrito inclui apenas o reino do Donga, ou seja, a região ao Norte do rio Cuanza povoada pelos nativos que falavam o quimbundo. No sentido extenso, (...) Angola engloba também as regiões de Quiçama e Libolo (ao sul do Cuanza) e os reinos de Matamba e Caçanje (a oeste de Luanda), assim como os reinos da embocadura do rio Zaire (Soyo e Loango) e os escravos de lá deportados via Luanda.¹⁶²

O mesmo autor¹⁶³ demonstra como foram intensas as trocas entre Brasil e Angola, sendo o Recife um dos principais portos utilizados neste comércio. Por isto, não é de se estranhar que a maioria dos africanos, habitantes do médio São Francisco, venha desta região da África. Inclusive, a memória popular do Sertão preservou as esperanças destes povos através de versos:

Eu vou me embora para Loanda!
Eu vou me embora e não vorto pra cá...
Apronta o barco, ó barqueiro
No verde má de navegá...¹⁶⁴

¹⁶⁰ Muitas pesquisas já demonstraram como os escravos crioulos tinham maiores possibilidades de negociação com os seus senhores dos que os africanos. Como afirma João José Réis e Eduardo Silva é importante perceber “as possibilidades diferenciadas de negociação: maiores para os “ladinos”, conhecedores da língua e das manhas para “passar a vida”; menores para os africanos recém-chegados, que ainda desconheciam a língua e as regras, os chamados “boçais”.” REIS, João José e SILVA, Eduardo. *op. cit.* p. 20.

¹⁶¹ De acordo com o recenseamento de 1872 para as freguezias de Floresta e Tacaratu. IBGE, *op. cit.*

¹⁶² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. Séculos XVI e VII. São Paulo: Companhia da Letras, 2000. p. 379.

¹⁶³ *Idem. Ibidem.*

¹⁶⁴ Citado por WILSON, Luis. *op. cit.*, p. 83.

Todavia, além de Angola, foram identificados também quatro (4) escravos *fulas* em dois dos inventários analisados. O primeiro deles é o de Antônio Martins de Sá¹⁶⁵, em que são declarados nove (9) escravos. Neste documento, além de crioulos e cabras, constam três (3) cativos *fulas*, são eles *Galdino com idade de dezoito anos; Maria, doente de achaques, com idade de seis anos e João com idade de dois anos*. No segundo inventário em questão, apenas uma cativa entre os seis (6) escravos citados é *fula*, trata-se de *Maria com idade de quatorze anos, avaliada em 600\$000 réis*.¹⁶⁶

O dicionário Aurélio classifica os *fulas* como um “povo majoritariamente muçulmano que se estende, na savana sudanesa, desde o Senegal até ao norte dos Camarões”.¹⁶⁷ Segundo Alberto da Costa e Silva, são “poucos *fulas* e os muitos hauçás e iorubas recém-convertidos ao Islame, que as guerras fizeram prisioneiros e embarcaram como escravos para o Brasil.”¹⁶⁸ Contudo, todos os escravos *fulas* que aparecem na documentação são jovens e citados em dois inventários de 1868, ou seja, dezoito anos depois do fim do tráfico atlântico. Com idades que variam de dois a dezoito anos, estes cativos podem ter sido adquiridos no mercado ilegal, porém o mais provável é que sejam nascidos no Brasil, mesmo que descendentes do povo *fula* da África.

Confirmando tal afirmação há, no livro de batismo do termo de Tacaratu, um batizado de criança *fula*, realizado em 26 de janeiro de 1882. Esta criança, nascida após a Lei do Ventre Livre, em seis de outubro de 1881, chama-se *Antônia, fula, filha natural de Isidia, escrava pertencente aos órfãos de Pedro da Silva e Araújo, é batizada no Espírito Santo e tem como padrinhos os escravos Joaquim e Genoveva, pertencentes a Pedro da Silva*.¹⁶⁹ Do mesmo modo, outra criança *fula* é mencionada na documentação cartorial. Trata-se de *Raimundo, preto fula, de nove anos, filho da escrava Angélica*, enviado em 1878 pelo seu

¹⁶⁵ *Inventário de bens de Antônio Martins de Sá, 1868*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁶⁶ *Inventário de bens de Quitéria Maria de Jesus, 1868*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁶⁷ FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Aurélio. op. cit.* p. 817.

¹⁶⁸ COSTA E SILVA, Alberto da. *O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX*. Estud. av. vol. 8, nº 21. São Paulo: Maio/Agosto 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n21/03.pdf>>. Acesso em: setembro de 2007. Sobre os *fulas* no Brasil, ver COSTA E SILVA, Alberto da. “Sobre a rebelião de 1835, na Bahia”, in *Um rio chamado atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Ed. UFRJ, 2003, p. 189-214. e REIS, João José, *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁶⁹ *Livro de Batismo de escravos da paróquia de Tacaratu* (Padre Joaquim Belarmino de Miranda) - aberto em 06/02/1872. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

dono Manoel de Magalhães, morador na fazenda Barra da Carnauba em Villa Bella, para ser vendido em outra região do país.¹⁷⁰

Mas, além de descendentes de fulas africanos, é possível também que, no Sertão do médio São Francisco, *fula* seja usado no sentido proposto pelo dicionário Houaiss: “que é mestiço de negro com mulata ou de mulato com negra; pardo”¹⁷¹. Tal denominação aqui pode ocorrer porque os fulas singularizavam-se pela pele mais amarelada, opaca, tendendo para o pálido. Mais tarde, por extensão, passou-se a aplica-la à ausência de cor nas faces das pessoas, negras ou brancas, como se pode perceber em expressões como “fulo de raiva”.

Além destes dezesseis (16) escravos mencionados acima (dez classificados como Angolas e seis como Fulas), nos demais inventários e livros de batismo, e ainda em todas as cartas de alforria, registros de compra e venda de cativos e livros de casamento consultados, não foi encontrado mais nenhum escravo com referências mais diretas à África. Desta maneira, pode-se dizer que todos os outros escravos identificados na documentação consultada são brasileiros.

Em primeiro lugar, o recenseamento de 1872¹⁷² distingue os cativos nascidos no Brasil apenas enquanto *pretos* (60,23% dos recenseados) e *pardos* (39,76% dos recenseados). Entretanto, as fontes cartoriais e eclesiásticas são muito mais ricas em detalhes e nuances que mostram a dimensão não só da complexidade das relações de mestiçagem do Sertão do médio São Francisco, mas também como ela era percebida pelos contemporâneos.

Nos inventários, os escravos nascidos no Brasil são identificados enquanto *crioulo*, *cabra*, *mulato*, *preto*, *pardo* e *caboclo*. Entretanto, algumas destas denominações aparecem raramente, enquanto que outras são bastante recorrentes. Assim, os termos utilizados para mais de 90% dos escravos identificados nos inventários se resumem a quatro, *cabra*, *crioulo*, *preto* e *pardo*, como se pode perceber na Tabela 3.

¹⁷⁰ *Livro de Notas de Tabela de Tacaratu, 1878*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁷¹ HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 1399.

¹⁷² De acordo com o recenseamento de 1872 para as freguezias de Floresta e Tacaratu. IBGE, *op. cit.*

Tabela 3
Distribuição dos escravos de acordo com a cor/etnia declarada nos inventários

Etnia	Homens	Mulheres	Crianças	Total
Crioulo	67	68	47	182
Preto	38	44	10	92
Cabra	25	30	36	91
Pardo	16	33	25	74
Angola	6	2	--	8
Caboclo	1	1	--	2
Mulato	4	14	5	23
Fula	1	1	2	4
Não refere	38	60	31	129
TOTAIS	196	253	156	605

Fonte: Inventários *post-mortem* da região do médio São Francisco. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

Do mesmo modo, os livros de batismo utilizam denominações bastante variadas para os cativos, tais como *cabra, crioulo, fula, moreno, mulato, pardo, negro e preto*. Assim como nos inventários, algumas denominações são mais recorrentes, neste caso são *crioulo, pardo e preto* que predominam nos registros das crianças escravas batizadas, como se pode perceber na Tabela 4.

Tabela 4
Cor/etnia declarada nos batizados de filhos de escravos

Etnia	Número de escravos
Preto	170
Pardo	304
Crioulo	62
Cabra	9
Mulato	6
Negro	1
Moreno	1
Fula	1
Não Refere	184

Fonte: Livros de Batismo da região do médio São Francisco. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

Comparando-se as duas tabelas, é facilmente perceptível que a grande diferença entre as classificações presentes nos inventários e nos livros de batismo é a raridade do uso do termo *cabra* neste último. São apenas nove (9) de um total de setecentos e quarenta (740) escravos batizados entre 1840 e 1888, em todos os livros consultados. Enquanto que, no mesmo período, os *cabras* citados nos inventários somam mais de 15% do total de escravos. Como explicar esta mudança na identificação da população cativa de um registro para o outro?

Uma das pistas para a compreensão desta disparidade pode estar na análise dos batizados das crianças não apenas escravas, mas também de todas aquelas *livres não-brancas*. Nestas condições, é perceptível que, no Sertão, não era raro o batizado de crianças identificadas como *índios* ou *índios do brejo*. O que distingue os *índios* dos escravos neste tipo de registro é a ausência de senhor para os primeiros, condição a priori das pessoas livres. Há, entretanto, uma única exceção. Trata-se de *Francisco, de idade de seis meses, filho natural de Gertrudes Maria, Índios do Brejo* (grifos meus) *pertencentes à Narciso Leite, batizado no dia oito de outubro de 1848, tendo como padrinhos Fran^{co}. Vier^a. de Ar^o e Maria da Conceição.*¹⁷³

O caso de Francisco e de sua mãe, mesmo tratando-se de uma exceção, pode ser bastante esclarecedor, principalmente se considerando a pouca referência à população indígena nas demais fontes consultadas. Nos inventários, são pessoas que dificilmente aparecem, já que tal documento cartorial era um registro destinado apenas aos mais afortunados, geralmente descendentes de colonos europeus. Do mesmo modo, a proibição da escravização de populações indígenas impossibilitava o registro explícito (mas não necessariamente a escravidão) de indígenas entre os escravos declarados nos bens dos inventariados. Mas, além disto, a escassez de referência a indígenas se repete em outras fontes consultadas, como o recenseamento de 1872 que registra apenas 5,12% da população total como *cabocla*. E, claro, neste registro nacional, os *caboclos* estão sempre presentes na condição de livres.

Entretanto, entre os bens declarados em dois inventários da década de 1860 contam dois escravos *caboclos*¹⁷⁴. Entre os bens deixados por Martiniano Ramos Nogueira¹⁷⁵, há

¹⁷³ *Livro de Batismo da paróquia de Tacaratu* (Pároco Antônio de Santa Clara) - aberta em 08/10/1845. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁷⁴ Segundo Cascudo, o *caboclo* é o “*indígena, o nativo, o natural; mestiço de branco com índia; mulato acobreado, com cabelo corrido.*” CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do folclore Brasileiro. op. cit.*, p. 192.

partes em quatro (4) escravos, uma mulher e duas crianças cabras, além de *Antônia, 19 anos, cabocla, parte avaliada em 850\$000 réis*. Do mesmo modo, em 1863, quatorze (14) escravos são declarados no inventário de Antônia Gomes de Jesus¹⁷⁶, sendo sete (7) na povoação de Fazenda Grande e sete (7) na Fazenda São Miguel, em Villa Bella. Entre os escravos de Villa Bella, consta *Cipriano, de 34 anos, caboclo, avaliado em 400\$000 réis*.

De qualquer modo, os termos mais recorrentes para a classificação de escravos no médio São Francisco são *crioulo* e *cabra*, mesmo considerando-se uma transformação nos termos utilizados a partir do início dos anos 1870. De fato, parece haver uma padronização dos termos empregados a partir de 1872, quando as referências a *preto* e *pardos* aumentam consideravelmente. É possível que tal mudança seja resultado da nova legislação que exigia a matrícula de todos os escravos, com informações mais detalhadas sobre o cativo, inclusive a respeito da nacionalidade e da etnia deste. A posse de escravos foi regulamentada pela Lei n° 2040 (Lei do Ventre Livre), de setembro de 1871, que exigia dos donos que contassem em suas relações de bens o nome, o estado civil, a naturalidade, a filiação, a aptidão para o trabalho e a profissão de cada um dos seus escravos.

Outras pesquisas têm demonstrado como a menção de cor de populações livres e escravas transforma-se ou simplesmente desaparece dos diferentes registros ao longo do século XIX. Hebe Maria Mattos¹⁷⁷, ao analisar o Sudeste escravista, percebeu que, a partir da segunda metade do século XIX, a pulverização e a acessibilidade da propriedade cativa começam a diminuir não só pelo aumento demográfico de livres pobres e libertos, mas também pela menor facilidade de acesso ao escravo após a extinção do tráfico atlântico. No novo contexto, alteraram-se profundamente as condições sociais que permitiam o exercício de um padrão cultural que associava *negro* e *preto* a condição escrava e *brancos* ou *pardos* a de homens livres. Para a autora, tais mudanças provocaram o desaparecimento de qualitativos como *brancos* e *pardos livres* da documentação. Tal ausência de cor é associada a um processo cultural de branqueamento, visto que “a noção de ‘cor’, herdada do período colonial, não designava preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis deferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas.”¹⁷⁸ Tal noção não servia mais no novo contexto em que o mundo

¹⁷⁵ *Inventário dos bens de Martiniano Ramos Nogueira, 1866*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁷⁶ *Inventário dos bens de Antônia Gomes de Jesus, 1863*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁷⁷ Mattos, Hebe Maria. *Das cores do Silêncio. Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista*. op. cit.

¹⁷⁸ *Idem. Ibidem.*, p. 98.

dos livres deixava de ser um privilégio dos brancos, mesmo que o qualificativo *negro* continue sinônimo de escravo.

No Sertão, uma mudança nos padrões de cor também é perceptível. Todavia, o que parece marcar a região, no novo contexto da segunda metade do século XIX, não é o sumiço da cor, mas a adoção de uma nova padronização. Assim, o que parece acontecer a partir dos anos 1870 é uma formalização dos termos empregados. Inclusive, comparando-se inventários de pessoas de uma mesma família, realizados em períodos distintos, mas enumerando os mesmos cativos, tal padronização fica ainda mais evidente.

Percebe-se, assim, que as designações de *crioulo* e de *angola* são substituídas por um único termo: *preto*. Do mesmo modo, os *cabras* passam a ser classificados como *pardos*. Apesar desta simplificação adotada no final do período escravista, uma análise dos termos empregados antes de 1870 permite uma maior compreensão sobre a formação étnica da sociedade estudada.

No que diz respeito ao termo *crioulo*, ele é utilizado com muita frequência em todo o país como sinônimo de escravo nascido no Brasil. Por outro lado, *cabra* é um termo que caiu em desuso na maior parte das regiões do país, a partir do século XVIII. Inclusive, parte da historiografia considera o *cabra* como um termo específico do Sertão e um sinônimo de escravo nascido na região e, assim, diferenciar-se-ia do *crioulo*, também nascido no Brasil, mas que viria de outras regiões do país¹⁷⁹.

Entretanto, a pesquisa aqui realizada indica que a utilização destes dois termos, *crioulo* e *cabra*, é mais complexa do que a simples distinção entre nascido no Brasil e nascido no Sertão. Os livros de batismo, assim como os inventários *post mortem*, indicam que tanto a designação de *crioulo* quanto a de *cabra* eram utilizadas para nomear escravos nascidos na região, sendo a composição étnica o principal fator de distinção entre estes cativos e não o local de nascimento. Inclusive, a definição de *crioulo* encontrada em um dicionário publicado no século XIX só confirma que não se trata de escravos nascidos em outras regiões do país, pois defini o crioulo como “escravo ou animal nascido em casa do senhor”¹⁸⁰.

No médio São Francisco, a documentação indica que o crioulo é o escravo negro, descendente de africano e nascido no Brasil, podendo ou não ser sertanejo. Porém, a maior parte destes parece mesmo ter nascido no Sertão. O índice considerável de crianças classificadas como crioulas nos livros de batismo e nos inventários é um indício. Sabe-se que,

¹⁷⁹ SAMPAIO SILVA. op. cit., p. 79.

¹⁸⁰ CONSTANCIO, Francisco Solano. *Novo Dicionario crítico e etymologico da Língua Portuguesa*. op. cit. p. 331.

difícilmente, os proprietários iam comprar crianças escravas em outras regiões do país, principalmente aqueles de regiões em dificuldade. No Sertão, tais dificuldades traduziam-se não só no transporte e na alimentação dessas crianças, mas também na alta mortalidade infantil. Era muito comum a morte de crianças como *Erculano, filho da escrava Gonçala, que faleceu de constipação com um mês de idade* ou como a de *Cândido, de dois dias, filho da escrava Clemência, morto do mal de sete dias*¹⁸¹.

Um segundo indício da presença de crioulos sertanejos é observado nos inventários em que consta a filiação dos cativos. Este é o caso do inventário de Manoel do Nascimento Araújo¹⁸² que enumera, entre os bens deixados pelo falecido, dois escravos adultos *Bernardo de vinte e cinco anos, nação angola e Benedicta, Angola de vinte e dois anos*. Estes dois escravos são pais de dois pequenos escravos crioulos, Vicente, de cinco anos, e Regina, de três anos, também pertencentes a Manoel do Nascimento Araújo.

Entretanto, se a utilização do termo crioulo na documentação deixa evidente que se trata de um escravo negro nascido no Brasil, o mesmo não se pode afirmar do cabra. Claramente, o cabra é um indivíduo mestiço, entretanto, em um primeiro momento, não fica evidente de que tipo de mestiçagem se trata quando se fala em cabra no Sertão. Inclusive, as várias definições do termo só aumentam as possibilidades.

Em primeiro lugar, no dicionário publicado em 1845, cabra é definido como o “filho ou filha de pai mulato, e de mãe preta, ou de pai preto e mãe mulata”¹⁸³. Do mesmo modo, o dicionário Aurélio¹⁸⁴ define o cabra como um mestiço de mulato com negro. Entretanto, segundo Câmara Cascudo, o cabra pode ser tanto um quarteirão de mulato com negro quanto um mulato escuro¹⁸⁵. Já o dicionário Houaiss classifica o cabra como um “mestiço indefinido, de negro, índio ou branco, de pele morena clara”¹⁸⁶. Por outro lado, Clovis Moura reconhece que não há concordância de opiniões acerca deste tipo de mestiço, mas trata-se sempre de pessoas nas quais a dosagem dos “sangues inferiores” é maior, e acrescenta que “o termo “cabra” surgiu, em última instância, de uma tática de divisionismo étnico dos dominadores para fragmentar a população negra conforme as diferenças cromáticas e sociais”¹⁸⁷.

¹⁸¹ *Livro de Óbitos da paróquia de Santa Maria da Boa Vista* (Pároco Antônio Manuel Castilho Brandão) - abertura em 30/06/1876. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁸² *Inventário de bens de Manoel do Nascimento Araújo, 1845*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁸³ CONSTANCIO, Francisco Solano. *Novo Dicionário crítico e etymologico da Língua Portuguesa*. op. cit. p. 199.

¹⁸⁴ FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Aurélio. op. cit. p. 303.

¹⁸⁵ CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do folclore Brasileiro*. op. cit., p. 194 e 195.

¹⁸⁶ HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. op. cit. p. 546.

¹⁸⁷ MOURA, Clovis, *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 75

As várias possibilidades de definição do termo mostram como em cada região o significado da palavra poderia tomar contornos diferenciados, adaptando-se à composição étnica local. Em quase todo o Brasil, a designação de cabra acabou caindo em desuso, todavia, no Sertão, ocorreu o contrário, a utilização ampliou-se e fixou-se mesmo após a abolição da escravidão.

Atualmente, o termo *cabra* é, muitas vezes, utilizado no Nordeste como sinônimo de pessoa do sexo masculino. Entretanto, na maioria dos casos, tal designação decorre de uma conotação pejorativa, que remete a um indivíduo forte, valente, petulante e brigão. Ainda na primeira metade do século XX, os cangaceiros eram conhecidos como “os cabras”. Do mesmo modo, *cabra* também é utilizado como um sinônimo de trabalhador braçal, “morador de favor” da terra dos outros. Inclusive, inúmeros são os ditos populares que evidenciam uma conotação negativa na utilização da palavra: *não há doce ruim, nem cabra bom. Cabra bom nasceu morto. Cabra quando não furta é porque se esqueceu. Entre cabra e cobra a diferença é um risco*¹⁸⁸.

Ou seja, mesmo sofrendo modificações ao longo do século XX, o cabra é claramente associado aos indivíduos pobres, em oposição às “pessoas decentes, de família” que identificam a elite sertaneja. Após a abolição da escravidão, o termo deixou de ser designação de escravo, mas continuou a ser utilizado, de forma pejorativa, para os seus descendentes. Fica evidente que, mesmo livre do estigma do cativo, *cabra* fazia parte dos termos utilizados para identificar a parcela da população excluída da cidadania na República recém-instaurada.

Entretanto, a compreensão da composição étnica do escravo cabra no médio São Francisco, na segunda metade do século XIX, exige uma análise mais detalhada das fontes utilizadas. De fato, alguns indícios apontam uma influência de populações indígenas entre os cativos identificados como cabras. Algumas vezes, tais indícios são evidentes, como no caso do escravo *Joaquim Caboclo Vermelho*¹⁸⁹, de 45 anos. Mesmo tendo uma origem indígena declarada no seu nome, este escravo é classificado no inventário de Antônia Esmeraldina de Souza como *cabra*.

Do mesmo modo, percebe-se que um mesmo escravo poderia ter designações diferentes, nos diferentes documentos. A partir da técnica da ligação nominativa, é possível acompanhar em distintas fontes não apenas as experiências de vida de indivíduos de uma

¹⁸⁸ Citado por CASCUDO. op. cit., p. 194.

¹⁸⁹ *Inventário de bens de Antônia Esmeraldina de Souza, 1872*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

mesma família, mas também a variação dos termos empregados de acordo com os interesses que motivavam a realização de cada documento. Neste sentido, a família do casal Manoel e Gertrudes é paradigmática desta situação e, por isto, merece maior atenção.

A primeira referência a esta família aparece no inventário de Seraphim de Souza Ferraz¹⁹⁰, em 1868. Neste documento, aparece entre os bens declarados a escrava *Gertrudes*, 24 anos, cabra, avaliada por 500\$000 réis e o *escravinho Felipe*, sete meses, cabra, avaliado por 100\$000 réis. Ambos os cativos são destinados à meeira, a inventariante Margarida de Souza e Silva.

Dez anos depois, em 1878, é realizado o inventário da viúva de Seraphim¹⁹¹. Por se tratar de um documento realizado no período de obrigatoriedade da matrícula de escravos, as informações nele contidas são muito mais detalhadas no que diz respeito aos cativos. Neste documento, descobre-se que a mesma Gertrudes, agora com trinta e um anos, é casada com pessoa livre, filha dos escravos do mesmo senhorio, Roberto e Felicidade, tem como ocupação serviços domésticos e foi matriculada com o número 231 da matrícula geral de escravos e oito da relação. Neste segundo documento, Gertrudes é avaliada por 300\$000 (trezentos mil réis) e é classificada como *parda* e não mais como *cabra*.

Do mesmo modo, descobre-se que *Felippe*, agora com doze anos, é filho de Manoel e Gertrudes, não exerce nenhuma atividade e foi matriculado com o número 232 da matrícula geral de escravos e 9 da relação. Como sua mãe, Felipe é classificado como *parda*, mas é avaliado por 400\$000 (quatrocentos mil réis).

Entretanto, esse mesmo documento indica a presença de outros filhos do casal, *Luis*, filho de Manoel e Gertrudes, sete anos, *parda*, matriculado com o número 234 da matrícula geral de escravos e 11 da relação, não exerce nenhuma atividade, e é avaliado por 150\$000 réis. O casal também tem uma outra filha chamada Manoela, que é citada no inventário, mas não consta na lista de bens por ser de um outro senhorio.

Entretanto, o cruzamento das informações contidas nos dois inventários com a dos livros de batismo permite obter mais informações sobre a família de Manoel e Gertrudes. Nestes documentos, descobre-se que, entre 1867 e 1871, foram batizados pelo menos três filhos do casal:

¹⁹⁰ *Inventário de bens de Seraphim de Souza Ferraz, 1868*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁹¹ *Inventário de bens de Margarida de Souza e Silva, 1878*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

- No dia oito de julho de 1867 é batizado na Fazenda Navio, Filippe, nascido no dia oito de junho do mesmo ano, filho legítimo de Manoel **Índio*** e Gertrudes, escrava do Coronel Serafim de Souza Ferraz, tendo como padrinhos José Alexandre Gomes de Sá e Silva e D. Margarida Esmeralda de Souza¹⁹².
- No dia 27 de dezembro de 1868 é batizada na Matriz de Floresta, Tereza, nascida no dia 27 de novembro do mesmo ano, filha legítima de Manoel **Índio*** e Gertrudes, escrava de Margarida Souza e Silva, tendo como padrinhos Roberto e Felicidade, ambos escravo.¹⁹³
- No dia 13 de outubro de 1868 é batizado em Fazenda Grande, Luiz, **índio***, nascido no dia 25 de junho do mesmo ano, filho legítimo de Manoel **Caboclo*** e Gertrudes, escrava de Margarida Souza Ferraz, tendo como padrinhos José Geraldo e Angêlica Maria de Sá.¹⁹⁴

Os vários aspectos do cotidiano escravo na região do médio São Francisco que podem ser percebidos a partir do estudo da família em questão serão analisados ao longo deste trabalho. No que diz respeito à questão tratada neste capítulo, ou seja, a cor/etnia dos cativos, percebe-se como variavam as designações utilizadas para os diferentes membros da família nos diferentes documentos. De fato, percebe-se que os vários indivíduos da família em questão, tanto livres quanto escravos, são nomeados como *cabra*, *pardo*, *caboclo* ou *índio*, dependendo do período e da natureza do registro.

A proibição da escravidão indígena parece impossibilitar a utilização de termos como *índio* ou *caboclo* para designar cativos em documentos oficiais, como o inventário *post mortem*. Por outro lado, em documentos nos quais a condição jurídica não é questão central, como nos registros de batismo, termos como *índio* são mais facilmente utilizados. Ou seja, tanto *cabra* quanto *pardo* parecem ser empregados para disfarçar uma escravidão indígena ilegal, mas comumente praticada no médio São Francisco.

Atualmente, a historiografia reconhece que a escravidão indígena, mesmo proibida, sempre existiu no Brasil. Os índios aparecem, com maior ou menor intensidade, como escravos ou mão-de-obra reserva utilizada em épocas de crise. O estatuto jurídico do índio

* Grifos meus.

¹⁹² *Livro de Batismo da Freguesia de Floresta* - abertura em 31/08/1866. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁹³ *Livro de Batismo da Freguesia de Floresta* (Vigário Felipe Benencio Moura) – abertura m 31/08/1868. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

¹⁹⁴ *Livro de Batismo da Freguesia de Floresta* (Vigário Florentino Barbosa de Souza Ferraz) – abertura em 08/10/1874. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

variou e a legislação contraditória, desde o período colonial, abria brechas para a escravidão. Muriel Nazzari¹⁹⁵, ao estudar a região de São Paulo colonial no século XVI, percebeu que os índios proporcionavam rendimentos e acumulação de capital em regiões com meios insuficientes para à importação de africanos. Inclusive, a autora demonstrou que os índios, muitas vezes, eram vendidos na ilegalidade, através da utilização de estratégias como a de não informar o preço destes cativos na documentação oficial.

Como foi demonstrado no capítulo dois, os senhores do médio São Francisco utilizaram estratégias para a manutenção da escravidão localmente, em um período onde o comércio de escravos negros tornou-se caro demais para os padrões do Sertão da segunda metade do século XIX. Se o período de expansão da economia sertaneja no século XVIII permitiu uma exportação maior de escravos africanos na região, à partir de meados do século XIX, à crise econômica, aliada a crise do sistema escravista, não só impossibilitou a importação de novos escravos como impulsionou a transferência dos cativos da região para outras partes do Império.

Assim, uma das estratégias utilizadas pelos senhores de escravo parece ser a utilização de termos vagos ou que adquiriam contornos regionais e, assim, camuflavam a presença de indígenas entre os escravos. Do mesmo modo, na prática cotidiana, as duas populações, negra e indígena, aparecem misturadas, com o objetivo de confundir ainda mais esta escravidão.

Negros e índios conviviam não só no trabalho, mas também acabavam construindo laços familiares. Inclusive, identificam-se casamentos, como o realizado no dia 18 de janeiro de 1848, em Tacaratu, que unia *Anna Josefa, Índia do Brejo e Apolinário, ingênuo, escravo de Ana Monteiro*¹⁹⁶.

Mas não era apenas o cativo e os laços familiares que uniam índios e negros. Muitas tribos, geralmente localizadas em zonas de difícil acesso, com as serras, abrigavam populações indígenas e negros escravizados em fuga. São espaços que funcionaram, ao mesmo tempo, como aldeias indígenas e verdadeiros quilombos, desde o período colonial. Inclusive, tal argumento é utilizado por colonos do Sertão do médio São Francisco para justificar a caça a indígenas. Neste intuito é que, em 1801, o Capitão Simplício Pereira escreve às autoridades portuguesas que a expedição punitiva às tribos Pipipam e Xocós se

¹⁹⁵ NAZZARI, Muriel. *Da escravidão à liberdade: a transição de índio administrado para vassalo independente em São Paulo colonial*. In SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

¹⁹⁶ *Livro de Casamento da paróquia de Tacaratu* – abertura em 19/05/1845. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

explica por estes indígenas estarem *juntando-se à escravos fugitivos e outras qualidades de índios não menos criminosos e outras qualidades de homens*.¹⁹⁷

Esta mistura de índios e negros, iniciada ainda no período colonial, parece mais do que evidente no fim do século XIX. Inclusive, esta é a conclusão a que chega a comissão encarregada de examinar, em 1870, a situação das populações indígenas em Pernambuco, ao afirmar que a *maioria daqueles que, nesta Província recebem o nome de índios, já são uma raça degenerada, negros, pardos, mais ou menos escuros vivem como índios e são todos assim denominados. (...) eles são preguiçosos e inclinados à prática de roubos*.¹⁹⁸ Inclusive, é devido a este relatório que os moradores das serras do Pajeú acabam perdendo o status de indígena, proteção que, mesmo frágil, permitia uma relativa autonomia. Tal determinação só favorece os interesses dos senhores de escravo, que não precisavam mais justificar expedições punitivas às aldeias indígenas, no período de maior transferência de cativos para as regiões cafeeiras. Após a tomada, no fim do século XIX, da Serra Negra, último refúgio destas populações, a assimilação parece total. Inclusive, a memória popular preserva versos que mostram como homens, mulheres e crianças foram caçados *à dentes de cachorro*¹⁹⁹ das suas terras.

Índios, negros e mestiços, estes são os escravos do Sertão do médio São Francisco na segunda metade do século XIX. Intrinsecamente misturadas, estas pessoas, podiam ser chamadas de várias formas: *crioulo, cabra, mulato, preto, pardo, caboclo, fula, índio, moreno ou angola*. Entretanto, a variedade de designações usadas não impedia que todos estivessem unidos no cotidiano e que, juntos, estivessem sempre mais sujeitos a fragilidade dominante. Para os senhores de escravos, essas pessoas não eram mais do que *uma raça degenerada, preguiçosa e inclinada à prática de roubos*. Todavia, é essa *raça degenerada* que trabalhava na roça, no trato dos animais e nos serviços domésticos dos donos da terra, podendo a qualquer momento ser vendida e proporcionar lucros para estes.

¹⁹⁷ Carta ao Governador de 27 de outubro de 1801, citado por SAMPAIO SILVA. *op. cit.*, p. 81.

¹⁹⁸ *Idem. Ibidem.*, p. 83.

¹⁹⁹ *Idem. Ibidem.*, p. 83.

3.2. *Homens, mulheres e crianças*

Tradicionalmente, um grande plantel de escravos, era marcado pelo desequilíbrio entre homens e mulheres. Desde o período colonial, nas regiões de economia de exportação, como a Zona da Mata canavieira ou o Sudeste cafeeiro, a presença masculina sempre foi majoritária. Como foi visto no segundo capítulo, tal perfil demográfico não é válido para a região do médio São Francisco na segunda metade do século XX.

Entretanto, apesar do equilíbrio quantitativo, os espaços reservados aos homens e às mulheres parecem claramente demarcados numa sociedade patriarcal como a do Sertão. Esta afirmação é válida para a população sertaneja como um todo, todavia, aqui, torna-se interessante destacar quais eram esses espaços, a partir do ponto de vista da população escrava.

No que diz respeito aos homens, percebe-se que estes tinham uma maior mobilidade, até mesmo pelo próprio trabalho com a pecuária, que permitia a estes indivíduos circular por entre as propriedades rurais. Neste contexto, é a profissão de vaqueiro a mais respeitada, visto que ele é o responsável pelo rebanho de um proprietário ausente. Além disto, diferentemente de todos os outros trabalhadores rurais do Sertão, para o vaqueiro, a possibilidade de mobilidade social é real, já que a tradição fazia-o proprietário de um bezerro a cada quatro nascidos sob sua guarda. Assim, o vaqueiro acaba exercendo o papel de intermediário entre os proprietários e a população sem terras do Sertão.

Os primeiros vaqueiros, ainda no período colonial, eram escravos. Entretanto, pouco a pouco, tal ocupação passou a ser exercida principalmente por pessoas livres. Tal mudança, decorrente provavelmente da maior possibilidade de ascensão social, vem acompanhada de uma valorização da profissão. De fato, a indumentária típica e a exigência de técnica aprimorada e de especialização, transformaram o vaqueiro em uma figura de respeito no Sertão, personagem de canções e de lendas em toda a região. O próprio Euclides da Cunha descreve-o: *o seu aspecto recorda, vagamente, à primeira vista, o do guerreiro antigo exausto da refrega. As vestes são uma armadura. (...) é como a fôrma grosseira de um campeador medieval desgarrado em nosso tempo.*²⁰⁰

Entretanto, o primeiro registro da descrição de um vaqueiro talvez seja o de Henry Koster quando, em 1810, passava pelo Sertão do Rio Grande do Norte:

²⁰⁰ CUNHA, Euclides da. *op. cit.*, p. 161.

Vou dar a descrição do meu amigo que se afastou da estrada para indicar-me o poço. É a figura comum do sertanejo em viagem. Montava um pequeno cavalo com cauda e crinas compridas. A sela era um tanto elevada adiante e atrás. Os estribos eram de ferro ferrugento e os freios, da mesma forma. As rédeas eram duas correias estreitas e longas.

Sua roupa consistia em grandes calções ou polainas de couro taninado mas não preparado, de cor suja de ferrugem, amarrados da cinta e por baixo víamos as ceroulas de algodão onde o couro não protegia. Sobre o peito havia uma pele de cabrito, ligada por detrás com quatro tiras, e uma jaqueta, também feita de couro, a qual é geralmente atirada num dos ombros. Seu chapéu, de couro, tinha a fôrma muito baixa e com as abas curtas. Tinha calçados os chinelos da mesma cor e as esporas de ferro eram sustidas nos seus pés nus por umas correias que prendiam os chinelos e as esporas. Na mão direita empunhava um longo chicote e, ao lado, uma espada, metida num boldrié que lhe descia da espádua. No cinto, uma faca, e um cachimbo curto e sujo na boca. Na parte posterior da sela estava amarrado um pedaço de fazenda vermelha, enrolada em forma de manto, que habitualmente contém a rede e uma muda de roupa, isto é, uma camisa, ceroulas e, às vezes, umas calças de Nanquim. Nas boroacas que pendiam de cada lado da sela conduzem geralmente farinha e a carne assada no outro lado, e o isqueiro de pedra (as folhas servem de mecha), fumo e outro cachimbo sobressalente. A todo este equipamento, o sertanejo junta ainda uma pistola, cujo longo cano desce pela coxa esquerda, e tudo seguro.²⁰¹

Valorizada na cultura local, a profissão de vaqueiro acabou, no século XIX, sendo predominantemente uma ocupação de pessoas livres. Todavia, a documentação consultada a partir da década de 1870 enumera pelo menos três escravos vaqueiros. Mesmo aparecendo como uma exceção em todas as fontes trabalhadas, a análise destes três casos é bastante indicativa das relações construídas entre senhores e escravos. É provável também que outros escravos identificados nesta pesquisa sejam vaqueiros, entretanto, tal informação não pode ser confirmada, pois a profissão dos cativos não é explicitada na documentação anterior à década de 1870.

Entre os identificados está o escravo *Luis, solteiro, de 51 anos, preto, filho de Eufrásia*²⁰². Percebe-se que Luis tem idade avançada para um escravo, inclusive ele é o mais velho dos quatorze (14) cativos registrados pelo seu senhor em 1872. Tal diferenciação dos demais pode indicar a necessidade de muitos anos de aprendizagem e de experiência para se tornar um verdadeiro vaqueiro. Do mesmo modo, é provável que um escravo, que se mostrou

²⁰¹ KOSTER, Henry. *op. cit.*, p. 133-134.

²⁰² *Inventário dos bens de Francisca Fernandes das Dores, 1877*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

fiel ao seu senhor durante toda uma vida, venha a ganhar a confiança dele e, assim, a ter maior possibilidade de se tornar o vaqueiro da propriedade e de exercer, deste modo, algum tipo de autoridade com relação aos demais escravos.

A análise dos outros dois casos também indica que estes vaqueiros, apesar de escravos, levavam uma vida mais digna do que a grande maioria da população cativa do Sertão. Assim, eles parecem ter maior possibilidade de constituir família nos padrões esperados pela sociedade, de se casar na Igreja e de gozar de uma maior liberdade de ir e vir. *José, pardo, de 45 anos, vaqueiro, casado com Mariana e filho de Agostinho* é um bom exemplo de escravos que alcançavam tais privilégios.²⁰³ Além de mulher, José possui também um filho com o mesmo nome do avô, Agostinho, de dez anos.

A prática de receber parte dos novilhos sob sua propriedade parece ser respeitada até mesmo quando se trata de vaqueiros escravos. Tal prática permitia a estes cativos maiores condições não só de acumular bens, mas de comprar a própria liberdade. O escravo *Celso(?), pardo, casado, de 46 anos, havido por compra*, parece testemunha desta possibilidade, em princípio incoerente com a própria instituição escravista. No inventário de sua proprietária²⁰⁴, ele recebe, como pagamento de uma dívida, o valor de 100\$000 (cem mil réis) numa parte de seu próprio valor avaliado em 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis).

Graças a estas condições mais favoráveis, os vaqueiros se alforriam com maior facilidade do que os demais escravos. Isto explica o fato de a grande maioria dos homens ainda escravos no fim do século XIX ser identificada na documentação como *agricultor* ou como *de serviços gerais*. Tais atividades, mesmo sem possuir o reconhecimento que possuía a do vaqueiro, requerem também uma grande habilidade por parte do cativo.

Em primeiro lugar, estes homens são responsáveis pela manutenção da propriedade rural. Tal atividade exige do escravo habilidades manuais para cuidar de animais como cabras e galinhas, sem contar as atividades na roça de subsistência e de algodão. Do mesmo modo, muitos destes indivíduos auxiliavam o vaqueiro, tangendo o gado e construindo cercas e currais.

Mas, além destas atividades manuais, estes escravos estão muito mais vulneráveis aos mandados dos senhores do que os vaqueiros, que trabalhavam embrenhados pelo mato, distantes da vigilância constante do senhor. Para os primeiros, as ordens eram cotidianas, como a de selar um cavalo, carregar objetos pesados ou levar recados. Todavia, a essas ordens

²⁰³ *Inventário dos bens de Margarida de Souza e Silva, 1878*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

²⁰⁴ *Inventário dos bens de Ignácia Gomes de Menezes, 1872*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

comuns, somavam-se outras, fruto das vontades de cada proprietário. Um exemplo de como poderiam ser inusitadas as ordens recebidas está registrado no livro de memórias *Cheiro de Chuva*. O autor descreve que, no século XIX, morava na região um proprietário de escravos, chamado Antônio Manuel Gomes de Sá, que “*era um tanto nervoso*”. *Não suportava barulho. Sua mulher tinha que andar descalça, dentro de casa, pois o chiar dos chinelos de sola perturbava e irritava o dono do Angico. (...) Nas épocas de açude cheio, seu avô mandava os filhos dos escravos bater com varas nas águas paradas, a fim de “calar” os sapos que coaxavam a noite inteira.*”²⁰⁵

Se a vida de um homem escravo no Sertão era difícil, a da mulher também o era. De maneira geral, o papel fundamental de uma mulher, no Sertão de meados e do fim do século XIX, independentemente de sua condição jurídica e social, é de ter e criar filhos, de preferência do sexo masculino. Muitas vezes, é através de sua capacidade reprodutora que uma mulher era avaliada pela sociedade. Este papel de destaque para a questão da natalidade se explica pela alta taxa de mortalidade, principalmente infantil, causada pelas difíceis condições de vida no Sertão, mas também pela violência cotidiana que matava principalmente os homens.

Além disto, o espaço por excelência da mulher no Sertão, seja ela rica ou pobre, limitava-se ao interior da propriedade rural e, de preferência, ao interior das casas, exercendo ocupações domésticas, como a de costurar e a de cuidar dos filhos. Muitas vezes, as mulheres só saíam de casa em momentos de festa religiosa, quando todos vão às vilas. Apesar do trabalho feminino ser mal visto nesta sociedade, ele fazia parte do cotidiano das mulheres pobres e escravas. Inclusive, as cativas eram muito bem aproveitadas pelos seus senhores.

No que se refere ao trabalho, são as mulheres as responsáveis pela alimentação de todos os habitantes da propriedade rural, desde a produção até a preparação. Nas roças de subsistência, agricultoras trabalhavam ao lado dos homens, assim como no processo de fabricação da farinha de mandioca. Por outro lado, os serviços domésticos, como o de preparar as comidas, eram exclusivos às mulheres.

Todavia, além destas atividades e assim como os homens, as mulheres cativas precisavam se adaptar às atividades as mais variadas de uma realidade rural, como lavar roupa nos riachos e açudes, carregar as latas d’água na cabeça, tomar conta das crianças e das pessoas doentes e realizar ou ajudar nos partos das outras mulheres. As cativas com estas

²⁰⁵ GOMINHO, Leonardo Ferraz. *Cheiro de Cuva. Crônicas de uma terra*. Disponível em: <<http://br.geocities.com/leonardogominho/riachodonavio.html>>. Acesso em novembro de 2007.

responsabilidades são classificadas na documentação como de *serviços domésticos* ou de *serviços internos*.

A produção têxtil é igualmente uma atividade quase que exclusivamente feminina. Desde o plantio até a colheita, a cultura algodoeira é de responsabilidade de agricultoras, livres e escravas. Em seguida, são elas que desencaroçam a fibra e que produzem o fio, para em seguida fabricar o tecido. As máquinas de fiar exigem uma agilidade manual adquirida desde a infância. Acompanhando as mães, as meninas aprendem a manejar estes equipamentos, de tal modo que, aos dez anos, uma pequena escrava como Lourença, *parda, cria da casa*, já pode receber a classificação de *fiadeira*, assim como sua mãe Joaquina, de trinta e nove anos.²⁰⁶

Neste caso como em outros, as crianças escravas trabalham desde cedo, tanto meninas quanto meninos. Antes mesmo de aprender a andar, as crianças já acompanham os pais nas atividades cotidianas e, aos poucos, passam a ajudá-los. Nos inventários consultados, as crianças pequenas não são classificadas por uma profissão definida, mas são consideradas como *aptas para trabalhar* ou capazes de exercer *serviços leves*. Entretanto, a partir de seis ou sete anos, elas passam a receber a classificação de adultos. Este é o caso de *Roberto de sete anos, preto, cria da casa, filho de Rita*, classificado como *agricultor*²⁰⁷ ou de *Manoella de dez anos, preta solteira, cria da casa, filha de Thomásia, doméstica*.²⁰⁸

Além das relações de trabalho, percebe-se também que as crianças nascidas cativas (chamadas na documentação de *crias da casa*) poderiam ser separadas muito cedo dos pais. Era prática comum entre os senhores mais ricos dar de presente pequenos escravos a crianças livres de sua família, como netos ou afilhados. Inclusive, no momento da partilha, muitos escravinhos eram legados aos órfãos do inventariado. É o que aconteceu com *Rosalina de oito anos, Maria de seis anos e Petronila de cinco anos*²⁰⁹. Ao falecer, Ângelo José de Moura legou (entre outros bens) à sua mulher ao filho maior e aos seus oito órfãos, quatorze (14) escravos. Enquanto que os cativos maiores têm destinos variados, como a meação, o pagamento de dívidas e dos custos dos inventários, as três (3) escravinhas citadas acima são legadas às quatro filhas menores de Ângelo José de Moura:

²⁰⁶ *Inventário de bens de José Soares da Silva, 1877*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

²⁰⁷ *Inventário de bens de Maria Gomes de Sá, 1878*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

²⁰⁸ *Inventário de bens de Jacinta Alves de Lima, 1876*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

²⁰⁹ *Inventário dos bens de Ângelo José de Moura, 1847*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

- *Rosalina, mulata, oito anos, avaliada por 230\$000 réis* é legada à segunda filha, a órfã Eugênia.
- *Maria, crioula, seis anos, avaliada por 200\$000 réis* é legada a sexta filha, a órfã Januária.
- *Petronilha, crioula, cinco anos, avaliada por 190\$000 réis* é “dividida” entre a penúltima e a última filha, as órfãs Francisca e Maria.

Por outro lado, as crianças maiores são, muitas vezes, vendidas para trabalhar em outras regiões do país. A partir de onze ou doze anos, o preço do cativo aumenta bastante, pois, ao atingir tal idade, o escravo inicia o período de sua vida de maior capacidade produtiva. Mais uma vez a família de Manuel e Gertrudes serve de exemplo. Ao comparar o inventário do marido ao da mulher²¹⁰, realizados com dez anos de diferença, percebe-se que a venda acabou sendo o destino do filho do casal, Felipe. Enquanto que, no inventário realizado em 1868, o escravinho, então com sete meses de idade, é avaliado por 100\$000 (cem mil réis), em 1878, aos doze anos, ele é reavaliado em um valor quatro vezes maior, de 400\$000 (quatrocentos mil réis), sendo assim vendido. Vale ressaltar que, no fim da década de 1870, o preço do cativo já havia diminuído bastante. Inclusive, entre os onze (11) escravos identificados nos dois inventários mencionados, apenas Felipe é avaliado, em 1878, em um valor superior ao de 1868.

3.3. *Ser escravo entre os pobres*

Em nenhuma das fontes consultadas, há referências à utilização de senzalas como moradia dos escravos, como encontra-se nos engenhos de açúcar e nas fazendas de café. Tal ausência pode ser explicada não só pela escassez de madeira na região, necessária para a construção destas grandes habitações coletivas, como pelo número reduzido de cativos por proprietários, se comparados ao das regiões agro-exportadoras. Assim, o mais provável é que os escravos, do mesmo modo que a maioria dos habitantes do Sertão, habitassem em pequenas casas de taipa.

É bem provável também que os proprietários menos afortunados, que declaram apenas um ou dois escravos utilizados para os serviços domésticos, abrigassem-nos no interior de suas próprias casas, principalmente quando se tratava de mulheres cativas. Este parece ser o

²¹⁰ Inventário dos bens do *Tenente Coronel Serafim de Souza Ferraz, 1868*, e de *Margarida de Souza e Silva, 1878*. Ambos no Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

caso de escravos como Ignácia²¹¹, parda de onze anos, única cativa declarada no inventário de Mariana Gomes de Novais, em 1878. Ignácia, que se tornou escrava da dita inventariante por doação paterna, é identificada no inventário como doméstica e filha de Alexandra, escrava de um outro senhorio. Além da atividade, a pouca idade e a ausência de outros escravos que poderiam ter algum tipo de parentesco com Ignácia só funcionam como outros indicativos de que esta habitava na residência de sua senhora. Inclusive, entre os bens de raiz declarados na documentação, há referências a duas posses de terra, além de um único vão de casa avaliado em 8\$000 (oito mil réis).

Todavia, esta prática de abrigar os escravos no interior das casas dos senhores parece ser utilizada principalmente para as mulheres cativas que exerciam serviços domésticos. Tal restrição se explica, talvez, pela própria rusticidade da moradia sertaneja. Inclusive, a casa de taipa é a moradia mais utilizada pela população do Sertão, tanto livre quanto escrava. Apenas os mais afortunados possuíam casas de tijolo.

Quase sempre, nos inventários *post mortem*, não consta de que tipo de casa se trata, a expressão comumente utilizada é *uma casa de morada*. Apenas dois inventários fazem referências explícitas a casas de tijolos. A primeira destas moradias é *uma casa de tijolo avaliada por 170\$000 réis*²¹², sem, no entanto, indicar a localização desta. No segundo inventário, consta *uma casa na vila de tijolo, avaliada por 400\$000 réis*²¹³. Tal valor é bastante elevado, se comparado à maioria dos imóveis encontrados nas fontes consultados. Algumas casas poderiam ter um valor quase insignificante, como a *casa velha* declarada pelos herdeiros de Isabel Maria²¹⁴, avaliada em apenas 4\$000 (quatro mil réis), mesmo valor de uma espingarda, também arrolada entre os bens da inventariada.

Entretanto, alguns inventários também podem fazer referência a casas de taipa. Geralmente, quando citadas, estas são grandes ou possuem benfeitorias que justifiquem sua presença entre os bens inventariados. Desta maneira, é possível encontrar entre os bens de valor *uma casa de taipa com três vãos na fazenda Caiçara*²¹⁵ ou *uma casa de taipa e telha*²¹⁶,

²¹¹ *Inventário de bens de Mariana Gomes de Novais, 1878*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

²¹² *Inventário de bens de Francisco Gomes de Menezes, 1866*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

²¹³ *Inventário de bens de Ignácia Maria de Menezes, 1878*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

²¹⁴ *Inventário de bens de Isabel Maria, 1842*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

²¹⁵ *Inventário de bens de Maria Balbina da Silva, 1883*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

²¹⁶ *Inventário de bens do Coronel Manoel Pereira da Silva, 1862*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

*uma casa de taipa pra fazer farinha*²¹⁷ ou ainda *uma casa de taipa com porta, fechadura, um estrado, um catre, uma mesa, dois tamboretas e três bancos*²¹⁸.

Todos os tipos de casa destacados acima são moradias de pessoas livres, de posse e, muitas vezes, proprietárias de escravos. Por isto, pode-se afirmar que a austeridade das habitações do Sertão é uma constante, de maior ou menor intensidade, nos diversos grupos da sociedade. O próprio Câmara Cascudo, referindo-se aos meados do século XIX, descreve:

A casa, de taipa, coberta de telhas em goiva, não prescindia da latada frontal, ponto da conversa, descanso e esfriamento de sela. (...) Era a casa mais simples e desconfortável para as nossas exigências. (...) Para a latada abria-se uma porta e esta dava para a sala de frente (...). Para os pernambucanos é uma varanda. (...) Na sala da frente, uma mesa, cabides para arreios, tamboretas, outros bancos, uma cadeira de couro, macia, para gente de fora, cerimoniosa e protocolar. O corredor leva à cozinha sala de jantar, como nas velhas granjas portuguesas, aproveitando o lume para fins de outono e inverno. (...) Ao lado do corredor estavam as camarinhas, sem janela, com as redes habituais ou camas. Nas mais pobres, catres que eram estrados de varas com uma cobertura mais espessa por cima...²¹⁹

Levando-se em consideração que tal descrição refere-se às casas grandes das fazendas, pode-se imaginar a simplicidade das moradias das populações livres pobres e escravos do Sertão. O mais provável é que estas fossem pequenos casebres de um vão, construídos uns ao lado dos outros pelos próprios escravos, em terra batida, dentro da propriedade rural e não muito longe da casa do seu senhor, dono da terra.

Por outro lado, mesmo simples, este tipo de moradia dava aos escravos maior privacidade e liberdade para a constituição de famílias do que as senzalas coletivas. Como foi demonstrado no segundo capítulo, no período estudado, a grande maioria dos cativos do Sertão era nascida na região, fato que comprova como era uma prática comum a constituição de famílias escravas.

Os inventários que contêm as listas de matrícula de escravos só corroboram mais claramente esta prática, comum a todo o período estudado. Em quase todos os inventários com mais de três escravos registrados, há algum tipo de parentesco entre pelo menos dois deles. Eram comuns o casamento religioso entre os escravos, as relações estáveis sem a

²¹⁷ *Inventário de bens de Antônia Jacinta de Sá, 1860*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

²¹⁸ *Inventário de bens de Domingos Pereira Leite, 1816*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

²¹⁹ CASCUDO. *Tradições Populares da Pecuária Nordestina*. op. cit., p. XI.

oficialização na Igreja, assim como escravas solteiras com filhos de pais desconhecidos. Entre as crianças declaradas, encontra-se com frequência, a expressão *cria da casa*, deixando claro que se trata de filhos de escravos do mesmo senhor. Entre os cativos adultos, a maioria dos que possuem algum tipo de parentesco, é obtida por herança. Inclusive, em mais de um inventário, há referências a pelo menos três gerações de escravos pertencentes a uma mesma família de proprietários.

Além dos inventários, os registros de batismo²²⁰ de crianças cativas funcionam como mais uma prova de como era recorrente a constituição de família por escravos no Sertão. As crianças batizadas poderiam ser classificadas como legítimas quando seus pais eram casados na igreja. Todavia, a grande maioria das crianças escravas é batizada como *filho natural*, expressão usada para identificar as mães solteiras. A predominância de filhos naturais demonstra que no Sertão, assim como em outras regiões do Brasil, é a família matrifocal que predomina entre os escravos.

Apesar de menos frequente, o casamento de escravos também era possível. Nos dois livros de casamento consultados, há o registro de quarenta e dois (42) casamentos oficializados em que pelo menos um dos cônjuges era escravo. Apesar de representarem uma minoria, visto que os dois livros contabilizam um total de mil e quatro (1.004) casamentos, estes registros são bastante significativos dos tipos de relações que construía os cativos. Assim, nesses registros, encontram-se uniões entre escravos de um mesmo senhor, como o de *Fabrício e Rita, ambos ingênuos e escravos dos herdeiros do finado Ignácio Gomes de Sá*; entre escravos de senhores diferentes, como o de *José, escravo de Antônio Pereira Barros e Antônio, escrava de Domiciano Mar^e. da Gama*; entre pessoas livres e pessoas escravas, como o de *Francisco, escravo de João Pereira Barros e Lourença Maria da Conceição, ambos pretos*; ou entre cativos e libertos, como o de *Vicente, escravo de Joaquim de Almeida Monto e a liberta Escolástica Maria, filha natural de Joana Francisca*²²¹.

O casamento entre escravos de senhores diferentes torna-se possível pela própria estruturação da propriedade rural. As antigas fazendas estavam agora organizadas num sistema de condômino²²², em que os vários herdeiros da terra acabavam morando próximos

²²⁰ Nos nove livros de batismo consultados, há pelo menos setecentos e quarenta (740) batizados de escravos ou de filhos de escravos nascidos ventre livre. Após 1871, algumas vilas passaram a registrar os batizados de filhos de escravos em um livro separado, facilitando a identificação. Todavia, em outras vilas, os batizados de todas as crianças continuaram a ser registrados num mesmo livro, fato que dificulta a diferenciação entre os filhos de escravo e os filhos de pessoas livres. (Ver no anexo 5, batizados registrados em cada livro).

²²¹ Todos realizados entre 1845-1849 e registrados no *Livro de Casamento da paróquia de Tacaratu* - Abertura em 19/05/1845. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

²²² Ver BURLAMAQUI, Maria Ferreira. *op. cit.*

uns dos outros. Uma tal organização permitia ao indivíduo escravo circular por este espaço comum e, assim, manter relações de parentesco com cativos de outro senhorio e com pessoas livres do convívio. Graças a esta organização, nem sempre a doação ou a partilha de escravos significava a separação da família.

Além disto, os casamentos realizados entre pessoas livres e escravas só mostram que outros trabalhadores rurais livres, comumente chamados de “agregados” ou “moradores de favor”, habitavam lado a lado com a população cativa. De fato, o número de agricultores sem terras aumentou bastante na segunda metade do século XIX. Tais indivíduos, que não correspondiam a um grupo homogêneo, podiam ser ex-escravos, descendentes de colonos brancos empobrecidos ou remanescentes de populações indígenas. Todas estas pessoas eram juridicamente livres, mas, na prática cotidiana, elas estavam ligadas à rede de dependência de algum proprietário de terras. Nestas condições, a precariedade das condições de vida reunia e aproximava escravos e livres pobres, de tal modo que ambos dividiam os mesmos espaços de trabalho e moradia e estavam sujeitos às vontades dos proprietários de terras. As dificuldades de vida destas populações livres pobres podem ser resumidas através dos versos de Inácio da Catingueira, que mostra bem como, no Sertão, morar sem ser agregado é uma busca de todos, mas a realidade de poucos:

*Há dez coisas neste mundo
Que toda gente procura:
É dinheiro e é bondade,
Água fria e formosura,
Cavalo bom e mulé,
Requeijão com rapadura,
Mora sem ser agregado,
Come carne sem gordura...*²²³

Aqueles que buscavam fugir da lógica dominante corriam o risco de ser aprisionados e levados ao cativo. Negros alforriados que optavam por morar “na solidão dos sertões poderiam – imediatamente ou nas gerações seguintes – ser considerados quilombolas e capturados (...). Reputada quilombola uma família negra isolada, composta de pai, de mãe e de três filhos corria o perigo de ser capturada, cativada e eventualmente massacrada.”²²⁴ Numa organização social baseada nas redes relacionais construídas entre os indivíduos,

²²³ Trechos da peleja entre Romano do Teixeira e Inácio da Catingueira. Disponível em: <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/in01.html>>. Acesso em março de 2008.

²²⁴ ALENCASTRO, L. F. de. *op. cit.*, p. 345.

buscar alternativas de vida autônomas acabava se transformando num risco. Como já foi dito, as pessoas que viviam na Serra Negra, localizada entre Floresta e Tacaratu, acabaram capturadas e caçadas de lá. Por isto, muitos indivíduos livres acabavam optando por morar na terra dos outros, mesmo que na condição de agregado.

O contato direto entre os trabalhadores livres e os trabalhadores escravos acaba possibilitando a criação de laços que se traduzem por duas atitudes contraditórias: a solidariedade e a repulsa. Por um lado, o desprezo de um pelo outro se baseia na necessidade de afirmação da diferença. Muitas vezes, o trabalhador livre que se aproxima do escravo no trabalho e no cotidiano sente a necessidade de valorizar sua condição desprezando aquele trabalhador de condição jurídica ou origem étnica diferente da sua e socialmente menos valorizado.

Por outro lado, outros tipos de relações são construídos entre os trabalhadores livres e escravos, guiadas pela solidariedade e pelo parentesco. Vale lembrar que muitos indivíduos livres são descendentes de escravos ou de índios, possuindo, assim, muitos familiares escravos. Do mesmo modo, em difíceis condições de vida para todos, muitos trabalhadores, sejam livres, libertos ou escravos, utilizam estratégias de solidariedade que possibilitam a melhoria das condições de vida de toda uma comunidade. Inclusive, muitas vezes, tais relações entre indivíduos de diferentes condições jurídicas acabam evidenciadas na documentação consultada.

É verdade que, muitas vezes, a liberdade provoca o desaparecimento dos indivíduos pobres das fontes. Grande parte daqueles conhecidos como “agregados” ou “moradores de favor” dificilmente é mencionada na documentação cartorial. Como não são cativas, estas pessoas não aparecem no rol dos bens de um proprietário qualquer. Do mesmo modo, por não possuírem bens de valor, eles não fazem procurações ou escrituras, e nem inventários são abertos quando eles morrem. Apenas nas fontes eclesiásticas, como registros de casamento, batismo ou óbito, tais indivíduos são mencionados, mas nem sempre são facilmente discriminados da população como um todo, até mesmo porque, como foi visto, a crise aproximava indivíduos de origens sociais e étnicas diversas. Buscando identificar estas pessoas pobres livres, foram considerados como indícios as referências étnicas, o sobrenome e a presença da expressão *filho natural*²²⁵. Ainda assim, por se tratar de uma população bastante

²²⁵ Nos livros de batizado, as crianças são enumeradas a partir do nome, da filiação (e do senhorio, quando se trata de escravos), dos padrinhos e, em alguns casos, da cor. São indicados também se as crianças são filhos legítimos ou naturais (filhos de mães solteiras ou não casadas na igreja com o pai da criança). Já nos livros de casamento, consta o nome dos cônjuges, dos padrinhos e dos pais ou senhores dos noivos (quando se trata de escravos).

misturada e miscigenada, nem sempre tais indícios permitem a confirmação da condição social do indivíduo em questão.

Apesar de tais dificuldades impostas pela própria documentação, em alguns registros consultados, indivíduos livres pobres acabam aparecendo através das relações de parentesco que mantinham com escravos.

O caso da família de Gertrudes e Manuel²²⁶, analisado anteriormente, pode ser, mais uma vez, utilizado para demonstrar as relações construídas entre pessoas livres e escravos. Sendo Gertrudes escrava e Manuel livre, os três filhos do casal herdam a condição cativa da mãe. Tal caso mostra como pessoas livres e escravas estavam intimamente ligadas e como o fato de não ser cativo nem sempre significava uma liberdade completa para o indivíduo. Muitos trabalhadores rurais livres acabavam atrelados a um grande proprietário de terras e escravos. Percebe-se isto no caso de Manuel, quando sua condição de *homem livre* não o dá o direito de decidir sobre o destino de seus filhos. Nestas circunstâncias, sua filha Manuela já aparece na documentação com outro senhor, pois consta nos bens declarados como dote, por um dos genros da inventariada.

Por outro lado, o casamento religioso acaba protegendo parte da família, já que, no inventário em questão, encontra-se também uma carta do Juiz Ângelo Juansen de Castro e Albuquerque que afirma: *Compreendo notar que os escravos casados deverão caber ao herdeiro que puder comportá-los em sua legítima, assim como os filhos menores de 12 anos que não podem ser separados dos pais.*²²⁷ Parece ser graças a esta decisão da justiça que o filho menor, Luis, de sete anos, é herdado juntamente com a sua mãe, Gertrudes, por um dos filhos da inventariada.

Este caso mostra bem como todos os habitantes não proprietários, escravos, livres ou libertos, estão de alguma maneira ligados e acabam sujeitos às mesmas dificuldades. Deste modo, para todos estes moradores do Sertão, é necessária uma adaptação contínua às condições imprevistas do cotidiano. Tal adaptação deve ser compreendida como uma busca de melhores condições de vida, em que a liberdade aparece como o objetivo final, mesmo que em muitos casos ela não se concretize para todos. É preciso perceber cada mudança como uma nova possibilidade de melhoria de vida e, ao mesmo tempo, um risco de aumento das dificuldades cotidianas. No caso da de Manoel, o fato dele ser *pessoa livre* não o impede de estar atrelado a um proprietário de escravos através de sua família. É por isto que, num tal

²²⁶ *Inventário de bens de Margarida de Souza e Silva, 1878*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

²²⁷ *Inventário de bens de Margarida de Souza e Silva, 1878*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

contexto, é preciso compreender a liberdade como um processo longo e como um projeto coletivo de um grupo ou de uma família²²⁸.

Todavia, as estratégias, escolha de cada indivíduo ou grupo de indivíduos neste longo processo de busca de maior autonomia, são múltiplas. Manoel e sua família parecem ter optado por constituir uma família que respeitasse as convenções impostas pela Igreja e pela sociedade e, deste modo, ganhar o respeito e a confiança de seus senhores e o apoio da justiça na preservação da família. Entretanto, os caminhos escolhidos por cada indivíduo não são sempre os mesmos:

*Uns casam com mulher forra
Outros dão pra roubá
Outros fogem do serviço
Com medo de trabalhá*²²⁹

O escravo leal ao seu senhor tem sempre a esperança de uma alforria gratuita como recompensa por sua fidelidade. Entretanto, esta “recompensa” não é sempre uma bondade do senhor, mas pode dissimular outros interesses. É por esta razão que pessoas de idade avançada são sempre as maiores beneficiadas nas alforrias gratuitas. Estas são, quase sempre, escravas como *Ritta, 60 anos, preta, originária da Bahia, doméstica*, que, devido à idade avançada e a doença, não foi avaliada, mas sim liberta durante a avaliação dos bens do defunto.²³⁰ Entretanto, este gesto é único e não se repete para os outros quinze (15) escravos declarados no mesmo inventário, entre os quais constam o marido, os filhos e os netos de Rita.

Do mesmo modo, entre as cartas de alforria analisadas, raras são aquelas que declaram a liberdade gratuita. Entre estas, a maioria é de mulheres com idade avançada²³¹. Nos três Livros de Notas de Tabela analisados, é registrado um total de quatorze (14) alforrias, sendo três (3) para escravos do sexo masculino e onze (11) para mulheres escravas. Entre os homens alforriados, dois compraram a liberdade e o terceiro registro está incompleto. Já entre as mulheres alforriadas, cinco delas são alforrias gratuitas, quatro compras de liberdade e uma é liberta sob condição de acompanhar sua senhora até o fim da vida. Percebe-se, assim, que não

²²⁸ Sobre a compreensão da liberdade enquanto processo e sobre as estratégias utilizadas por escravos na busca desta liberdade, ver REIS, João José; SILVA, Eduardo. *op. cit.*

²²⁹ Citado por Santos, *op. cit.*, p. 63. Versos utilizados nesta páginas são atribuídos ao cantador Romano do Teixeira.

²³⁰ *Inventário de bens de Catarina Maria de Jesus, 1878*. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

²³¹ Tal resultado parece confirmar a tendência percebida em outras regiões do país, onde o estudo de cartas de alforria demonstrou que a maioria dos libertos é formada por crioulos e mulheres. Ver, entre outros, MATTOSO, K. *Ser escravo no Brasil. op. cit.*

foram localizados registros de crianças alforriadas e nem de homens escravos alforriados gratuitamente.

Assim, no Sertão do médio São Francisco, são geralmente alforriadas gratuitamente pessoas como Joaquina, *crioula, de idade de sessenta e quatro anos*. Seu senhor afirma na carta de liberdade *que por esmola dará a referida escrava liberdade a fim de que de hoje para todo sempre goze plena liberdade como se nascida de ventre livre fosse*²³².

Mas, mesmo nestes casos de escravas mulheres em idade avançada, é comum a presença de condições para a liberdade. São casos como o de Ignacia, *de cor cabra, cinqüenta anos*, que é libertada por seu senhor Ignácio Barbosa da Silva, morador na província da Bahia, *em virtude dos relevantes serviços que me tem prestado com condição de me acompanhar até a minha morte a liberto*²³³.

A morte do senhor representava um momento de incerteza para o escravo. Percebe-se isto claramente nos inventários, pois é neste momento que muitos escravos são vendidos e, assim, separados de sua família ou passam a ter vários senhores, devido à prática de co-senhorio. Entretanto, para o escravo que conseguiu juntar algum pecúlio ao longo da vida, este também representa uma oportunidade de compra da sua alforria. Muitas vezes, os herdeiros precisam vender alguns bens do defunto para pagar os custos do inventário. Neste momento, muitos aceitavam a oferta dos escravos que queriam comprar sua liberdade. É o que se percebe no caso da Escrava Cosma, de idade de cinqüenta e seis anos, solteira, de cor parda. Na carta de liberdade registrada no Livro de Notas de Tabelião de 1880, os herdeiros afirmam que:

*apresentada a quantia de quarenta e cinco mil reis, para ser alforriada na ocasião de ser avaliada no inventario que se estava procedendo por falecimento de Francisco Ferreira de Brito, marido e pai dos referidos, e como fosse a mesma escrava avaliada por cem mil, ella meeira inventariante e herdeiros notavam __ (ilegível) d'a quantia de cincoenta e cinco mil reis que faltava e lhes perdoavão dita quantia e que por isso de livre e expontania vontade pedirão que paçassem apresente carta de liberdade a referida escrava a fim de que de hoje em diante a gose como se nascida fôsse de ventre livre.*²³⁴

²³² Livro de Notas de Tabelião de Tacaratu, 1878. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

²³³ *Ibidem*.

²³⁴ Carta de liberdade da escrava Cosma. Livro de Notas de Tabelião de Tacaratu, 1880. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

Mesmo pagando um valor inferior à avaliação realizada no inventário, os herdeiros de Francisco Ferreira de Brito aceitam a proposta de compra da liberdade pela escrava, pois sabem que devido a sua idade e ao período em que a transação foi realizada (1880), dificilmente conseguiriam obter maiores lucros com a venda da escrava.

Mesmo no Sertão, onde a presença de dinheiro era escassa, comprar a alforria continua sendo uma maneira utilizada para se alcançar a liberdade. Entretanto, se esta solução é a escolhida pelo escravo, ela depende sempre da vontade do senhor de querer vendê-la. Até mesmo porque esta vontade de vender, freqüentemente, não depende de um senhor, mas de muitos senhores. Assim, a prática de co-propriedade de escravos, numa sociedade empobrecida, só prolonga o processo de alforria. Inclusive, é comum a existência de indivíduos em parte livres e em parte escravos. Este é o caso do escravo Antônio que compra uma parte no valor de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) de dois dos seus co-senhores, que haviam herdado a dita parte por falecimento do seu pai e sogro. Na carta de liberdade fica claro que se trata de uma liberdade “em parte”, pois os herdeiros afirmam: *pudera o dito escravo ficar fôrro e liberto da parte que nos tinhamos nelle de hoje para sempre.*²³⁵

Para perceber as dificuldades impostas pela prática de co-senhorio, o caso de Marcella é bastante interessante, visto que ela precisou recorrer à justiça para que sua liberdade fosse reconhecida. Assim, em Floresta, em 1886, às vésperas da abolição definitiva da escravidão, é aberto um processo de Ação Sumária de Liberdade, movido por Marcella, por meio do seu curador Capitão Francisco Seraphim de Souza Ferraz, contra o réu Manoel Pereira. No processo, Marcela declara, por meio do seu procurador:

*que havendo obtido dos seus ex-senhores; Antônio Francisco de Souza Guerra, Cândido Bezerra de Vasconsellos e João Miguel de Souza a liberdade de suas cotas partes, na importância de 153.164 réis (...). [E que apesar disto] tem sido constrangida pelo condômino Manoel Pereira residente em Caiçara dos Orfãos deste termo ao seu cativo.*²³⁶

Para justificar seu direito a liberdade, a suplicante recorre à disposição do artigo 4, § 4, da lei n° 2040, de 28 de Setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre) e solicita ao juiz o direito de comprar a sua parte escrava pertencente a Manoel Pereira. A lei a que recorre Marcella para justificar o seu direito a liberdade afirma que “o escravo que pertencer a condôminos e for

²³⁵ *Carta de liberdade do escravo Antônio. Livro de Notas de Tabelião de Tacaratu, 1880.* Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

²³⁶ *Ação de Liberdade da Escrava Marcela, Floresta, 1886.* Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

libertado por um destes, terá direito a sua alforria indenizando os outros senhores da quota do valor que lhes pertencer. Esta indenização poderá ser paga com serviços prestados por prazo não maior de sete anos.”²³⁷

Deste modo, a sentença final acaba favorável à *libertanda* (termo usado na documentação) Marcella, visto que o juiz considera que a mesma, por ter três partes livres, tem o direito de se libertar da sua parte cativa. Assim, fica decidido que, depois de pagar ao senhor Manoel Pereira o valor referente a sua parte escrava, ela passa a ser livre. E, como condenação, fica o réu obrigado a pagar os custos do processo (ver, no Anexo 6, a sentença final do processo).

O caso de Marcella mostra como, no período final do sistema escravista, a legislação poderia ser utilizada para proteger os escravos e libertos. Todavia, é importante ressaltar que tal caso só foi possível graças à presença de um curador livre e, neste caso, representante de uma família importante da região, os Ferraz. É possível que, em muitos casos, as pessoas, desconhecendo a legislação e sem contar com o apoio de um “protetor” livre que as representassem perante a justiça, permanecessem em condições de injustiça. Nunca é demais ressaltar que, na sociedade analisada, os cativos viviam dispersos pelas propriedades rurais, distantes de qualquer contato com as mudanças na lei e com os representantes da justiça, desconhecendo, assim, os seus direitos. Por isso, é bem possível que muitos cativos ou ex-cativos do Sertão não tenham tido a mesma sorte de Marcella e tenham vivido durante toda a vida em situações de cativo, mesmo já tendo direito à liberdade.

Além de ter o direito de comprar a liberdade, é preciso ter dinheiro para fazê-lo. Sabe-se que a maioria dos escravos que compra a alforria o faz a partir do pecúlio economizado durante anos, com pequenos trabalhos em paralelo às obrigações impostas pelo cativo. Num ambiente rural, tais atividades eram representadas principalmente pela venda de pequenos animais ou de alguns produtos agrícolas, provenientes de pequenos roçados. Entretanto, no Sertão, nem sempre era possível para um escravo juntar dinheiro, pois, em muitos casos, as únicas relações comerciais que envolviam dinheiro aconteciam nos dias de feira, na vila. Assim, a possibilidade de juntar dinheiro era maior para alguns escravos que tinham mais mobilidade ou para cativos que exercessem atividades especializadas, como vaqueiro, fiadeira, curtidor de couro ou artesões. Infelizmente, as cartas de alforria nunca mencionam a profissão dos escravos que compram a liberdade. Todavia, casos como o de

²³⁷ Lei nº 2040, de 28 de Setembro de 1871.

Manoela²³⁸, de cinquenta anos que, no momento da partilha dos bens do inventário do seu senhor, pagou 100\$00 (cem mil réis) por sua liberdade, são casos raros. Além disto, a idade avançada de Manoela só mostra a necessidade de muitos anos para juntar o dinheiro necessário para a compra da liberdade. Vale ressaltar também que a compra de sua própria liberdade por um cativo é apenas uma etapa de projeto de liberdade de todo um grupo ou de toda uma família. Assim, era comum que indivíduos libertos continuassem a trabalhar para comprar a liberdade de outros membros da família. A alegria do cantador ex-escravo, Fabião das Queimadas, quando conseguiu libertar a sua mãe, serve de exemplo para demonstrar como os cativos sertanejos lutaram juntos pela liberdade:

*Quando forrei minha mãe
A lua nasceu mais cedo
Para alumiar o caminho
de quem deixou o degredo*²³⁹

²³⁸ *Inventário de bens de Maria das Montanhas de Jesus*, 1866. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

²³⁹ Citado por SANTOS, *op. cit.* p., 70. Versos utilizados nesta página são atribuídos ao cantador Fabião das Queimadas.

Conclusão

O Sertão da segunda metade do século XIX se destaca por ser uma sociedade rural e tradicional. Tais adjetivos acabaram por alimentar um discurso identitário, construído no interior da Nação, que associa geografia, clima e cultura para explicar esse “mudo a parte”, verdadeiro Outro da identidade nacional. Porém, esta visão se alimenta de elementos tirados de um universo social e cultural muito mais vasto. Além disto, identificar o Sertão como sociedade rural e tradicional não significa interpretá-lo como civilização estática, pois, como toda e qualquer sociedade, ele tem a capacidade de integrar elementos novos, conservando os antigos.

Partindo destas considerações, pode-se dizer que, entre 1840 e 1888, o médio São Francisco é uma microsociedade que já se encontra imersa na escravidão há vários séculos. Passado o período de expansão colonial, que proporcionou o desenvolvimento do complexo pecuarista, a nova realidade de crise exigia a adoção de estratégias que impedissem o esfacelamento da antiga organização social. Se, por um lado, o momento de expansão colonial foi propício à introdução e ao desenvolvimento do trabalho escravo e do latifúndio, por outro, o colapso não só da economia local, mas também do sistema escravista nacional, forçava a fragmentação da grande propriedade rural e o fim do trabalho cativo. De fato, tanto a pecuária quanto o algodão passaram, ao longo do século XIX, por momentos de maior ou menor dificuldades. Esta instabilidade econômica acabava por deixar a região mais vulnerável às exigências impostas pelo clima da região, pela distância dos grandes centros e pela diminuição de oferta de mão-de-obra escrava em todo o país.

Assim, buscando impedir a fragmentação da grande propriedade rural e o fim do trabalho cativo, os senhores descendentes dos antigos colonos passaram a buscar alternativas que permitissem a manutenção, se não da riqueza, pelo menos do status social que os identificasse enquanto elite local. O empobrecimento geral acabou provocando um duplo movimento, que aproxima e afasta, no cotidiano, as pessoas livres e escravas. Por um lado, a pobreza impõe um contato mais direto entre os indivíduos de diferentes origens e condições sociais e jurídicas. Por outro, esta proximidade incita as pessoas com status de livre a se identificar enquanto grupo privilegiado e, conseqüentemente, a reafirmar tal condição nas suas relações com os escravos.

Esta busca pela diferenciação é perceptível de várias maneiras, como pela preservação simbólica de objetos como jóias e relíquias familiares, mas também pela preservação do patronímico dos antigos colonos. Do ponto de vista escravista, as estratégias adotadas são ainda mais complexas e levaram a escravidão a se submeter às exigências do Sertão, modificando as condições de vida dos cativos e provocando distinções nas relações construídas entre senhores, escravos e demais indivíduos, sem, portanto, perder a feição de sociedade escravista.

O fim do tráfico atlântico provocou não apenas a diminuição da oferta de mão-de-obra servil, mas também o aumento do preço do escravo. Assim, em todo país, assiste-se a uma maior concentração de cativos, provocada por um movimento que levava os escravos, não só das regiões em crise para as de maior desenvolvimento econômico, como também dos pequenos para os grandes plantéis. Inseridos neste contexto, os senhores do médio São Francisco adotaram estratégias que os permitiam se beneficiar com o lucrativo tráfico interno, sem, no entanto, abolir a escravidão da prática cotidiana local.

Essas estratégias escravistas se traduzem em práticas como a do co-senhorio, que permitiu a exploração de um único cativo por vários senhores. Graças a ela, a posse de escravo continuou pulverizada na região. Aliada ao co-senhorio, a reprodução natural acabou também sendo a alternativa adotada por muitos que queriam continuar donos de escravos no Sertão. Com a produção endógena, era possível transferir para outras regiões do país aqueles escravos que proporcionariam vantagens do ponto de vista financeiro (principalmente os jovens do sexo masculino) e, paralelamente, manter aqueles (ou aquelas) que, por meio de seus filhos, assegurariam a continuidade do sistema escravista no médio São Francisco. Finalmente, a população escrava, descendente de africanos, era frequentemente misturada e confundida com a população indígena, levando, assim, muitos índios ao cativeiro. Do ponto de vista dos senhores, esta miscigenação funcionaria como mais uma estratégia de supressão da carência de mão-de-obra servil no Sertão e, através do tráfico, no Brasil.

Mas estas estratégias escravistas não eram motivadas apenas por interesses econômicos. Muitos donos de escravos preservavam-nos por uma questão social, já que ter escravo era sinônimo de riqueza. Só o status social explica a grande parcela de cativos destinada aos serviços domésticos. Contudo, além disto, muitos também optavam por manter seus escravos por razões afetivas. Aproximados pela pobreza, senhores acabavam construindo relações de amizade, solidariedade, compadrio e, até mesmo, de parentesco com os indivíduos cativos.

Se, do ponto de vista dos proprietários, as alternativas encontradas permitiram a manutenção da escravidão cotidiana, para o cativo, elas não representaram necessariamente uma melhoria das suas condições de vida. Se, por um lado, a organização deste espaço rural dava maiores possibilidades aos escravos de constituir família, por outro, o risco de separação era constante devido ao tráfico interno. Além disto, o co-senhorio, ao multiplicar os senhores, multiplicava também a exploração e tornava mais longo o caminho da alforria.

Ainda do ponto de vista dos cativos, pode-se afirmar que, entre 1840 e 1888, a população escrava do médio São Francisco já se encontra inteiramente integrada à dinâmica social dominante para toda a população. Esta integração significa dizer que os escravos não se diferenciavam do conjunto da população por uma etnia marcadamente distinta dos demais ou por hábitos culturais destoantes. Todavia, ser integrado à dinâmica vigente não significa dizer que as relações escravistas eram menos penosas nestas paragens, mas que os escravos participavam dela enquanto lado mais vulnerável das relações construídas.

Tal integração se explica por muitos fatores. Em primeiro lugar, os cativos do Sertão são, na sua grande maioria, indivíduos nascidos na região em que vivem. Assim, diferentemente dos africanos, confrontados a uma nova língua e a uma cultura diferente ao chegar no Brasil, estes indivíduos, por serem sertanejos, compartilham a realidade local desde o nascimento.

O aspecto étnico e o empobrecimento geral da sociedade são outros fatores de integração dos escravos. Por um lado, desde o período colonial, a prática de captura de índios para a escravização provocou a mestiçagem entre povos africanos e indígenas. Por outro lado, na segunda metade do século XIX há um aumento da quantidade de indivíduos livres pobres, descendentes tanto de colonos empobrecidos quanto de escravos libertos ou de indígenas afastados de suas tribos de origem. Esses indivíduos pobres, de origens variadas, acabam obrigados a dividir os mesmos locais de moradia e de trabalho do que os indivíduos escravos.

Entretanto, integrar a dinâmica social dominante não representa necessariamente um benefício para os cativos. Como foi visto, os proprietários do Sertão souberam utilizar estratégias que garantissem a manutenção dos princípios básicos da escravidão. Assim, no Sertão do médio São Francisco, esses princípios passam pela existência de duas categorias de seres humanos na sensibilidade coletiva. De um lado, os descendentes dos antigos colonos, que, mesmo empobrecidos e mestiços, souberam preservar os símbolos do poder, como o nome da família, a posse da terra, o gado e alguns escravos. São estas as distinções que permitem a estas pessoas fazer parte das “pessoas de posse”, seja de uma grande propriedade

rural, seja de pequenas partes de terra. Em oposição a este grupo, existe uma massa de indivíduos que não forma uma classe social, nem mesmo um grupo homogêneo e que é composta tanto por indivíduos livres quanto por libertos e escravos.

Todavia, não se deve considerar estes dois grupos como dois mundos distintos e opostos, de senhores e escravos, mas como um conjunto de indivíduos ligados a uma grande rede de dependência. Tal rede de relações une os indivíduos por diversas razões, como por laços familiares e de compadrio, pela dependência, pelo poder ou pela solidariedade. O lugar de cada pessoa nesta rede de relações dependia muito do que cada um tinha a oferecer à comunidade, mas desprovidos de bem materiais, restava aos cativos, os elementos de ordem simbólica. Neste sistema, os escravos integram-se a essa dinâmica da sociedade, entretanto, por serem escravos, representam sempre o lado mais frágil e mais vulnerável das relações que constroem com os outros indivíduos.

De fato, a região estudada forma uma microsociedade em crise, marcada pela incerteza e alimentada pela seca e pela necessidade constante de cada um de afirmar seu espaço. Se o empobrecimento aproxima as pessoas no convívio cotidiano, a proximidade vivida obriga os indivíduos livres a buscar uma diferenciação em relação aos escravos. Por isto, as consequências do empobrecimento são assim, sempre mais acentuadas entre os mais fracos. Num verdadeiro *dégradé social*, quanto mais se é mestiço, negro e pobre, mais as dificuldades aparecem. Desta maneira, os escravos permanecem, apesar de tudo, a parcela da população mais intensamente exposta aos efeitos da crise e da pobreza, numa sociedade como um todo marcada pela precariedade e pela fragilidade.

FONTES

Manuscritas:

LABORATÓRIO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO:

- 151 Inventários post mortem (1840-1888)

- Cipriano Gomes de Sá, 1842.
- Isabel Maria, 1842.
- Manoel Telles de Menezes, 1842.
- Ignácio Gomes da Silva, 1843.
- Antônio da Costa Soares, 1845.
- Manoel Soares Correia, 1845.
- Manoel do Nascimento e Araújo, 1845.
- Ponciana Maria de Jesus, 1845.
- Violante Maria da Conceição, 1845.
- Ângelo José de Moura, 1847.
- Antônio Pereira de Souza, 1847.
- Manoel Gomes Teixeira, 1847.
- Maria Antônia de Jesus, 1847.
- Maria das Graças, 1847.
- Anna Margarida de Sá, 1848.
- Antônia Francisca de Jesus, 1848.
- Gertrudes Maria dos Santos, 1848.
- Lourença Maria, 1848.
- Maria Josefa de Jesus, 1848.
- Maria Lucinda, 1848.
- Antônio José Santo, 1850.
- Desidório Ferreira, 1850.
- Florência Maria de Jesus, 1850.
- Francisco José Gomes, 1850.
- Tenente Coronel José Francisco de Novais, 1850.
- Manoel Francisco de Souza, 1850.
- Manoel Joaquim de Barros, 1850.
- Maria da Conceição, 1850.
- Antônia Mariana de Sá, 1852.
- Manoel da Costa Soares, 1852.
- Rufina Gomes de Sá, 1852.
- Anna Francisca da Conceição, 1853.
- Margarida Maria Perpétua, 1854.
- Feliciano de Barros da Silveira, 1855.
- Marcolina Maria de Sá, 1855.
- M^a. da Conceição de São José, 1855.
- Mariano Teles de Menezes, 1855.

- Feliciano Gomes de Sá, 1856.
- Agostinho José Ferreira, 1857.
- Marcelina Maria da Silva, 1857.
- Francisco Gomes da Silva, 1858.
- Anna Maria da Conceição, 1859.
- Luciana Maria das Candeias, 1859.
- Manoel Lopes Diniz, 1859.
- Manoel Barbosa de Sá, 1859.
- Maria Joaquina de Sá, 1859.
- Nicácia Teles de Menezes, 1859.
- Jacinta Gomes de Sá, 1860.
- Antônio Jacinto de Sá, 1860.
- Joaquim Correia de Brito, 1861.
- José Marinho da Fonseca, 1861.
- Lourenço de Sá Araújo, 1861.
- Manoel Barbosa do Nascimento, 1861.
- Maria de Souza da Silveira, 1861.
- Francisca Maria de Jesus, 1862.
- Coronel Manoel Pereira da Silva, 1862.
- Antônio Domingos do Nascimento, 1863.
- Antônia Gomes de Jesus, 1863.
- Carolina Gomes de Sá, 1863.
- Anna Maria de Sá, 1866.
- Francisco Gomes de Menezes, 1866.
- José Deodato de Sá, 1866.
- Maria das Montanhas de Jesus, 1866.
- Mariana Pastora de Jesus, 1866.
- Martiniano Ramos Nogueira, 1866.
- Alexandre Pereira da Silva, 1867.
- Alexandre Rodrigues Lima, 1867.
- Anna Lourença da Cruz, 1867.
- Anacleto Gomes de Sá, 1867.
- Anna Maria de Sá, 1867.
- Delmira Maria de Moura, 1867.
- Deodata Maria dos Santos, 1867.
- Maria dos Anjos da Purificação, 1867.
- Maria Gomes da Silva, 1867.
- Matilde Maria Januária, 1867.
- Talgina Gomes de Menezes, 1867.
- Antônia Lourença de Menezes, 1868.
- Antônio Martins de Sá, 1868.
- Bento José Pereira, 1868.
- Francisco Pereira de Sá, 1868.
- Maria da Conceição R. de Moraes, 1868.
- Quitéria Maria de Jesus, 1868.
- Tenente Coronel Seraphim de Souza Ferraz, 1868.
- Ana Carolina de Sá, 1871.
- Antônio da Costa Araújo, 1871.
- Gonçalo Coelho da Silva, 1871.
- Gonçalo da Fonseca de Sá, 1871.

- Manoel Nunes da C. Barreto, 1871.
- Maria Theodora de Sá, 1871.
- Antônia Esmeraldina de Souza, 1872.
- José Vitoriano de Barros, 1872.
- Ana Maria de Jesus, 1876.
- Anna Maria da Conceição, 1876.
- Antônio José de Almeida, 1876.
- Jacinta Alves de Lima, 1876.
- Josefa Gomes de Sá, 1876.
- Maria Carolina de Sá, 1876.
- Francisca Fernandes das Dores, 1877.
- José Joaquim da Costa, 1877.
- José Soares da Silva, 1877.
- Catarina Maria de Jesus, 1878.
- Ignácia Maria de Menezes, 1878.
- José Aníbal A. Da Luz Cantarelli, 1878.
- Margarida de Souza e Silva, 1878.
- Mariana Gomes de Novais, 1878.
- Ana Gomes de Sá, 1879.
- Manoel Antão de Souza, 1879.
- Maria Gomes de Sá, 1879.
- Pedro José Soares, 1879.
- Ana Maria de Sá, 1880.
- Francisco de Souza Borges, 1880.
- Joanna Francisca da Silva, 1880.
- Antônia Luciana da Purificação, 1881.
- Clara Maria da Conceição, 1881 (foram realizados dois inventários, um tendo como inventariante Vicente Ramos Nogueira, o outro, Primo Lopes de Barros).
- Lívio Barbosa de Sá, 1881.
- Manoel Francisco de Novais, 1881.
- Manoel Freire da Silva, 1881.
- Margarida de S. do Nascimento, 1881.
- Capitão João de Araújo Leal, 1882.
- João Leite de Sá, 1882.
- José Valério de Sá, 1882.
- Maria Francisca do Carmo, 1882.
- Maria Valéria da Trindade, 1882.
- Ana Joaquina da Soledade, 1883.
- Antônia de Souza Ferraz, 1883.
- Aureliano Fernandes Moura, 1883.
- Balbino José dos Santos, 1883.
- David Gomes de Sá, 1883.
- Faustina Maria da Conceição, 1883.
- Felipe Nery Santiago, 1883.
- Honório Gomes da Silva, 1883.
- Gertrudes M^a das Virgens, 1883.
- Lourenço B. De Vasconcellos, 1883.
- Luciana Gomes de Sá, 1883.
- Maria Balbina da Silva, 1883.
- Miguel Francisco de Souza, 1883.

- Paulino Rodrigues Lima et Thereza Maria de Jesus, 1883 (um único inventário foi realizado para duas pessoas).
- Pedro Antônio da Silva, 1883.
- Pedro Ferreira dos Santos, 1883.
- Anna Maria de Barros, 1885.
- Antônio Paz Barreto, 1885.
- Custódia Gomes de Sá, 1886.
- Ernesto Antônio de R. Menezes, 1886.
- Pedro de Souza Ferraz, 1886.
- Manoel da Silva Leal, 1887.
- Alexandre Gomes de Sá e Silva, 1888.
- Anna Maria da Conceição, 1888.
- Antônio Rodrigues de G. Mello, 1888.
- Maria Narcisa da Conceição, 1888.
- Pe. João da Costa Nunes, 1888.

- 1 Livro de Óbitos

- Paróquia de Santa Maria da Boa Vista (Pároco Antônio Manuel Castilho Brandão) - 1876.
O livro registra inúmeros óbitos ocorridos entre 30/06/1876 e 17/09/1901, dois quais 20 são referentes a escravos e a um liberto.

- 3 Livro de Notas de Tabelião:

- **Termo de Tacaratu 1878:** foram consultadas 3 Cartas de liberdades; 43 procurações para venda de escravo; 13 registros de compra e venda de escravos; 1 registro de compra e venda de uma casa; 1 escritura de hipoteca de escrava; 1 escritura de doação de escravos, 1 procuração para procurar e apreender um escravo fugido.
- **Termo de Tacaratu 1880:** foram consultadas 9 cartas de liberdades, 1 procuração para venda de escravo; 3 registros de compra e venda de escravos.
- **Termo de Tacaratu 1884:** foram consultadas 2 Cartas de liberdades.

- Dois Livros de Casamento:

- **Paróquia de Tacaratu:** Registra 222 casamentos realizados entre 19/05/1845 e 03/10/1853, dos quais 19 fazem algum tipo de referência a escravos.

- **Paróquia de Tacaratu:** - Registra 782 casamentos realizados entre 20/10/1868 e 14/10/1889, dos quais 23 fazem alguma referência a escravos.

- 9 Livros de Batismo

- **Paróquia de Floresta, 1866:** Registra 1120 batizados realizados entre 02/08/1866 e 28/08/1881, dos quais 94 fazem referência a escravos e 9 a índios.

- **Paróquia de Floresta, 1868:** Registra 1.004 batizados realizados entre 20/09/1868 e 28/08/1881, dos quais 101 fazem referência a escravos e 7 a índios.

- **Paróquia de Floresta, 1874:** Registra 1.463 batizados realizados entre 12/11/1871 e 27/08/1876, dos quais 6 fazem referência a escravos e 4 a índios.

- **Paróquia de Floresta, 1876:** Registra 1.356 batizados de crianças livres realizados entre 27/08/1876 e 28/08/1881.

- **Paróquia de Santa Maria da Boa Vista, 1872:** registra 65 batizados de filhos de escravos, realizados entre 08/02/1872 e 04/03/1883.

- **Paróquia de Tacaratu, 1845:** Registra 719 batizados realizados entre 27/02/1845 e 24/05/1851, dos quais 78 fazem referência a escravos e 39 a índios.

- **Paróquia de Tacaratu, 1860:** Registra 2.760 batizados realizados entre 18/11/1860 e 04/04/1873, dos quais 235 fazem referência a escravos.

- **Paróquia de Tacaratu, 1872:** Registra 189 batizados de filhos de escravos, realizados entre 01/03/1872 e 19/04/1888.

- **Paróquia de Tacaratu, 1879:** Registra 1.177 batizados de crianças livres realizados entre 20/06/1880 e 16/02/1884.

- 1 Processo crime de escravo, Floresta 1870.

- Sumário crime instalado pela morte praticada na escrava Ursula em que é réu o escravo Januário.

- 12 registros avulsos de compra e venda de escravos, 1868 à 1869:

- Manoel da Costa Chaves vende os escravos Francisco de 7 anos e Luis de 5 anos ao Major João Machado de Novais e Mello, Cabrobó, 09/07/1868.

- Antônio Ferreira Lustroza vende a escrava Landra de 35 anos à Corbeliano Alves de Jesus, Cabrobó, 22/07/1868.

- Manoel Francisco de Sá e Seixas vende o escravo Filiciano de 40 anos à André Avelino de Sá, Cabrobó, 22/04/1868.

- Alexandre Gomes de Sá Júnior vende o escravo Manoel de 9 anos ao Reverendo Vigário Antônio José Firmino de Novais, Cabrobó, 09/05/1868.

- Ignácio Gonçalves da Fonseca vende o escravo Sebastião de 16 anos à João da Penha Ramos, Cabrobó, 17/10/1868.

- Boaventura Gomes da Fonseca, M^{el}. Gonçalves da Fonseca, José Gonçalves da Fonseca e Joaquim Roque da Fonseca vendem o escravo Antônio de 14 anos à João da Penha Ramos, Cabrobó, 02/11/1868.

- Antônio M^{el}. de Carvalho vende parte da escrava Rita de 30 anos à Cândido Gonçalves Torres, Cabrobó, 20/07/1867.

- José Longuinho do Rego vende o escravo Antônio de 18 anos ao Alferes Prudêncio José de Freitas, Salgueiro, 08/02/1868.

- Jerônimo Pires de Carvalho Trapiá vende parte do escravo José de 5 anos a Francisco Gomes Junior, Cabrobó, 20/07/1867.

- Francisco Gomes Junior vende parte do escravo José de 5 anos a Jerônimo Pires de Carvalho Trapiá, Cabrobó, 20/07/1867.

- Lourença Gonçalves da Encarnação vende parte do escravo Manoel de 16 anos à Ignácio Gonsalves da Fonseca, Cabrobó, 12/07/1869.

- Jerônimo Pires de Carvalho Trapiá e Francisco Gomes Junior vendem a escrava Joaquina de 25 anos ao Capitão João de Araujo Leal, Cabrobó, 20/07/1869.

- 1 registro avulso de troca de escravos, 1868:

- Inácio Gonçalves da Fonseca e Lourenço Maria da Encarnação permutam os escravos Manoel de 14 anos e Sebastião de 16 anos, Cabrobó, 25/11/1868.

- 7 cartas de liberdade avulsas, 1865 à 1869.

- Carta de liberdade que faz Antônia de Carvalho Granja em favor das escravas Cândida, Rita e Maria, Cabrobó, 16/12/1869.

- Carta de liberdade que faz Antônia de Carvalho Granja na qualidade de testamenteira do seu finado irmão João Ozorio Granja, em favor dos escravos Victorino, Joaquim, Manoel, Raymundo, Maria, Anna e parte em Francisco, Cabrobó, 16/12/1869.

- Carta de liberdade que faz Alexandre Alves de Souza em favor do escravo Mariano, Cabrobó, 08/08/1868.

- Carta de liberdade que faz Pedro Selestino de Sá em favor de parte no escravo Marco, Cabrobó, 09/10/1865.

- Carta de liberdade que faz João Ozorio Granja em favor do escravo João, Cabrobó, 13/09/1869.

- Carta de liberdade que fazem Venseslau Lopes Machado e Thomazia Redenção de Freitas em favor do escravo Raymundo, Cassimbas, 06/04/1868.

- Carta de liberdade que fazem Miguel Soares de Brito, Francisco da Rocha e Freitas e Manoel de Caldas da Silva em favor do escravo Francisco, Cassimbas, 06/04/1868.

SITE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/>

- *Recenseamento Geral do Brasil 1872 – Província de Pernambuco: Quadro Geral da Paróquia do Senhor do Bom Jesus dos Aflitos da Fazenda Grande.*

- *Recenseamento Geral do Brasil 1872 – Província de Pernambuco: Quadro Geral da Paróquia Nossa Senhora da Saúde de Tacaratu.*

- *Recenseamento Geral do Brasil 1872 – Província de Pernambuco: Quadro Geral da população livre considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidades e grau de instrução, com indicação dos números de casas e fogos.*

- Fontes impressas:

• *Relatos de viajantes:*

SAMPAIO, Teodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Coleção Retratos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Brasiliana, 1942.

• *Poemas de tradição oral:*

- Poemas atribuídos ao cantador escravo Inácio da Catingueira
- Poemas atribuídos ao cantador escravo Fabião das Queimadas
- Poemas atribuídos ao cantador Romano do Teixeira

Todos os textos foram retirado de SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos, « L’esclave noir et la naissance de la *cantoria*: Inácio da Catingueira et quelques autres », in MATTOSO, K., *Mémoires et identité au Brésil*, Centre d’Etude sur le Brésil, Paris, l’Harmattan.

- *Obras escritas por moradores da região do médio São Francisco*

- CINTRA, Ivete. *Gado Brabo de senhores e senzalas*, Recife, Centro de Estudos da História Municipal, 1988, Coleção Tempo Municipal.
- FERRAZ, Alvaro. *Floresta, memórias de uma cidade sertaneja no seu cinquentenário*. Ed Editora Gráfica do Recife, 1957.
- FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. *Floresta do Navio*. Capítulo da História Sertaneja. Biblioteca Pernambucana de História Municipal – 26. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1992.
- GOMINHO, Leonardo Ferraz. *Floresta - Uma terra, um povo*. Floresta: FIAM, Centro de Estudos de História Municipal, Prefeitura Municipal de Floresta, 1996. Livro também na internet, Disponível em: <http://br.geocities.com/leonardogominho/riachodonavio.html> Acesso em setembro de 2007.
- _____. *Cheiro de Cuva. Crônicas de uma terra*. Disponível em: <http://br.geocities.com/leonardogominho/riachodonavio.html>. Acesso em setembro de 2007.
- _____. *A rebelião da Serra Negra, a Praieira no Sertão*. Secretaria Municipal, Floresta, 1993.
- LINS, Wilson. *O médio São Francisco - uma sociedade de pastores guerreiros*. São Paulo, Editora Nacional, 1983.
- _____. *Vila Bela, os Pereiras e outras histórias*. Recife, 1974.
- NOVAIS, Maria Luiza. *Memórias de uma família*. Arte Nova, Recife, 1996.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Capistrano de. *Capítulo da História Colonial*. Rio de Janeiro, Liv. Brigiet, 1954.
- _____ . *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro, Liv. Brigiet, 1960.
- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Editora Massangana, São Paulo, Cortez, 1999. 340 p.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e VII*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BASTIDE, Roger. *Brésil. Terre des contrastes*. Paris, l'Harmattan, 1999. (primeira edição, 1957). 356 p.
- BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. *Passados Recompuestos – Campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.
- BRANDÃO, Tanya M. P. *O Escravo na Formação Social do Piauí*. Perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: Ed. Gráfica da UFPI, 1999.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História – Novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.
- BURLAMAQUI, Maria Ferreira. *Trajetórias e práticas de sociabilidade na apropriação de terras: Floresta e Tacaratu entre as décadas de 1840-1880*. Dissertação de mestrado em História. Recife: UFPE, 2005. 169 p.
- CANDIDO, João. *Entrevista com João Candido sobre Guimarães Rosa*. Disponível em: <<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2006/jusp763/pag14.htm>>. Acesso em: 21 de setembro de 2007.
- CARDOSO, Ciro F. S VAINFAS, RONALDO (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- CARVALHO, Marcus J. M. *Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo (Recife, 1822-1850)*. Recife, Editora Universitária, 1998.353 p.
- CASCUDO, Luiz da Camara, *Dicionário do folclore Brasileiro*. 6º edição. São Paulo: Editora da USP, 1988.
- _____. *Tradições Populares da Pecuária Nordestina*. Documentário da vida rural, nº9. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1956.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- COSTA, Emília Viotti. *A Abolição*. Coleção História Popular, nº10. Coordenação Jayme Pinsky. São Paulo: Globo, 1982. 104 p.
- CONSTANCIO, Francisco Solano. *Novo Diccionario critico e etymologico da Língua Portuguesa*. 3ª edição. Paris: Editor Proprietário Ângelo Francisco Carneiro, 1845.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *Um rio chamado atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Ed. UFRJ, 2003,
- _____. *O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX*. Estud. av. vol. 8 nº 21. São Paulo: Maio/Agosto 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n21/03.pdf>>. Acesso em: setembro de 2007.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: Canudos, diário de uma expedição*. 33ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- EISEMBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Campinas: UNICAMP, 1977.
- FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravos – Demografia, trabalho e relações sociais: Piauí 1826-1888*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- _____. *Mulheres do Sertão Nordestino*. In DEL PRIORI, Mary (dir.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto e Fundação UNESP, 1997. p. 241-277.
- FARIAS, Sônia Lúcia Ramalho de Farias. *O Sertão de José Lins do Rego a Ariano Suassuna*. Recife: Editora Universitária, 2006.
- FERRAZ, Socorro; BARBOSA, Bartira. *Sertão um espaço construído*. Ensaios de história regional. Rio São Francisco – Brasil. Salamanca: Universidad de Salamanca, Centro de estudios brasileños, 2005.
- FERRAZ, Maria do Socorro. *Agricultores e pecuaristas no médio São Francisco*. In SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide. *Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

- FERRAZ, Tatiana Valença. *A formação da sociedade no Sertão pernambucano: trajetórias de núcleos familiares*. Recife: Dissertação de mestrado, Pós-graduação em História/UFPE, 2004.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Aurélio*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de Poucos Escravos: Cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*. São Paulo: UNESP, 2005. 176 p.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001. 480 p.
- GALLIZA, Diana Soares. *O declínio da Escravidão na Paraíba (1850-1888)*. Dissertação de mestrado em História. Recife: UFPE, 1977.
- GOMES, Flávio. *Esclavage, traite négrière et perspectives compares: identités africaines au Brésil*. In *L'ordinaire Latino-Americain*. Janvier-Avril 2006. Une publication de l'IPEALT – Université de Toulouse-Le Mirail, n° 203, p. 15-32.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- HOBSBAWN, E. e RANGER (dir.). *A invenção da tradição*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LAGO, Bia Corrêa do; LAGO, Pedro Corrêa do. *Brésil, Les premiers photographes d'un empire sous les Tropiques*, Traduction française de Jacques Thiériot. Paris : Gallimard, 2005.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, século XIX*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 2ª reimpr. da 3ª ed. de 1990. São Paulo: Brasiliense, 2003.

- _____ . *Être esclave au Brésil. XVI^e-XIX^e siècle*. 2^a ed. Paris, l'Harmattan, 1994.
- MARIN Richard, « L'invention du sertão », in Michel Bertrand, Laurent Vidal (dir.), *A la redécouverte des Amériques. Les voyageurs européens au siècle de l'indépendance*, Toulouse, coll. Tempus, Presses Universitaires du Mirail, 2002, p. 167-179.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999. 304 p.
- MELO NETO, João Cabral de. *Morte e Vida Severina*. In *Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes*. Poesia Brasileira. 36^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste: formação social do Nordeste*. Coleção Documentos Brasileiros, n° 5. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.
- MOURA, Clovis, *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2005. 440 p.
- NAZZARI, Muriel. *Da escravidão à liberdade: a transição de índio administrado para vassalo independente em São Paulo colonial*. In SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: Estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995. 248 p.
- PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora UnB, 2004. 380 p.
- PIRES, Maria Idalina da Cruz. *A Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste Colonial*, Dissertação de mestrado em História na Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 1990.
- PRADO Jr. Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 224 p.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. São Paulo: Record, 1998.
- REGO, José Lins. *Pedra Bonita*. 9^o ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- _____. *Cangaceiros*. 7^o ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- REIS, João José, *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. 152 p.

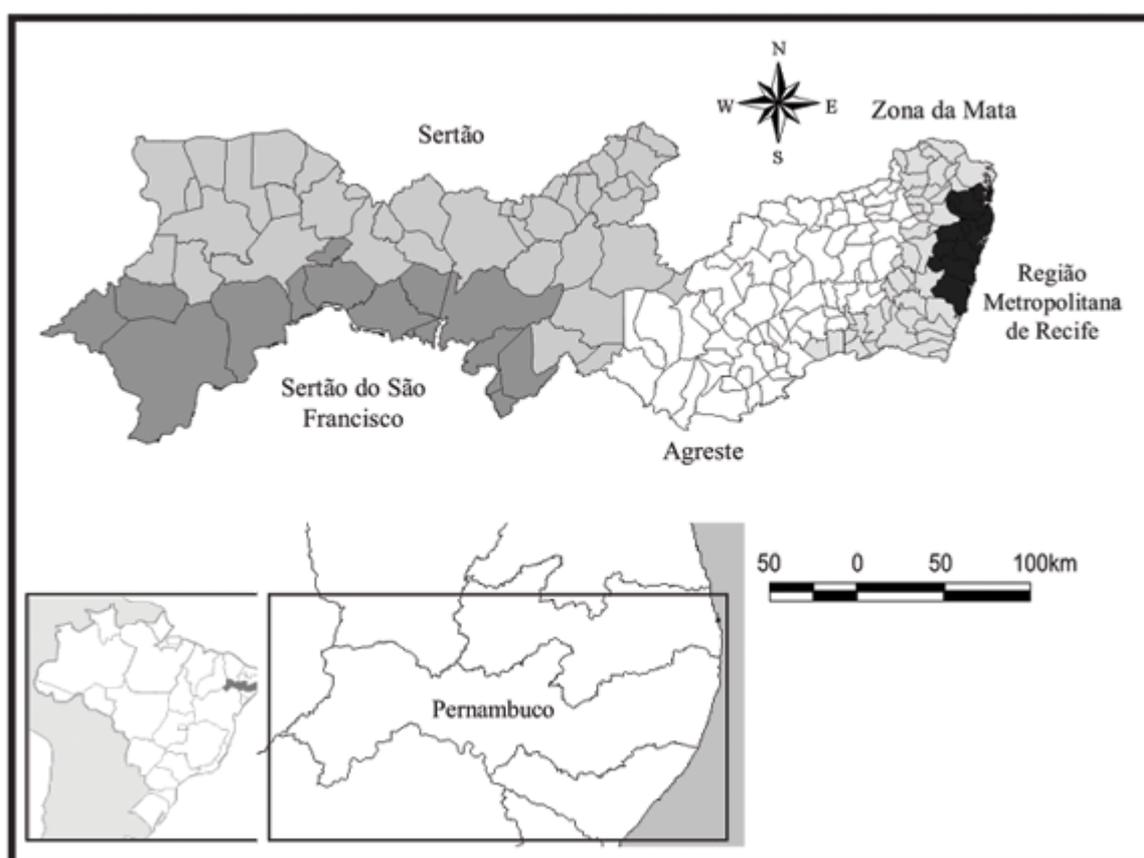
- REVEL, Jacques (org.). *Jeux d'échelles, de la micro-analyse à l'expérience*. Paris: Seuil, 1996.
- REVISTA POPULAÇÃO E FAMÍLIA. São Paulo: CEDHAL/USP/Humanidades, 1998. Vol. 1, nº1, (jan./jun 1998).
- RIO DE JANEIRO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. XVIII Volume – Pernambuco. Rio de Janeiro, 1958.
- ROCHA, João Cezar de Castro; ARAÚJO, Valdeci Lopes de (org). *Nenhum Brasil Existe – Pequena enciclopédia*, 1ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Universidade Editora, 2003, v. 1. 1107 p.
- ROCHA, Solange Pereira da. *Gente Negra na Paraíba oitocentista: População, família e Parentesco espiritual*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2007.
- ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963.
- ROSAS, Suzana Cavani, *A escravidão no Sertão do São Francisco*. Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, Florianópolis, 1993, p.30-38.
- _____. *Escravos e senhores no Sertão de Pernambuco no século XIX*. Anais eletrônicos do encontro Os Sertões. Espaços Tempos Movimentos. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- SAMPAIO SILVA, Patrícia. *Sur les traces de Virgolino, un cangaceiro dit « Lampião ». Fragilité, violence et légalité (Brésil XIX^e-XX^e siècles)*, Tese de doutorado, orientação de Marie Danielle Demelas, Institut des hautes études de l'Amérique Latine, Universidade de Paris III, 2000. 774 p.
- SANTOS Idelette Muzart-Fonseca dos, « L'esclave noir et la naissance de la cantoria : Inácio da Catingueira et quelques autres ». In MATTOSO, K., *Mémoires et identité au Brésil*, Centre d'Etude sur le Brésil, Paris: l'Harmattan, 1996. p 53-76.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. 306 p.
- SILVA, Maria Leda O. Alves da. *Floresta dos Navios: uma cidade pernambucana do gado (1850-1888)*. Dissertação de mestrado. Recife: Programa de Pós-graduação em História, UFPE, 1997.
- SLENES, Robert W. *Os Múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Revista de Estudos Econômicos. v. 18, nº. 3 (set/dez), 1988. p. 449-495.

- _____ . *Na senzala uma flor: esperança e recordações na formação da família escrava*, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- VERGOLINO, José Raimundo Oliveira e VERSIANI, Flávio Rabelo, *Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX*. Disponível em:
<<http://www.unb.br/face/eco/cpe/TD/252Oct02FVersiani.pdf>>. Acesso em: Janeiro de 2008.
- _____ . *Comércio de escravos em Recife, 1878*. Disponível em:
<http://www.unb.br/face/eco/seminarios/2008/comercio_escravos_29_05.pdf>. Acesso em maio de 2008.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci, *Cativos do Sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: UFMT, 1993. 256 p.
- WILSON, Luis. *Roteiro de velhos cantadores e poetas populares do Sertão: Estado de Pernambuco*. Coleção Tempo Municipal. Recife: FIAM / Centro de Estudos da História Municipal, 1985.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas: Escravos e forros em São Paulo (17850-1880)*. São Paulo: Editora Hucitec, USP, 1998. 288 p.
- ZERO, Arethuza Helena. *O preço da liberdade: caminhos da infância tutelada – Rio Claro 1871-1888*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Unicamp, 2004.

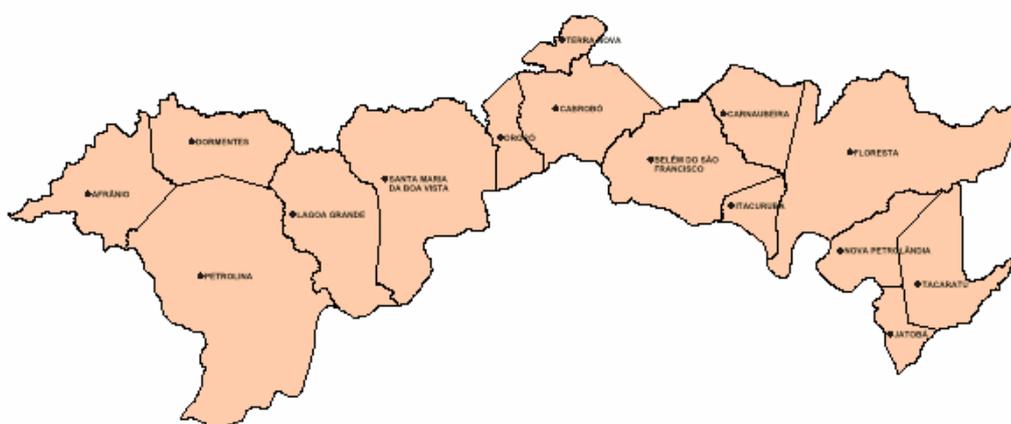
ANEXOS

Anexo 1

Regiões geográficas do Estado de Pernambuco :



Sub-região do Sertão do São Francisco



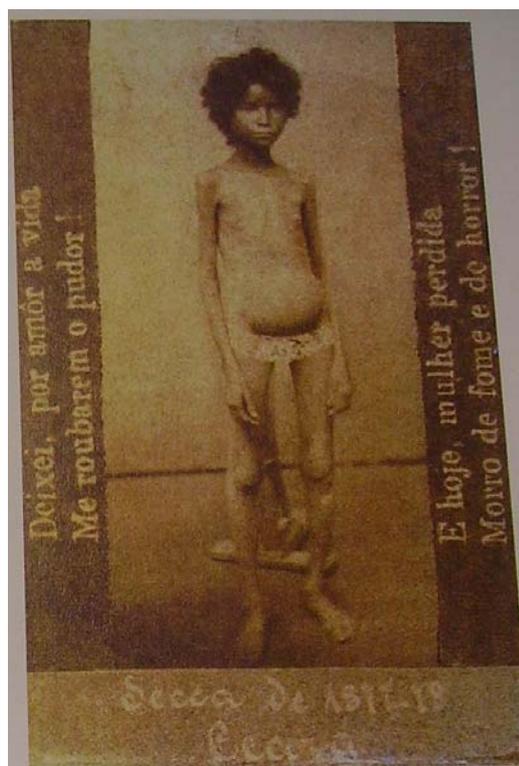
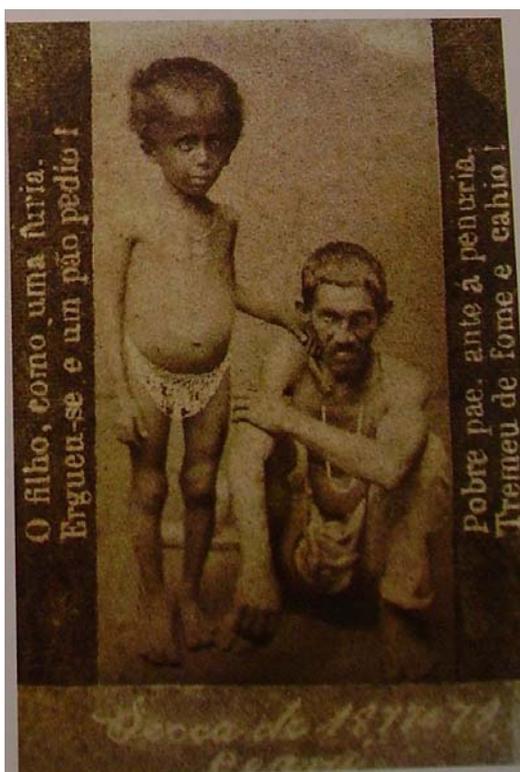
Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822006000400007&lng=pt&nrm

Acesso em abril de 2007

Anexo 2

Primeiras fotos difundidas de vítimas da seca no Sertão. Fotos de J. C. Corrêa, retiradas de uma séria de imagens feitas no Ceará, entre 1877-78 :



Fonte: LAGO, Bia Corrêa do; LAGO, Pedro Corrêa do. *Brasil, Les premiers photographes d'un empire sous les Tropiques*, Traduction française de Jacques Thiériot. Paris : Gallimard, 2005.

Anexo 3

Procuração realizada em 18 de maio de 1878 por Ignacia Maria do Nascimento, para vender e embarcar para qualquer parte do Império o escravo Theobaldo. Livro de Notas de Tabelião – Tacaratu 1878²⁴⁰.

Procuração bastante especial que fas Ignacia Maria do Nascimento, viuva qui ficou por fallecimento de Esaquiel Ferreira de Brito moradora nos Campinhos deste Termo, tudo como abaixo se declara.

Saibão

quantos este publico instrumento de procuração bastante virem que aos desoito dias do mês de Maio do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos setenta e oito nesta Villa de Tacaratu Termo e comarca do mesmo nome Provincia de Pernambuco em meo cartorio compareceo Ignacia Maria do Nascimento viuva qui ficou por fallecimento de Esaquiel Ferreira de Brito, moradora nos Campinhos deste Termo pessoa conhecida de mim e das testemunhas que se acharão presentes i que adiante vão assignadas pela proprio de que trato e que dou fé. E perante as mesmas testemunhas por elle me foi dito que pela presente procuração nomiava e constituia por ceos bastante procuradores nesta Villa ao senhor Joaquim Barbosa de Souza Ferraz, em Penedo aos senhores Antonio Couto, José Maria Gonçalves Pereira, José Joaquim Rodrigues Guimaraes, Manoel Rosenbergue Martuez Soares, e Sivirino

²⁴⁰ Livro de Notas de Tabelião de Tacaratu, 1878. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

Barreiros da Cunha, em Maceio ao senhor Joaquim da Cunha Meirelles, no Recife Capital desta Provincia ao Senhor Claudiano da Silva Rego, Francisco Gonçalves Torres, Domingos Alves Guimaraens Cutia, Monteiro Corrêa, na Bahia aos senhores Agustinho Ribeiro C^a, José Ferreira Cardoso, Antonio Barbosa de Andrade, João Pereira Espinheira, no Rio de Janeiro e em Sam Paulo aos senhores Evaristo C^a., Antonio Lopes d'Aguiar, Daniel Joaquim Vais Ferreira, João Ferreira de Moraes, Capitão Joaquim da Cunha Matoz, Manoel da Silva Jordão, e Themotio de Sousa Epinola, a todos os quais em geral e a cada hum de per cí em particular concede lhes plenos e gerais poderes e todos aquelles que por lei lhes são concedidos e indireito exigidos e bem assim concede lhes poderes especiais para que qualquer dos seus procuradores possa vender em barcar para qual quer Provincia do Imperio o seu escravo de nome Theobaldo, crioulo, prêto, de idade de treze digo de idade de quinze annos solteiro, que se acha matriculado sub o numero dois da matricula geral dos escravos, deste municipio e numero hum da relação que foi apresentada a respectiva collectoria geral por seu falecido marido Esaquiel Ferreira de Brito, em treis de setembro de mil oito centos e setenta e treis, podendo qualquer dos referidos seus procuradores assignar a escriptura de venda pelo preço que for possivel justado, requerer e assignar tudo que for preciso para tal fim perante quaisquer autoridade e repartições publicas, dar bôa e valida quitação de tudo o que receber subs tabular a presente em quem lhes convir, levando a credito do primeiro entre seus procuradores todo o produto liquido resultantes desta venda. Em seguida apresentou me o conhecimento sub o numero dezoito, datado de hoje e assignado pelo collector Rodrigues Lima e Escrivão

Silva, com o qual provou haver pago os direitos de exportação provincial e de ser a venda feita por procuração tudo na importância de cento cincoenta e quatro mil e quinhentos E de como assim o disse e otorgou e mostrou haver pago os direitos a que é obrigada dou fé e por a otorgante não saber ler nem escrever assigna a seo rogo seo sogro Francisco Ferreira de Britto, com as testemunhas depois de lhes ser por mim lida e acharem na conforme. Em fé e test° de Verd^e.

o F^{am} P^o

M M F B F

B.

Manoel Francisco Botelho

Francisco Ferr^a de Brito

Como testa. Gustavo Pompêo Rocha de Miranda

Francisco Gomes Lima

Anexo 4

Escravos destinados à venda em outras regiões do país de acordo com as 42 procurações registradas no Livro de Notas de Tabelião da vila de Tacaratu, 1878:

1. *Loureça, 13 anos, solteira, número de matrícula 1393, 3 da relação.*
2. *Josefa, 31 anos, solteira, parda, número de matrícula 682 do termo de Villa Bella, 1 da relação, acompanhada dos filhos:*
 - *Luis, 12 anos, pardo, número de matrícula 684 do termo de Villa Bella, 3 da relação.*
 - *Raimundo, 10 anos, pardo, número de matrícula 685 do termo de Villa Bella, 4 da relação.*
 - *Candido, ingênuo, nascido no dia 3 de outubro de 1873.*
3. *Manoel, 13 anos, solteiro, número de matrícula 14, 2 da relação.*
4. *Cyrillo, 33 anos, solteiro, preto, havido por herança, número de matrícula 752, 4 da relação.*
5. *Theobaldo, 15 anos, solteiro, crioulo preto, número de matrícula 2, 4 da relação.*
6. *Berbabé, 13 anos, solteiro, pardo, número de matrícula 1402, 2 da relação.*
7. *Escravinha Ignácia, 12 anos, número de matrícula 51, 2 da relação.*
8. *Valéria, 22 anos, solteira, preta, número de matrícula 299, 5 da relação.*
9. *Maria, 22 anos, solteira, preta crioula, número de matrícula 1399, 3 da relação.*
10. *Antônio, 16 anos, solteiro, preto, número de matrícula 231, 1 da relação.*
11. *Justo, 30 anos, solteiro, preto, número de matrícula 501, 3 da relação.*
12. *Clara, 14 anos, solteira, preta, número de matrícula 358, 4 da relação.*
13. *Thomaz, 15 anos, crioulo preto, número de matrícula 406, 1 da relação.*
14. *Geraldo, 13 anos, solteiro, pardo, número de matrícula 742, 5 da relação.*
15. *Escravinho Severo, 8 anos que tem a mãe liberta, número de matrícula 1868 do termo de Santo Antônio da Gloria – BA, 7 da relação.*
16. *Thomas, 15 anos, solteiro, crioulo preto, número de matrícula 406, 1 da relação.*
17. *Honório, 11 anos, que houve por compra, número de matrícula 376, 3 da relação.*
18. *Maria, 13 anos, solteira, crioula, número de matrícula 380, 7 da relação.*
19. *Josefa, 31 anos, preta, crioula, solteira, número de matrícula 378, 5 da relação. Leva seus filhos:*
 - *Joaquim, 11 anos, número de matrícula 381, 8 da relação.*
 - *Manoel, ingênuo, número de matrícula 377 dos filhos livres.*
20. *Jacinto, 12 anos, preto, número de matrícula 840 do termo de Villa Bella, 6 da relação.*

21. *Vicente, 13 anos, solteiro, preto, número de matrícula 217 do termo de Villa Bella, 6 da relação.*
22. *Raimundo, 9 anos, solteiro, preto fula, filho da escrava Angélica, número de matrícula 821 do termo de Villa Bella, 3 da relação.*
23. *Theresa, 16 anos, preta, filha da escrava Damiana de mesmo senhorio, número de matrícula 881, 4 da relação.*
24. *Benedito, 13 p/ 14 anos, solteiro, preto, número de matrícula 34, 1 da relação.*
25. *Antônio, 17 anos, solteiro, pardo, número de matrícula 777, 1 da relação.*
26. *Lourenço, 15 anos, solteiro, preto, número de matrícula 3, (ilegível) da relação.*
27. *Aguida, 23 anos, solteira, preta, de profissão de serviços domésticos, número de matrícula 3, 1 da relação.*
28. *Bernardo, 13 anos, solteiro, pardo, filho da escrava Jacintha de mesmo senhorio, número de matrícula 1338, 5 da relação.*
29. *Boaventura, 34 anos, preto, casado com mulher forra, número de matrícula 3, 3 da relação.*
30. *Raimunda, 22 anos, solteira, cabra, número de matrícula 444 do termo de Juazeiro, 1 da Relação.*
31. *Rita, 15 anos, solteira, número de matrícula 31, 4 da relação.*
32. *Valenthim, 35 anos, solteiro, crioulo, preto, natural deste termo, número de matrícula 596, 1 da relação.*
33. *Ma__ (ilegível), 23 anos, número de matrícula 649 do termo de Flores e 7 da relação. Leva filho José, ingênuo, pardo, 6 anos incompletos.*
34. *Camilla, 13 anos, solteira, preta, número de matrícula 43 e 2 da relação n° 16.*
35. *Felippa, 10 anos, preta, que não tem mais mãe, número de matrícula 44, 3 da relação n° 16.*
36. *Marcellina, preta, __ (ilegível) anos, de profissão de serviços domésticos, número de matrícula 54 e 1 da relação.*
37. *Escravinha Maria, parda, número de matrícula 55, 2 da relação.*
38. *Maria, 23 anos, solteira, número de matrícula 603, 1 da relação.*
39. *Nazario, 30 anos, solteiro, de serviço do campo, número de matrícula 752 e 3 da relação.*
40. *Marcellino, 18 anos, solteiro, preto, profissão de serviço doméstico, número de matrícula 711 do termo de Villa Bella e 5 da relação.*
41. *Arcanja, 12 anos, solteira, preta, nação brasileira, número de matrícula 11 e 1 da relação.*
42. *Balbino, 14 anos, preto, número de matrícula 1167 e 14 da relação.*

Anexo 5

*Batizados de crianças livres, escravas e índias registradas nos livros dos diferentes municípios*²⁴¹.

- Tacaratu (1845 a 1851): **719** crianças batizadas, sendo **78** de escravos e **39** de índios.
- Tacaratu (1860 a 1873): **2.760** crianças batizadas, sendo **208** de escravos e **2** de índios.
- Floresta (1866 a 1881): **1.120** crianças batizadas, sendo **94** de escravos e **9** de índios.
- Floresta (1868 a 1881): **1.004** crianças batizadas, sendo **100** de escravos e **7** de índios.
- Santa Maria da Boa Vista (1872 a 1883) : **65** crianças batizadas, todos de filhos de escravos.
- Tacaratu (1872 a 1888): **189** crianças batizadas, todos de filhos de escravos.
- Floresta (1871 a 1876): **1.463** crianças batizadas, sendo **6** (até 1871) de escravos e **5** (até 1871) de índios.
- Floresta (1876 a 1881): **1.356** crianças batizadas, sendo **8** de filhos de escravos e **2** de índios.
- Tacaratu (1879 a 1884): **1.177** crianças batizadas, sendo **1** de filho de escravos e **20** de índios.

²⁴¹ Nove Livros de Batismos com registros datados de 1845 a 1888. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

Anexo 6

Sentença final da Ação de liberdade movida em 1886 pela escrava Marcella, por meio de seu curador Cap. Francisco Serafim de Souza Ferraz, contra o réu Manoel Pereira ²⁴².

Vistos estes autos concederando que a libertanda Marcella tem em seu favor a liberdade conferida por seus ex señôres Antonio Francisco de Souza Guerra, Candido Bezerra Vasconcellos, João Miguel de Souza, no valor de sento e secenta quatro mil reis, como provão os documentos de folhas. Concederando que assim liberta nesças partes, tem a m^{sma}. Libertanda direito a sua liberdade na parte captiva de seu pretenço Senhor Manoel Pereira, ix vid a desprozição do artigo 4, § 4 da lei n° 2040 de 28 de S^{bro} de 1871, e finalmente tendo em concideração as provas contidas nestes autos e mais de preziçons de direito com os quais me comformo, hei por liberta a m^{ma}, para que goze de todas regalias como se de ventre livre nascisce, e mandando por esta minha sentencia que em seu favor dispaxe a competente carta de liberdade, depois de entrar

²⁴² Ação de Liberdade da Escrava Marcela, Floresta, 1886. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História.

*com o valor em que foi arbitado sua
parte escrava, e pague o reu os custos
em que eu condenno. Hei por publi-
cada esta em mão do Escrivão. Floresta
30 de Abril de 1886.*

Eustaquio Lopes de Barros